



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
Seção II

ANO XXX — Nº 25

QUARTA-FEIRA, 9 DE ABRIL DE 1975

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 30, DE 1975-CN

Da Comissão Mista, sobre a Mensagem n.º 24, de 1975-CN (n.º 40, de 1975, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Congresso Nacional, o texto do Decreto-lei n.º 1.391, de 19 de fevereiro de 1975, que “dispõe sobre concessão de estímulos às fusões e as incorporações das Sociedades Seguradoras, e dá outras providências”.

Relator: Deputado Sinval Boaventura

Em cumprimento ao disposto no artigo 55 da Constituição, o Senhor Presidente da República, submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei n.º 1.391, de 19 de fevereiro de 1975, que “dispõe sobre concessão de estímulos às fusões e as incorporações das Sociedades Seguradoras, e dá outras providências”.

Acompanha a Mensagem Presidencial, Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e da Indústria e do Comércio que ressalta:

“As incorporações e fusões entre Sociedades Seguradoras devem ser consideradas de interesse para a economia nacional, e atendem, por outro lado, a uma das diretrizes da política de seguros do Governo de Vossa Excelência. Com vistas às disposições do Aviso-Circular-Reservado n.º 58, de 23 de janeiro último, do Senhor Ministro Chefe do Gabinete Civil, a Consultoria Jurídica do Ministério da Indústria e do Comércio emitiu o parecer anexo por cópia, em que declara preenchidos os requisitos justificadores do ato proposto.”

Independente do mérito relativo a política governamental de estímulos às “fusões e incorporações” nos cabe jogar a conveniência, organizada no De-

creto-lei ora em exame, de fazer coincidir as vigências dos regimes especiais referentes às fusões e incorporações de empresas e das Sociedades Seguradoras, Decretos-leis n.º 1.346, de 25-9-74, e n.º 1.115, de 24-7-70, respectivamente.

Pressupondo que a sistemática de estímulo às “fusões e incorporações” tenha permitido às “empresas” beneficiar-se de economias de escala e que tal benefício seja transferido aos “consumidores”, sem embargo, este fenômeno é válido tanto para as empresas como para as Sociedades Seguradoras, sendo, no caso, a recíproca verdadeira.

Logo, tornar coincidentes as vigências antes assinaladas é uma decorrência lógica e natural, não havendo, portanto, impedimento à aprovação do Decreto-lei, na forma do seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
N.º 28, DE 1975 — CN

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.391, de 19 de fevereiro de 1975.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.391, de 19 de fevereiro de 1975, que “dispõe sobre concessão de estímulos às fusões e as incorporações das Sociedades Seguradoras, e dá outras providências”.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1975. — Senador Heitor Dias, Presidente — Deputado Sinval Boaventura, Relator — Senador Virgílio Távora — Senador Mattos Leão — Deputado Leônidas Sampaio — Deputado Paulo Studart — Deputado Vingt Rosado — Deputado Cotta Barbosa — Deputado Vieira da Silva — Deputado José Machado — Senador Jessé Freire — Senador Leite Chaves.

**EXPEDIENTE****CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

EVANDRO MENDES VIANNA  
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES  
Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA  
Diretor da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER  
Diretor da Divisão Industrial

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****Seção II**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS****Via Superfície:**

Semestre ..... Cr\$ 100,00  
Ano ..... Cr\$ 200,00

**Via Aérea:**

Semestre ..... Cr\$ 200,00  
Ano ..... Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3 500 exemplares

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

**1 — ATA DA 24ª SESSÃO, EM 8 DE ABRIL DE 1975.****1.1 — ABERTURA****1.2 — EXPEDIENTE****1.2.1 — Comunicação da Presidência**

— Recebimento da complementação dos documentos necessários para tramitação do Ofício nº S-11/75 (nº 226/75, na origem), do Sr. Prefeito do Município de São Paulo, solicitando autorização do Senado Federal, no sentido de que aquela Prefeitura possa contratar operações de crédito externo até o limite de US\$ 100.000.000,00, destinado à ampliação do sistema de transporte rápido de massas de São Paulo, através da construção da 2ª linha, a Leste-Oeste, do metrô paulistano.

**1.2.2 — Requerimentos**

Nº 139/75, de autoria do Senador Fausto Castelo-Branco e outros Srs. Senadores, de transcrição, nos Anais do Senado, da palestra do Sr. Ministro da Saúde, Dr. Paulo de Almeida Machado, em comemoração ao "Dia Mundial da Saúde", em 7 de abril, no Auditório Milton Campos (Senado Federal).

Nº 140/75, subscrito pelo Senador Jarbas Passarinho e outros Srs. Senadores, de homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Senador Joaquim Lobão da Silveira. **Aprovado**, após usar da palavra no encaminhamento da votação o Sr. Jarbas Passarinho.

**1.2.3 — Fala associativa da Presidência****1.2.4 — Discurso do Expediente**

**SENADOR FAUSTO CASTELO-BRANCO** — Considerações sobre o tema — Problemas da Saúde Pública. Realizações do Governo neste Setor.

**1.2.5 — Leitura de projetos**

Projeto de Lei do Senado nº 42/75, de autoria do Senador José Sarney, que altera o art. 18 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 — Código de Minas, acrescentando-lhe o parágrafo que especifica.

Projeto de Lei do Senado nº 43/75, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, que altera o art. 16 do Código Civil Brasileiro

(Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916), que dispõe sobre as pessoas jurídicas de direito privado.

**1.2.6 — Requerimentos**

Nº 141/75, do Senador Itálvio Coelho, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 133/74, que altera a Lei nº 5.630, de 2 de dezembro de 1970, que estabelece normas para a criação de órgãos de primeira instância na Justiça do Trabalho.

Nº 142/75, do Senador Itálvio Coelho, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 141/73, que dispõe sobre a extensão do salário-família ao trabalhador rural.

Nº 143/75, do Senador Franco Montoro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 69/72, que revoga a Lei nº 5.453, de 14 de julho de 1968, que instituiu o sistema da sublegenda partidária.

Nº 144/75, do Senador Franco Montoro, de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 57/72, que fixa em 6 horas o período de trabalho diário dos operadores em eletricidade, e dá outras providências.

Nº 145/75, do Senador José Sarney, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 116/74, que cria o Serviço Nacional de Alistamento Eleitoral, e dá outras providências.

**1.3 — ORDEM DO DIA**

— Requerimento nº 37/75, do Sr. Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 104/73, de sua autoria, que altera a Lei nº 5.726, que dispõe sobre medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica. **Aprovado**.

— Requerimento nº 38/75, do Sr. Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 136/73, de sua autoria, que torna obrigatória publicação em bilhetes de apostas da Loteria Esportiva Federal, e dá outras providências. **Aprovado**.

— Requerimento nº 123/75, de autoria do Sr. Senador José Sarney, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso do Senhor Ministro Severo Gomes, na II Confe-

rência-Geral da UNIDO, em Lima, Peru, realizada de 11 a 14 de março de 1975. **Aprovado.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 84/74 (nº 767-B/72, na origem), que atribui a estudantes em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. **Aprovado. À sanção.**

— Projeto de Resolução nº 4/75, que suspende, por inconstitucionalidade, a execução dos §§ 2º e 3º do art. 83 da Lei nº 2.085-A, do antigo Estado da Guanabara. **Aprovado. À Comissão de Redação.**

#### 1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

**SENADOR ROBERTO SATURNINO** — Política econômica dos Governos da Revolução.

**SENADOR ARNON DE MELLO** — Homenagem a Aurélio Buarque de Holanda, na oportunidade da publicação do Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de sua autoria.

**SENADOR PETRÔNIO PORTELLA, como Líder** — Reparas a conceitos emitidos pelo Senador Paulo Brossard, em entrevista dada ao *Jornal da Tarde*, de São Paulo, na qual focaliza a ordem jurídica do País.

**SENADOR FRANCO MONTORO, como Líder** — Protestando, oportunamente, após conhecimento da nota a que se referiu o orador que o antecedeu na tribuna, abordando o assunto objeto de seu pronunciamento.

**SENADOR JARBAS PASSARINHO** — Memorial recebido da Associação Comercial e Industrial da cidade de Capanema-PA, de apelo ao Sr. Presidente do Banco do Brasil no sentido da manutenção do correspondente deste estabelecimento de crédito naquela cidade.

**SENADOR OSIRES TEIXEIRA** — A explosão demográfica e o Brasil.

#### 1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

#### 2 — TRANSCRIÇÃO

— Matéria constante do terceiro item da Ordem do Dia.

#### 3 — DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Senador Dinarte Mariz, pronunciado na sessão de 1º-4-75.

#### 4 — RETIFICAÇÕES

— Ata da 20ª Sessão, realizada em 3-4-75.

#### 5 — ATAS DAS COMISSÕES

#### 6 — MESA DIRETORA

#### 7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## ATA DA 24ª SESSÃO, EM 8 DE ABRIL DE 1975

### 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DOS SRS. MAGALHÃES PINTO E WILSON GONÇALVES

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — Evandro Carreira — José Esteves — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrónio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Ruy Carneiro — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Heitor Dias — Ruy Santos — Eurico Rezende — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — A lista de presença acusa o comparecimento de 41 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há Expediente a ser lido.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — A Presidência recebeu, na sessão de 2 do corrente, do Prefeito do Município de São Paulo, o Ofício nº S/11/75 (Nº 226/75, na origem), solicitando autorização do Senado Federal, no sentido de que aquela Prefeitura possa contratar operações de crédito externo até o limite de US\$ 100 milhões (cem milhões de dólares) destinado à ampliação do Sistema de Transporte Rápido de Massas de São Paulo, através da construção da 2ª linha, a leste-oeste, do Metrô Paulistano.

O processo ficou aguardando, na Secretaria Geral da Mesa, a complementação dos documentos necessários.

Tendo a Presidência recebido aqueles documentos, a matéria será despachada às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 139, de 1975

Senhor Presidente,

De conformidade com o disposto no art. 234, item 2, do Regimento Interno, requero à Vossa Excelência, ouvido o Plenário, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da palestra do Senhor Ministro da Saúde, Dr. Paulo de Almeida Machado, em comemoração ao "Dia Mundial da Saúde", em sete de abril, às 15:00 horas, no Auditório Milton Campos (Senado Federal).

Sala das Sessões, 7 de abril de 1975. — Senador **Fausto Castelo-Branco**, Presidente da Comissão de Saúde do Senado Federal. — Senador **Otair Becker**, Membro titular. — Senador **Lourival Baptista**.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — De acordo com o art. 233, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será submetido ao exame da Comissão Diretora.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 140, DE 1975

Senhor Presidente:

Nos termos do disposto no art. 241, alínea b, do Regimento Interno, requeremos a inserção em Ata, de voto de pesar, devido ao falecimento ontem, na cidade de Belém do Pará, do ex-Senador Joaquim Lobão da Silveira, que nesta Casa representou o Estado do Pará, no período compreendido entre 1959 a 1971.

Ainda segundo o disposto nos termos do art. 244 do Regimento Interno, requeremos que, ouvido o Plenário, apresente o Senado Federal condolências à família do ilustre morto, à cidade de Bragança, sua terra natal e onde ele iniciou sua exemplar vida pública, bem como à ARENA, Diretório Regional do Pará, a cuja agremiação ele pertencia.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1975. — Senadores Jarbas Passarinho — Cafete Pinheiro — Renato Franco.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Em votação o requerimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho, para encaminhar a votação.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (Pará) (Para encaminhar a votação.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Os Senadores paraenses, com assento nesta Casa, sentem-se profundamente consternados ao darem ao Senado, conhecimento do falecimento do ex-Senador Joaquim Lobão da Silveira. Trata-se de um político que se poderia dizer exemplar na sua vida. Iniciou a sua atividade política no interior do nosso Estado. Primeiramente, oficial de gabinete do então Interventor Magalhães Barata; posteriormente, elegeu-se, por três vezes, Prefeito da Cidade de Bragança. Constituinte em 1945, coube a ele, na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, ser o relator da Constituição do Estado. Deputado Federal, o foi por uma legislatura, de 1955 a 1958. Candidatou-se, em 1959, ao Senado Federal e pela sua votação obteve um mandato de quatro anos; em 1962, obteve a reeleição e, em 1971, teve extinto seu mandato. Já ao fim de suas atividades parlamentares, o ex-Senador Lobão da Silveira demonstrava sinais evidentes da doença que acabaria por vitimá-lo. Ao retirar-se desta Casa, foi cercado pelo carinho de todos os paraenses e, precisamente hoje, deve estar sendo feito o seu enterro na Cidade de Bragança, de acordo com seu próprio desejo. Por este motivo, Sr. Presidente, o meu requerimento exclui qualquer possibilidade de representação do Senado às exéquias, limitou-se apenas aos termos regimentais a que me referi. Resta, nesta justificativa, dizer, que o Senado, que até bem pouco tempo teve a convivência do ex-Senador Lobão da Silveira, certamente se consterna tanto quanto os Senadores paraenses pela perda desse grande companheiro. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Mesa se associa às homenagens prestadas ao ilustre morto e nosso antigo colega e fará cumprir a deliberação da Casa, de acordo com o requerimento do nobre Senador Jarbas Passarinho.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fausto Castelo-Branco.

**O SR. FAUSTO CASTELO-BRANCO (Piauí) (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ocupo hoje a tribuna do Senado para tecer neste momento considerações em torno de um problema crucial que aflige toda a Humanidade — a Saúde Pública.

Inspirado no elevado propósito de bem servir, cumprindo um fiel dever parlamentar, ousa afirmar que a responsabilidade pesa demais sobre os nossos ombros, quando tratamos de fator decisivo do progresso e desenvolvimento, repetindo e reafirmando frase minha já muito conhecida de que medicina não se faz tão-somente nos leitos dos hospitais, mas, no planejamento, legislando e criando meios de promover a saúde, através de métodos adequados até alcançar o homem.

O Brasil vem aceitando nos últimos anos o desafio lançado outrora num dos ângulos setoriais mais vulneráveis — a Saúde Pública. Afirma-se que 1975 é o ano da saúde, daqueles que sofrem sem

vir à rua dizer dos seus males e angústias. Conscientizando-se da gravidade do problema, o Presidente Ernesto Geisel aprovou, durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Social, o Sistema Nacional de Saúde. Apresentado como anteprojeto de lei, procura definir, de modo claro e preciso, as competências específicas de cada Ministério com responsabilidade no campo da Saúde e conciliar as atividades dos Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios sem, no entanto, atingir a autonomia de cada um.

O projeto ratifica a posição do Conselho de Desenvolvimento Social como órgão coordenador do sistema. Dá ênfase à necessidade de elaboração de Programas Regionais Integrados.

Ora Sr. Presidente, é sabido que a pobreza e a enfermidade formam um círculo vicioso. O homem fica mais pobre porque fica mais doente e mais doente porque fica mais pobre. Existe, portanto, evidentemente, uma interdependência na relação enfermidade-riqueza.

A Nação jamais se negaria a referendar o juízo do Senador Luiz Viana, quando diz "que em nenhum período da nossa História estiveram os governos mais dedicados em propiciar ao povo melhores condições de vida". (O Estado de S. Paulo, 2-4-75.)

E é dentro da Política de Saúde que tal papel se articula e se desenvolve.

Todos os pronunciamentos que aqui se fizeram ouvir convergem para um ponto comum — o progresso do País.

Até mesmo pronunciamentos de nobres membros da Oposição aqui afirmaram que o atual Presidente da República é o que merece o maior respeito, fato assegurado durante a campanha do Movimento Democrático Brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em 1974, a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social desobrigou o Ministério da Saúde das absorventes preocupações com a assistência médica individual, concedendo-lhe condições para concentrar-se nas ações de interesse coletivo, a Saúde Pública; conforme a sua verdadeira vocação.

Em consequência, foi possível a elaboração de programas que justificaram um aumento de 70,2% nas disponibilidades financeiras do Ministério da Saúde:

Fontes	Período		Evolução Relativa
	1974	1975	
<b>Tesouro</b>	<b>Em Cr\$ milhões</b>		<b>Acréscimo de</b>
1. Orçamento Próprio	582	829	42,4%
2. Encargos Gerais da União	273	628	130,0%
3. PIN	50	83	66,0%
<b>Total</b>	<b>905</b>	<b>1.540</b>	<b>70,2%</b>

Também em consequência do progresso de ordem institucional, foi iniciada a modernização administrativa do Ministério, para a execução de uma política de ação.

A nova política de ação resume-se fundamentalmente na programação regional, no fortalecimento do nível local, na utilização crescente de pessoal de nível médio, na integração inter e intra-setorial.

Programação regional coordenada com os planos das Superintendências de Desenvolvimento Regional e com as realidades geo-sócio-econômicas.

Fortalecimento do nível local propiciando apoio técnico-financeiro às Secretarias de Saúde nos Estados, para ampliação de sua capacidade de planejamento e administração de Saúde Pública, atividade essencial à boa centralização normativa com descentralização executiva.

A utilização crescente de pessoal de nível médio, aprovada e recomendada internacionalmente com os seus "médicos de pés descalços", já está em plena execução na Amazônia, onde 900 guardas da SUCAM foram treinados para localizar suspeitos de hanseníase. Graças a seu trabalho, aumentou em 100% o fichamento de casos novos e, mais importante ainda enquanto antes praticamente só se fichavam casos "L" (lepramatosos), iniciou-se agora o fichamento de casos "I" (indeterminados) que representaram mais de 50% dos casos novos fichados em Santarém e mais de 73% em Lábrea em 1974. Auxiliares especialmente selecionados estão recebendo treinamento avançado, incluindo-se, o que é muito importante, a prevenção de deformidades.

Além da capacitação para a atuação no campo da hanseníase, os antigos guardas da malária estão sendo treinados para outras atividades, que poderão executar paralelamente, sem prejuízo de seus trabalhos de rotina. Temos agora turmas polivalentes que permitem integração e agilização das campanhas com redução do custo operacional. Também foram treinados para coletar dados demográficos em regiões remotas onde não chega o registro civil e, em certas regiões, estão fazendo o censo de analfabetos para o MOBIL.

A integração inter e intra-setorial foi facilitada com a criação das Coordenadorias Regionais, cuja tarefa é compatibilizar a ação dos diversos órgãos de saúde na macrorregião, com a ação das Superintendências de Desenvolvimento Regional e com a ação de outros Ministérios setoriais.

Inicia-se a modernização administrativa do Ministério: a proposta elaborada será submetida ao DASP em abril. Foi aprovado o novo quadro do Ministério, etapa essencial na implantação de cargos. Já estão adiantados os estudos para a criação da carreira do Grupo de Saúde Pública, o que equivale dizer, um grande passo na medicina preventiva.

Resultado daquelas modificações foi a revisão das grandes campanhas.

No campo da malária, há um progresso consistente e contínuo desde 1972. Hoje, 14 milhões de brasileiros vivem sujeitos à transmissão da malária.

### **Eradicação da Malária**

No decorrer do primeiro trimestre, a Campanha de Erradicação da Malária retomou parte do seu antigo ritmo, interrompido em 1972 por exigências de uma reformulação do programa.

A fim de simplificar problemas administrativos, sobretudo os relacionados com apoio logístico, foram criados os Distritos Especiais de Pirapora, Cuiabá, Ilhéus, Uberaba, Feira de Santana, Juazeiro, Governador Valadares e Campo Grande. Todos estes Distritos foram beneficiados, neste trimestre, com operações regulares de ataque (borrifação com inseticida). As áreas ainda incluídas no tópico "Erradicação a Longo Prazo, sem operações regulares de ataques", situavam-se em parte nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso, e acomodam cerca de 7,1% da população domiciliada em área malarica, no País; aproximadamente 1,3% da população está residindo em área coberta pelos "Projetos-Pilotos" e 15,4% em área parcialmente coberta, mas com operações regulares de ataque.

As áreas prioritárias, incluídas na programação para "Erradicação a Curto Prazo", acomodam 75,7% dessa população, assim distribuída:

— em áreas de ataque .....	40,4%
— em áreas de consolidação .....	32,8%
— em áreas de manutenção .....	2,5%

Sabemos que todo programa de Saúde Pública exige as três fases, e delas não podemos nos afastar: a fase de ataque, a fase de consolidação e a fase de manutenção.

As operações de inseticida, no trimestre, beneficiaram 3.390.062 residências, protegendo diretamente população estimada em 13.929.372 habitantes de área malarígena.

Foram trabalhados 1.101 municípios e 187.615 localidades.

As operações de epidemiologia avaliaram a situação de malária em 1.043 municípios, dos quais 347 se revelaram positivos. Foram examinadas 892.745 amostras de sangue, sendo que 36.763 positivas. No trimestre, estiveram em funcionamento 16.192 Postos de Notificação.

No segundo semestre, uma Comissão Internacional da OMS virá, a pedido do Ministério da Saúde, verificar a situação em extensa área do Nordeste e do Sul do País, onde vivem 8 milhões de brasileiros. Se o laudo técnico daquela Comissão confirmar a interrupção da transmissão da malária naquelas regiões, teremos mais essa área catalogada como de malária erradicada, o que ocorre pela primeira vez num programa federal.

Com as avaliações programadas para este ano em várias Unidades da Federação, prevê-se que, ao final deste ano, 33 milhões de brasileiros da área originalmente malarica estarão livres da transmissão.

**O Sr. Ruy Santos (Bahia)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. FAUSTO CASTELO-BRANCO (Piauí)** — Com muito prazer, nobre Senador.

**O Sr. Ruy Santos (Bahia)** — O maj nacional, da falta de continuidade administrativa ou de ação administrativa, tem interferido também na saúde pública, lamentavelmente. Como sabe V. Ex<sup>a</sup>, sou filho de uma região em que a malária se disseminava abertamente pela população na Região do São Francisco. Ao tempo do Governo Dutra, graças à ação principalmente do grande sanitarista que foi Mário Pinotti, foi iniciada uma grande campanha contra a malária, não só lá, como na área do Vale do Rio Doce, no Amazonas e em quase todo o território nacional e, praticamente, já se falava em erradicação da malária no Brasil. O projeto, porém, foi suspenso; deixou-se de dar atenção ao 2º e ao 3º item do Plano a que V. Ex<sup>a</sup> vem de se referir e então a malária começou a ressurgir. Mesmo na minha região, ela já existe em índices altos, não só índices plasmódicos, como de baço, que, como sabe V. Ex<sup>a</sup>, são os índices normalmente usados para avaliar a incidência do mal. É de se esperar — e acredito assim ocorra — que a Revolução não interrompa esses programas. Claro que, no vasto hospital que é o Brasil, como já foi dito, não é possível, de uma vez só, atacar todas as endemias mas é necessário que, atacando um mal, como se deu com a varíola, se passe a outro e a outro mais, sem solução de continuidade, tanto no setor de contenção como no setor de vigilância, de modo que se garanta uma ação continuada e efetiva em favor da população brasileira.

**O SR. FAUSTO CASTELO-BRANCO (Piauí)** — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que ratifica justamente o que afirmei no início do meu discurso. Uma campanha de Saúde Pública compreende essas três fases e sem elas não existe. Aconteceu um fato que me leva, honestamente, a assegurar e confirmar que houve interrupção na segunda fase, isto é, na fase de consolidação da campanha da malária.

Na Campanha contra a Doença de Chagas, uma sistemática inteiramente nova vem de ser implantada: ao invés do combate descontinuo ao barbeiro em áreas limitadas, passou-se ao combate em áreas contínuas, numa verdadeira operação de varredura em ciclos semestrais. Do Nordeste ao Rio Grande do Sul, todo o País será abrangido pela Campanha, dessinsetizando-se todas as moradias e não apenas aquelas objeto de solicitações diversas, objeto que eram, mais urgentes, para uma campanha sistemática e de âmbito nacional.

Ao mesmo tempo processa-se o grande inquérito, envolvendo 7 milhões de reações de Machado Guerreiro — e, acredito, seja esta a novidade em relação à Doença de Chagas — tratando-se de um antígeno padronizado, já no Brasil e que nos dará uma idéia da prevalência da Doença de Chagas no território nacional, evitando-se as meras estimativas em que vivíamos.

A seguir, o controle continuado do sangue de crianças entre dois e quatro anos fornecer-nos-á um indicador da incidência e, portanto, dos resultados dessa grande campanha.

Antes, só quatorze Estados eram trabalhados e apenas cerca de 220 Municípios. Isto, com a terapêutica existente. Com a reação de Machado Guerreiro, que se introduziu, agora, no Brasil, podemos fazer a avaliação da Doença de Chagas em todo o território nacional e é esta a nossa esperança e é nisto que confiamos.

Também no que concerne à esquistossomose, há mudanças fundamentais. Melhorias domiciliares em área rural, abrangendo o abastecimento de água e a correta destinação dos dejetos humanos, passaram a ser consideradas áreas essenciais para o combate à esquistossomose. O Projeto Alagoas, já em implantação, dotará cada residência rural de água potável, privada e fossa séptica. O Projeto será executado pela FSESP em dois anos e já se estuda a sua extensão à Zona da Mata em Pernambuco e área esquistossomótica do Rio Grande do Norte. Simultaneamente, em local selecionado, por abrigar 2.000 portadores de esquistossomose, sem condições para a transmissão e reinfestação, iniciou-se o tratamento com uma nova droga, a oxaminiquine, que se diz ativa por via oral e desprovida de efeitos colaterais graves. A experiência terminará em julho. Entretanto, realiza-se o primeiro censo em âmbito nacional.

Aqui faço, por conta própria, uma digressão. Não está incluída no programa que me foi destinado focalizar. Mas, considerando que o saneamento básico é a pedra angular da Saúde Pública e da Medicina Preventiva, faço questão absoluta, com um prazer todo especial, de assegurar que o saneamento básico é a medida essencial e prioritária, no que diz respeito à medida preventiva no Brasil.

O impulso do processo de implantação de sistemas públicos de abastecimento d'água e drenagem de esgotos sanitários vem-se tornando sem mais significação. Cabe ressaltar, aliás, que o reconhecimento formal, pelos governos, do importante papel desempenhado por esses serviços, na dinâmica do desenvolvimento econômico e social, a disponibilidade de recursos financeiros e a existência de um número significativo de engenheiros sanitaristas dedicados ao planejamento e implementação desses programas, nos tornam otimistas.

Todavia, até 1967, o saneamento básico (abastecimento d'água e esgotos sanitários), apresentava **deficits** crescentes, situando o problema como um verdadeiro desafio ainda não respondido. De outro lado, as tentativas de equacionar o problema através do ataque casuístico e projetos isolados de cidades, com recursos orçamentários nacionais ou empréstimos feitos a agências internacionais, não se revelavam eficientes. Diga-se, de passagem, que o abastecimento d'água nessa época beneficiava apenas, e de forma precária, 22,8 milhões de pessoas, representando 50% da população urbana. Os serviços de esgotos atendiam a apenas 24,8% dessa mesma população.

Nesse ano, exatamente, o Governo decidiu procurar uma solução racional e adequada para o complicado assunto. Ao invés de soluções a curto prazo, soluções episódicas que tínhamos, o Governo partiu para o equacionamento permanente. Estabeleceu etapas. A primeira medida foi a delegação de poderes outorgada ao Banco Nacional da Habitação que, com o passar do tempo, passou a se constituir — foi surpresa para mim, mas a Casa deve conhecer — na mais importante base financeira do desenvolvimento do País. Utilizando métodos modernos, o BNH transformou-se no segundo Banco do País, com um ativo da ordem de Cr\$ 26.400 milhões (4.000 milhões de dólares) que, somados aos ativos dos sistemas que comandam lhe conferem uma responsabilidade total que se eleva a Cr\$ 51.000 milhões (7.900 milhões de dólares).

A análise da razão desses **deficits** foi cuidadosamente levantada, revelando-se que a forma de atacar o problema até então, seguindo a mesma linha utilizada nos países desenvolvidos, não se harmoniza com os problemas e realidades dos países em desenvolvimento.

Técnicos do BNH salientaram, entre outras, a seguinte razão:

— Inviabilidade dos projetos relativos às comunidades menos ricas, que não apresentassem taxa de retorno positiva e que, dessa forma, viam-se privadas de elementos essenciais à saúde pública e ao desenvolvimento econômico.

Mas o jornal *O Globo* de 27-3-75 traz, sob o título "BNH Baixará Juros para Financiar Saneamento", uma diminuição dos ju-

ros dos empréstimos que o BNH venha a fazer aos Estados para o planejamento de saneamento foi recomendada pelo Presidente Ernesto Geisel ao Presidente do Banco Nacional da Habitação, durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Social.

**O Sr. Itamar Franco** (Minas Gerais) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. FAUSTO CASTELO-BRANCO** (Piauí) — Com prazer, nobre Senador.

**O Sr. Itamar Franco** (Minas Gerais) — Estou ouvindo seu discurso com a maior atenção. Agora, V. Ex<sup>a</sup> faz uma abordagem do saneamento básico no País. Concordamos com V. Ex<sup>a</sup> que realmente a partir de 1967, o sistema paternalista, neste País, foi afastado. Quando V. Ex<sup>a</sup> cita Banco Nacional da Habitação, também lembraríamos que os empréstimos têm sido normalmente concedidos às prefeituras do nosso País. Gostaríamos que realmente o Governo implantasse o sistema não-paternalista, mas que o fizesse com juros mais baixos, com empréstimos possíveis de serem aceitos pelas prefeituras municipais. Esta, minha observação à bela explanação que V. Ex<sup>a</sup> está fazendo no campo do saneamento básico.

**O SR. FAUSTO CASTELO-BRANCO** (Piauí) — Ouvi com muita atenção e respeito o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Mais adiante explicarei a razão dos **deficits** e da não realização, pelo Banco Nacional da Habitação, do Sistema de Saneamento Básico.

Hoje, assistimos à exposição do Sr. Ministro do Interior, e S. Ex<sup>a</sup> foi categórico ao dizer que não houve retorno dos capitais investidos. Lembro ainda a V. Ex<sup>a</sup> que, no dia 6 de fevereiro último, o Presidente Geisel, durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Social, aprovou o Sistema Nacional de Saúde, que organizará e coordenará todas as atividades voltadas para a saúde nas áreas federal, estadual e municipal.

O Sistema foi apresentado como anteprojeto de lei, que será encaminhado ao Congresso. O projeto procura definir, de modo claro e preciso, as competências específicas de cada Ministério com responsabilidade no campo da saúde, e conciliar as atividades dos Estados e Territórios. O projeto ratifica a posição do Conselho de Desenvolvimento Social como órgão coordenador do Sistema, assessorando o Presidente da República.

Não foi por prazer meu que hoje esse Sistema de Saneamento se encontra a cargo do Ministério do Interior. Na Câmara dos Deputados — quando pertencia eu à Comissão de Saúde — fui Relator do projeto que criava o PLANASA, órgão, portanto, do Ministério do Interior. Apresentei, na ocasião, um substitutivo razoável: se pelo menos o Ministério do Interior contava com mais recursos para implantação desse serviço de saneamento, que se fizesse paritariamente com o Ministério da Saúde; se ainda paritariamente com o Ministério da Saúde não pudesse realizar convenientemente as suas atribuições, que se submetesse a um Conselho, supervisionado pela Secretaria do Planejamento. Não foi aprovado meu substitutivo.

O problema do saneamento básico continuou a cargo do Ministério do Interior, no órgão denominado PLANASA. Nobre Senador Itamar Franco, chamo a atenção de V. Ex<sup>a</sup>, atento que é para este assunto, que o Presidente da República, no dia 2 de março último, tomou as medidas e todas as providências para que o problema seja solucionado, não como medida provisória e paliativa, mas como medida dentro do tempo razoável, como é uma medida de alcance do saneamento básico.

**O Sr. Itamar Franco** (Minas Gerais) — Muito obrigado pelas informações.

**O Sr. Ruy Santos** (Bahia) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. FAUSTO CASTELO-BRANCO** (Piauí) — Pois não, nobre Senador.

**O Sr. Ruy Santos** (Bahia) — Entendo que, apenas dentro das considerações de V. Ex<sup>a</sup>, o saneamento básico, embora feito pelo

Banco Nacional da Habitação, através do Ministério do Interior, é um saneamento que não pode ser realizado sem a audiência da Saúde Pública. Um serviço d'água ou a prioridade para a instalação dos serviços d'água nas cidades devem atender à existência de endemias de natureza hídrica, localmente. Muitas vezes, uma cidade de população menor que outra no mesmo Estado requer uma prioridade para os serviços d'água, como para o serviço de esgoto, em função das condições epidêmicas locais. De modo que o Plano de Saneamento Básico, a cargo do Banco Nacional da Habitação, deve ser feito com a audiência ou com a participação de técnicos da Saúde Pública, que indicarão as prioridades necessárias para as instalações.

**O SR. FAUSTO CASTELO-BRANCO (Piauí) —** Obrigado. V. Exª vem confirmar o meu ponto de vista. Só um esclarecimento: o Ministério da Saúde, através da Fundação SESP, ainda faz o saneamento nas pequenas localidades.

**O Sr. Ruy Santos (Bahia) —** Os recursos são pequenos.

**O SR. FAUSTO CASTELO-BRANCO (Piauí) —** Sim, os recursos são pequenos e só em pequenas localidades, com núcleos populacionais reduzidos. O grande problema que o Ministro da Saúde nos mostrou, hoje, é para 1980.

Com relação à tuberculose, além do reforço ao tratamento dispensarial, está em plena dinamização a vacinação com BCG (Calmette-Guérin) intradérmico. Em 1974, cinco capitais já conseguiram vacinar mais de 80% da população suscetível, o que é um êxito para o primeiro ano do programa. Iniciou-se também no Ministério da Saúde o censo dos tuberculosos, a fim de sabermos realmente quantos doentes existem de fato no País.

Projeto de alta significação, elaborado em 1973 e, já em implantação, é o de interiorização da ação sanitária. Distingue-se das iniciativas anteriores para a "interiorização de médicos". Em resumo, o Médico, após um treinamento para a execução de tarefas de Saúde Pública e principalmente para o diagnóstico sanitário do município, instala-se num município desprovido de qualquer assistência, para examinar as condições sanitárias locais, instalar a vigilância epidemiológica, executar os planos de imunização, selecionar e iniciar o treinamento de um auxiliar recrutado localmente. Entretanto, prestará também assistência médica, com o apoio de um hospital a distância razoável. Em função do diagnóstico apresentado pelo médico, serão no ano seguinte, construídas as obras de saneamento básico recomendadas. O projeto inicia-se em 1975, em 50 municípios, agregando-se cada ano mais 50 municípios. A limitação decorre da disponibilidade de hospitais a ser utilizados como ponto de apoio e da capacidade de supervisão. O projeto está orçado em Cr\$ 225.033.357,00, em sua primeira fase.

Assistência médico-sanitária simplificada em zonas rurais pela FSESP é prestada ao longo da Transamazônica, Perimetral Norte, Vale do São Francisco e Vale do Rio Doce e Vale do Jequitinhonha.

Aquele conjunto utiliza 181 unidades de saúde e 27 unidades mistas com o total de 739 leitos hospitalares, tendo construído e mantendo 482 pequenos serviços de abastecimento d'água em zonas rurais e construído 327.426 privadas higiênicas.

Em 1974, foram inauguradas e postas em funcionamento 30 unidades de saúde, 13 serviços de água, 42.756 melhorias sanitárias domiciliares, e estão em construção 162 serviços de abastecimento d'água.

O plano nacional de imunização foi bastante prejudicado pela epidemia de meningite que requereu a mobilização geral dos recursos para a vacinação antimeníngeica. No que diz respeito à varíola, atingiram o mínimo de 80% da meta prevista os Estados de Espírito Santo, Mato Grosso, Guanabara, Pará, Piauí, Rio de Janeiro. A vacinação contra a poliomielite foi, também, pouco eficaz: os melhores resultados, entre 60 e 75%, foram registrados no Piauí e São Paulo.

Contra o sarampo, Espírito Santo, Mato Grosso, Maranhão, Paraná, Santa Catarina, foram os Estados que atingiram 80% da

meta. Fernando de Noronha atingiu 100% da meta em todas as vacinações. Pela primeira vez tivemos uma capital livre da raiva canina, graças à vacinação: Curitiba, em 1974. De um modo geral, as Secretarias de Saúde nos Estados estão desaparelhadas para a execução de programas de imunizações. Não podemos prescindir de apoio direto do Ministério.

Lamentavelmente estou sendo chamado à atenção pelo tempo esgotado. Sou por natureza disciplinado e particularmente disciplinado ao Presidente e ao Regimento da Casa. Ainda teria que entrar no assunto palpitante e que absorveu todo o Ministério da Saúde — o problema da meningite.

Perguntaria ao Sr. Presidente se ainda tenho algum tempo para esta exposição. Caso contrário, eu me restringiria a encerrar o meu discurso, agradecendo a benevolência do Presidente da Casa.

**O Sr. Ruy Santos (Bahia) —** Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) —** Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Santos.

**O SR. RUY SANTOS (Bahia) (Pela ordem) —** Sr. Presidente, atendendo ao assunto versado, com brilho e conhecimento, pelo nobre Senador Fausto Castelo-Branco, consulto, respondendo pela Liderança, se V. Exª poderia permitir que o nobre representante do Piauí concluisse seu discurso, falando como Líder.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) —** Perfeitamente. O nobre Senador Fausto Castelo-Branco dispõe de mais vinte minutos para terminar seu discurso.

**O SR. FAUSTO CASTELO-BRANCO (Piauí) (Como Líder) —** Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Benjamim Farah (Rio de Janeiro) —** Permite V. Exª um aparte, Senador?

**O SR. FAUSTO CASTELO-BRANCO (Piauí) —** Com todo prazer, Senador Benjamim Farah.

**O Sr. Benjamim Farah (Rio de Janeiro) —** V. Exª faz elucidativa exposição sobre o problema sanitário no Brasil, mas por alguns itens passa rapidamente, como é o caso da vacina de Calmette-Guérin (BCG). Permita-me um testemunho: pertencíamos à Comissão de Saúde na Primeira Legislatura — e aqui está um companheiro daquele tempo, na Câmara dos Deputados, o Senador Ruy Santos. A vacinação da BCG é, realmente, uma das grandes conquistas da Ciência contra a tuberculose e um dos recursos com que tem contado o Brasil para a diminuição, para a redução da incidência da tuberculose, que já foi problema nº 1, em outros tempos. Hoje, na verdade, podemos apresentar, sobre isto, estatísticas — digamos — animadoras. Pois bem, a BCG, um dos grandes instrumentos da Ciência contou, no Brasil, com um grande missionário — o Professor Arlindo de Assis, cujo ambulatório, em São Cristóvão, frequentei muito — e também professor da Faculdade de Medicina. Arlindo de Assis foi o grande pregador da BCG. A BCG foi uma conquista do Congresso, da iniciativa do então Deputado Miguel Couto. Fui relator desse projeto, na Comissão de Saúde, de modo que o Congresso ter participado de maneira evidente, para a solução desse problema. Não poderia deixar de dar esse testemunho, embora o Executivo, também, não tenha falhado na sua participação, haja vista o Plano SALTE — Saúde, Alimentação, Transporte e Energia — no Governo Dutra que, pela primeira vez, apresentou um plano; grande plano, belíssimo, mas que, infelizmente, não pôde ser aplicado — naquela época foi aplicado em parte — e outros Governos têm procurado executá-lo. No Congresso houve muito debate dando, inclusive, grande impulso e colaboração efetiva a respeito dessa matéria. Quero frisar, para que conste no belo discurso de V. Exª, que a iniciativa oficial, através de lei, para introdução do BCG, no País, foi do Congresso, projeto do então Deputado Miguel Couto.

**O SR. FAUSTO CASTELO-BRANCO (Piauí) —** Agradeço o aparte de V. Exª.



É um tema pelo qual passei ligeiramente por questão de tempo, agrada-me muitíssimo, principalmente tendo conhecimento por V. Ex<sup>a</sup>, de que foi iniciativa do Congresso. Devo dizer que, de todas as campanhas sanitárias que se programaram e se realizaram no Brasil, inclusive a Campanha Nacional de Lepra da qual fui chefe e depois Diretor da Divisão Nacional de Lepra — a Campanha Nacional de Tuberculose, por ter sido a mais bem estruturada e por ter sido maior o número de indivíduos vacinados pelo BCG — Bacilo Calmette-Guérin — continua a ser a Campanha que persiste como melhor Organização em todos os Estados do Brasil. Pelo menos, eu dou o testemunho do meu Estado e agradeço a V. Ex<sup>a</sup> os apertes.

**O Sr. Benjamim Farah (Rio de Janeiro)** — Se V. Ex<sup>a</sup> me permitir mais um aparte, será o último e não quero interromper mais V. Ex<sup>a</sup>, que está fazendo uma exposição interessante, para um plenário onde, também, existem alguns médicos, embora modestos médicos, militantes de subúrbios, de bairros pobres, como eu que militei, por exemplo, em São Cristóvão...

**O SR. FAUSTO CASTELO-BRANCO (Piauí)** — Não estou de acordo com a modéstia V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Benjamim Farah (Rio de Janeiro)** — ... A verdade é que eu não pretendia, jamais, passar perto de uma Câmara, meu desejo era sempre fazer Medicina — vivia fazendo Medicina em São Cristóvão — não queria ser político. Mas, não sei porque, o médico têm uma certa vinculação com a Política, aqueles trabalhadores elegeram-me e fui obrigado a desviar, um pouco, o roteiro de minha vida e aqui estou, emprestado para a Política e emprestado provisoriamente. Gostaria de dar mais um testemunho de outra grande iniciativa do Congresso, — V. Ex<sup>a</sup> está falando de tuberculose e no Brasil, o Rio de Janeiro sempre considerada a cidade maravilhosa, em outros tempos foi não só a Capital da República, mas também a capital da tuberculose. Hoje, graças a Deus, a incidência caiu muito de tal modo que não é mais uma mancha, não é mais um perigo que ameaça aquela população, embora possa, através de certas dificuldades financeiras, em alguns bairros, esta doença ser bastante encontrada ainda. Mas, de um modo geral, hoje a tuberculose não é mais um espantinho que foi em outros tempos. Naquela época quando o Congresso teve também a iniciativa de criar a Cadeira de Tisiologia nas Faculdades de Medicina a tuberculose era, realmente, um dos problemas número um deste País. Quero, então, mencionar, para que conste do discurso de V. Ex<sup>a</sup>, o autor do projeto, Deputado pelo Maranhão, Odilon Soares, sendo este humilde Senador Relator da matéria, na Comissão de Saúde. Quando debatemos no plenário, na Câmara dos Deputados, os professores de Direito vieram violentamente contra nós porque eles consideravam o projeto uma violação à Constituição. Mas, o Congresso sempre sensível aos anseios e à realidade brasileira, porque o Congresso traduz bem as aspirações mais sentidas do povo, entre ficar com as filigranas jurídicas ou com a realidade brasileira, preferiu ficar com a realidade brasileira. Aprovou o projeto embora com os protestos de alguns juristas que diziam, o projeto era inconstitucional. Alguns médicos, inclusive, eram contra o projeto. Tenho a impressão de que o nobre Senador Ruy Santos não foi muito favorável ao projeto que criou a Cadeira de Tisiologia — creio foi a declaração feita há pouco tempo aí — de qualquer forma foi uma grande iniciativa do Congresso, uma valiosa contribuição do Congresso para debelar esse mal terrível que é a tuberculose.

**O SR. FAUSTO CASTELO-BRANCO (Piauí)** — Agradeço ao aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Ruy Santos (Bahia)** — Um aparte curto, Excelência. (Assentimento do orador.) — Apenas para dizer ao nobre Senador Benjamim Farah que, realmente, o que eu discuti foi a inconstitucionalidade da criação da Cadeira, porque a Constituição vetava a criação de cargos em serviços já existentes. Esta foi a minha divergência. Agora, quanto a S. Ex<sup>a</sup> dizer que está emprestado à Política, quero dizer a S. Ex<sup>a</sup> que os doentes estimam que eu e S. Ex<sup>a</sup> continuemos emprestados à Política. (Risos.)

**O Sr. Benjamim Farah (Rio de Janeiro)** — Na opinião de V. Ex<sup>a</sup>, porque foram esses mesmos doentes que me mandaram ao Congresso! V. Ex<sup>a</sup> eu não sei por quem veio ao Congresso. Eu vim pela mão dos meus clientes pela primeira vez e muitas outras vezes, encontrando o apoio dos meus clientes e dos meus amigos, sempre.

**O SR. FAUSTO CASTELO-BRANCO (Piauí)** — Muito obrigado, nobre Senador Ruy Santos.

Continuando, Sr. Presidente, a meningite meningocócica foi o problema dominante em 1974.

O meningococo tipo C, endêmico, passou à fase epidêmica em São Paulo, já em 1973.

Em 1974, a epidemia do tipo C, sobrepôs-se a epidemia do tipo A, considerado mais virulento. A partir do foco paulistano, o meningococo, seguindo os eixos rodoviários, invadiu o Sul, o Planalto Central, o Rio de Janeiro, certas regiões de Minas Gerais e seguindo a Rio—Bahia atingiu Salvador, começando a atingir Pernambuco e outros Estados.

Até 1973, surgiram eventuais focos limitados e transitórios no interior: Guaraniaçu, no Paraná, foi um exemplo, tal como o surto verificado no Acre. Agora, com o tipo A presente, existe a tendência à evolução para o nível epidêmico em todas as áreas atingidas.

A epidemia atingiu-nos, em abril de 1974, em condições precárias: somente o Instituto Adolfo Lutz, em São Paulo, estava equipado para o diagnóstico bacteriológico com tipagem do meningococo. Foi providenciada a importação e distribuição de soros-padrão para o diagnóstico e propiciado o treinamento de pessoal. Hoje, em vários Estados, do Pará ao Rio Grande do Sul, já se faz tipagem. Foi providenciado o levantamento dos recursos hospitalares mobilizáveis e lançadas as bases da vigilância epidemiológica. O IBGE já vai iniciar a computação dos dados. Ao mesmo tempo aperfeiçoava-se no Hospital Enfilio Ribas, de São Paulo, a terapêutica e a CEME providenciava suprimento suficiente e regular de medicamentos.

Ao início, faltavam as vacinas. A vacina tipo C, somente foi aprovada em 1974, e assim mesmo com limitações. A produção, em escala de laboratório, era totalmente insuficiente para as necessidades brasileiras. A vacina tipo A fora testada na África sob a supervisão da OMS e conseguira deter uma epidemia depois de terem sido vacinados 80% da população. Mas a produção mundial de vacina tipo A programada para 1974 não ia além de 1 milhão de doses! Em julho de 1974, o governo francês aprovou a vacina tipo A. O Brasil necessitava pelo menos 80 milhões de vacinas tipo A e outro tanto de vacina tipo C.

Foi então que o Presidente Ernesto Geisel aprovou a importação das vacinas necessárias e o Ministro da Saúde foi à França, para discutir, numa viagem que durou 48 horas, a ampliação da produção de vacinas e a produção de uma vacina bivalente, A + C, uma vez que semelhante combinação reduziria à metade o tempo necessário para a execução do programa brasileiro. As discussões foram bem sucedidas, o Instituto Mérieux concordou em construir toda uma nova fábrica em tempo recorde, a partir de dezembro, iniciou a produção de 10 milhões de doses mensais da vacina bivalente. A CEME contratou imediatamente a aquisição de toda aquela produção e o Brasil já está recebendo e aplicando 10 milhões de doses por mês. Iniciou-se, então, uma campanha de vacinação em massa sem precedentes na história da saúde pública. Utilizando os pequenos embarques, recebidos em 1974, para desenvolver uma técnica operacional adequada às peculiaridades da vacina, o Ministério da Saúde desenvolveu toda uma metodologia nova de trabalho, permitindo-lhe vacinar até 460.000 pessoas em um dia.

Considerando-se que a vacina deve ser conservada a 20 graus abaixo de zero e que, uma vez retirada do frigorífico, deverá ser aplicada dentro de 12 horas, não podendo ser devolvida, considerando que a disponibilidade de vacina será exatamente igual às necessidades brasileiras, sem admitir desperdícios, o planejamento racional e cuidadoso é essencial ao sucesso da campanha.



A campanha em âmbito nacional, iniciou-se a 13 de janeiro, na Guanabara, onde 85% da população foi vacinada antes do carnaval. Seguindo-se a vacinação do Grande Rio, estendendo-se ao Estado do Rio que já teve todo o seu território coberto, desde os limites com São Paulo até Três Rios, Brasília, Goiânia, Curitiba e já haviam sido vacinadas, na fase preparatória, vacinando-se mais de 90% da população em certas capitais, como Vitória, por exemplo. Florianópolis e arredores, bem como a Grande Porto Alegre e a Grande Belo Horizonte, já foram vacinadas com igual êxito. No Rio Grande do Sul, onde a incidência superou a 100 por 100 mil em todos os municípios interioranos, a vacinação caminha pelo interior em ritmo acelerado.

Ultimam-se os planos para vacinação de São Paulo e Baixada Santista, numa operação sem paralelo que mobilizará 1.300 homens, 400 viaturas, 600 ped-o-jets, uma centena de rádios transceptores, 8 viaturas-frigorífico, dois helicópteros, para vacinar 11 milhões em 6 dias! A rapidez da operação é essencial para poupar transtornos à população e liberar prontamente o equipamento que será, em seguida, transportado para Salvador, Recife e a estrada Rio-Bahia, enquanto prosseguirá a vacinação em São Paulo, ao longo da Via Dutra e da Rio-Santos.

A vacinação continuará ao longo dos troncos rodoviários, seguindo os caminhos do meningococo, em ritmo acelerado, para que o ultrapassemos antes de junho, quando estarão sendo vacinadas áreas ainda não atingidas pela epidemia.

O ritmo atual, de 10 milhões por mês, será acelerado a partir de maio, quando o fabricante entregará mais 4 milhões de doses mensais. O total de casos poderá variar entre 37 e 40 mil, como cerca de 4.000 óbitos. Cada caso deixou dezenas de portadores sãos que estarão disseminando o meningococo pelo País no próximo inverno. Sem a vacinação, seria perfeitamente razoável esperar um número muito mais elevado de casos em 1975, superando todas as disponibilidades de leitos hospitalares e de medicamentos específicos. Por isto, a vacinação se processa em ritmo acelerado e deverá ater-se à critérios racionais, epidemiológicos. Trata-se de vacinar depressa e vacinar bem para evitar o que poderia ser uma catástrofe no próximo inverno. A vacinação progredirá em áreas contínuas, evitando-se o atendimento de municípios isolados e a conseqüente formação de bolsões não vacinados.

Reconheço ser a epidemiologia da doença meningocócica e a vacina ainda recente. Deve-se estudá-las com maior certeza, com maior clareza. Sabe-se que a imunidade que confere dura pelo menos 18 meses. Conhece-se a sua eficácia em maiores de 15 anos. Sabe-se que, em certa percentagem de crianças, a partir de 6 meses, a vacina produz uma formação de anticorpos que sugere a sua utilidade.

Em compensação, não houve um só óbito entre as crianças que, tendo sido vacinadas, ainda contrairam a meningite. Em Brasília, Goiânia, Rio de Janeiro e Curitiba, a incidência da Meningite caiu significativamente, após a vacinação. Os fatos autorizam as melhores esperanças, desde que o Ministério da Saúde possa executar, com a celeridade inicial, todo o programa, inspirando-se sempre em dados rigorosamente técnicos.

**O Sr. Itamar Franco** (Minas Gerais) — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. FAUSTO CASTELO-BRANCO** (Piauí) — Com todo prazer, nobre Senador Itamar Franco.

**O Sr. Itamar Franco** (Minas Gerais) — Por certo, caberá ao ilustre Senador Gilvan Rocha, nosso colega de Bancada, o estudo minucioso da palestra que V. Ex<sup>a</sup> faz, nesta tarde, no Senado Federal. Ontem, levantei, aqui, o problema da meningite porque eu recebia do Estado de Minas Gerais, principalmente da região da Zona da Mata de Minas, notícias alarmantes sobre o mal. Lembrei-me hoje de pesquisar, e encontrei — e gostaria de consultar a V. Ex<sup>a</sup> nesse sentido — que, em julho do ano passado, o Ministério da Saúde falava na criação daquilo que se denominou uma Comissão Nacional de Controle da Meningite que, entre outras coisas, tinha os

seguintes objetivos: essa Comissão deveria orientar e sugerir, no mês de janeiro de cada ano, as providências mais adequadas para a proteção da população, sobretudo durante o inverno. E a criação dessa Comissão visava, principalmente, que o sentido de improvisação fosse evitado. Perguntaria, então, a V. Ex<sup>a</sup>, neste instante, — sobretudo porque falo como Representante de Minas Gerais — se realmente essa Comissão Nacional de Meningite ainda existe. E se existe, se realmente ela atentou para o objetivo da sua criação, naquele sentido de evitar a improvisação, e, sobretudo, o seu objetivo das suas reuniões de janeiro.

**O SR. FAUSTO CASTELO-BRANCO** (Piauí) — Com muito prazer, respondo a V. Ex<sup>a</sup>

Tenho conhecimento da existência da Comissão Nacional. Mas acabei de me referir, — talvez tenha sido o último período do meu pronunciamento — que a pressa com que foi feita e a pressa com que deve ser feita, evitando os bolsões isolados da campanha, não permite que municípios, também isolados, sejam atendidos.

A campanha tem que seguir uma programação e, dentro dessa programação, temos que atentar para vários fatores: a explosão demográfica, as migrações populacionais, o grau de imunidade de cada grupo etário. Tudo isso tem que ser avaliado precisamente, para uma campanha bem sucedida.

Acho que respondi satisfatoriamente a V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Itamar Franco** (Minas Gerais) — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, e apenas complementar: O nosso sentido no Senado Federal, evidentemente, é defendermos o povo, em sua regionalidade e em sua condição local de vida — eu já o disse aqui. Mas, quando levantei ontem o problema das Minas Gerais, quando, agora falei com V. Ex<sup>a</sup>, nesse sentido da improvisação, através da criação dessa Comissão, é porque, por incrível que pareça, já havia sido marcada, para a Zona da Mata, no dia 14 de março, essa vacinação. Entendemos, então, que isso poderia ter sido um modo improvisado pelo Ministério da Saúde. Se o Ministério marcou, para aqueles municípios da Zona da Mata, esta vacina, é porque entendeu que seria uma área prioritária. E uma semana antes de que essa vacina fosse dada à população, o Ministério resolveu mudar para outras áreas prioritárias. Entendemos que prioridade é a erradicação da moléstia. Por isso, perguntamos a V. Ex<sup>a</sup> se essa Comissão está realmente funcionando.

**O SR. FAUSTO CASTELO-BRANCO** (Piauí) — Tenho o prazer de responder a V. Ex<sup>a</sup>. A Comissão foi organizada. Esses motivos, que eu justifiquei, talvez tenham mudado o rumo da Comissão. Mas é preciso que se diga que, em escala nacional, o Ministério da Saúde é autoridade. É ele quem dá o escalonamento de prioridades para a vacinação, e não seria eu quem iria responder, neste momento, a V. Ex<sup>a</sup> sobre esta prioridade ministerial. Obrigado ao nobre colega.

**O Sr. Milton Cabral** (Paraíba) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. FAUSTO CASTELO-BRANCO** (Piauí) — Pois não, nobre Senador.

**O Sr. Milton Cabral** (Paraíba) — Estou compreendendo que V. Ex<sup>a</sup> caminha para o final do seu pronunciamento. Queria apenas dizer que este problema "saúde" é da mais alta importância. Ele não pode ser analisado, simplesmente, em 20 minutos ou mesmo numa hora, como V. Ex<sup>a</sup> está tentando fazê-lo, porque tem implicações outras. Ele começa, inclusive, com a análise do nosso crescimento populacional. Na minha adolescência, o Brasil tinha trinta milhões de habitantes; hoje tem cento e oito milhões e, dentro de vinte e poucos anos, terá duzentos milhões. Os erros se acumularam ao longo do tempo. Ter-se-ia que fazer uma análise dos períodos anteriores para se constatar o abandono a que foi relegado o problema da saúde no Brasil, o que levou a nossa população a atingir os mais elevados índices em subnutrição e doenças infecciosas em todo o mundo. Não podemos admitir esta situação. Em qualquer análise que seja feita do problema, vai-se chegar à conclusão de que este Governo é impo-

tente para equacionar e resolver os problemas de saúde no Brasil. Teremos necessidade de abranger vários períodos governamentais; de um planejamento permanente, constante; de mobilizações extraordinárias de recursos. Quando assinalamos que mais de 40% da população brasileira — o que significa mais de quarenta milhões de habitantes deste País — estão depauperados desde o nascimento, quando se analisa o índice de mortalidade, que é um dos melhores indicadores para se avaliar o grau de desenvolvimento de uma nação, vamos constatar a dramática situação do povo brasileiro. Em nenhum outro Governo, como no atual e nos últimos anos, se estabeleceu uma programação tão rigorosa para se enfrentar o problema da saúde do povo brasileiro. Mas, já com a advertência da Mesa Diretora, acho que esse assunto deve prosseguir; devemos continuar a debater porque o problema da saúde, ao lado do da educação, constituem questões fundamentais para se forjar uma nação que poderá, amanhã, se intitular como desenvolvida. Pois não há desenvolvimento sem, em primeiro lugar, serem equacionados, esses dois itens fundamentais. Muito obrigado.

**O SR. FAUSTO CASTELO-BRANCO (Piauí)** — Agradeço ao nobre Senador Milton Cabral.

O meu tempo está se esgotando e eu proferiria, apenas, para o fecho do meu discurso, duas palavras, já com a aqüiescência e benevolência do Sr. Presidente.

O câncer, este terrível flagelo que eclode todos os anos em nossa pátria — entre 200 e 300 mil casos novos, dos quais cerca de 35% morrem no primeiro ano de doença — aparece como a segunda causa de mortalidade em capitais como o Rio e São Paulo.

Não obstante a gravidade com que ele surge, o Governo tem como uma de suas metas prioritárias a reestruturação e reequipamento de 36 centros de radioterapia existentes até o ano passado em todo o País, ao mesmo tempo manter 100 mil leitos hospitalares e ambulatórios capazes de atender a 760 mil consultas por ano. Entre os projetos específicos está a instalação de 100 centros de registro de câncer, até o final da década.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não vim a esta Tribuna Srs. Senadores, apenas como Senador que sou, responsável perante a Constituição e perante a Nação pelos problemas do País em geral. Aqui estou e pretendo estar antes de tudo e sobretudo, como técnico, como profissional, que desde sua juventude se tem dedicado aos problemas de saúde no Brasil. Ora dirigindo serviços de âmbito nacional, ora representando o Brasil em congressos internacionais, chegamos a uma única verdade: não se constrói a grandeza de um povo sem dar-lhe saúde, sem equacionar os seus problemas sanitários básicos. E desse fato o Governo está consciente, carregando nas mãos honestas do Presidente Geisel um dos mais pesados fardos, o da esperança.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas)

**COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:**

José Guimard — José Lindoso — José Sarney — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Marcos Freire — Paulo Guerra — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — Benjamim Farah — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Orestes Quêrcia — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Accioly Filho — Daniel Krieger.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, DE 1975

Altera o Art. 18 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 — Código de Minas, acrescentando-lhe o parágrafo que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Art. 18 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte parágrafo, renumerado o seu Parágrafo Único, para 1º:

“§ 1º

§ 2º Na hipótese de extinção ou cancelamento de pesquisa ou lavra, os requerimentos protocolizados no prazo de 10 (dez) dias da publicação dos referidos atos, serão julgados em condições de igual prioridade obedecidos os seguintes critérios seletivos:

I — Idoneidade Técnica;

II — Idoneidade Econômico-financeira;

III — Tradição;

IV — Interesse da Economia Nacional.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificativa

O Decreto-lei nº 227, de 1967, que deu nova redação ao Decreto-lei nº 1.985 de 1.940 — Código de Minas — determina, em seu art. 18, que “a protocolização do pedido de autorização de pesquisas do DNPM, assegurará ao requerente prioridade para obtenção da autorização...”

De fato, diante dessa situação legal, dúvidas têm surgido, não só no que tange à hipótese em que mais de um requerimento ingressa, no mesmo dia, na repartição competente, senão, também, à vista do fato de que o direito de prioridade é garantido antes de sua transformação em autorização de Pesquisa, ou seja, em fase anterior ao respectivo deferimento. Tem sido deprimente, também, a corrida que se tem travado, em muitos casos, com os interessados a disputar lugar em filas que amanhecem no DNPM, além de práticas condenáveis de antecipação ou retardamento da publicação dos despachos de caducidade, tudo, num artificialismo condenável, que nada tem a ver com o verdadeiro interesse de pesquisa mineral.

A simples diferença de um dia, na protocolização, garante, a rigor, privilégio que, em certos casos, contraria aspectos realmente importantes, vinculados ao interesse público, ainda quando não prejudicam o mais capacitado à realização do empreendimento.

O presente projeto visa, pois, a obviar a rigidez ao instituto legal, permitindo que, nesta situação, sejam julgados em condições de igualdade os requerimentos de interessados em pesquisas e lavra de minerais, consoante critérios técnicos, ligados à idoneidade técnico-econômico-financeira, à tradição e ao interesse da economia nacional, que fica, assim, a salvo, da especulação de pedidos de pesquisa feitos, exclusivamente, para negociar.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1975. — Senador José Sarney.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 227 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985 (Código de Minas), de 29 de janeiro de 1940.

Art. 18. A protocolização do pedido de autorização de pesquisa no DNPM, assegurará ao requerente, prioridade para obtenção da autorização, nos seguintes casos:

I — Se a área pretendida não for objeto de autorização de pesquisa, concessão de lavra, manifesto de mina ou reconhecimento geológico;

II — Se não houver pedido anterior de autorização de pesquisa objetivando a mesma área.

Parágrafo único. Ocorrendo qualquer dessas circunstâncias, nenhum direito terá adquirido o requerente com a protocolização do pedido, que será arquivado mediante simples despacho do Diretor-Geral do DNPM.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Minas e Energia e de Economia.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 1975**

**Altera o art. 16 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916), que dispõe sobre as pessoas jurídicas de direito privado.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 16, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916) passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16. São pessoas jurídicas de direito privado:

I — As sociedades civis religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública e as fundações.

II — As sociedades mercantis.

III — As empresas individuais que explorem qualquer atividade econômica de natureza civil ou mercantil.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**Justificação**

Parece-nos haver omissão no Código Civil Brasileiro no tocante à especificação das pessoas jurídicas de direito privado, omissão esta geradora de interpretações dúbias, do texto legal e consequentes confusões na sua aplicação.

Assim é que, ao se interpretar o art. 16 do referido Código, têm-se como pessoas jurídicas de direito privado, única e exclusivamente, as "sociedades" civis ou mercantis.

Omite-se o Diploma citado quanto às empresas ou firmas individuais.

Estas podem ser civis ou mercantis.

Vimos interpretações opostas, como a do eminente jurista, Desembargador Júlio Leal, Vice-Presidente do Tribunal e Corregedor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que, pelo Provimento nº 153, de 1º de março de 1973, enfatiza:

"... que a pessoa jurídica é plural, isto é, que é organizada, pelo menos, por dois (ou mais) indivíduos, ligados pelo vínculo do mesmo interesse; que a firma individual é o indivíduo comerciante, a mesma pessoa natural, em exercício habitual do comércio...; que as pessoas jurídicas são descritas no art. 16, item I, do Código Civil", e a da própria Consolidação do Imposto sobre a Renda, Decreto nº 58.400, de 10 de maio de 1966, que, no capítulo II, art. 16, caput, equipara as empresas individuais às pessoas jurídicas, e mais, diz, no § 1º deste mesmo artigo: "são empresas individuais (Lei nº 4.506, art. 41, § 1º): a) as firmas individuais".

Como se vê, o nosso ilustre Desembargador José Júlio Leal diz que a pessoa jurídica é plural, organizada, pelo menos, por dois indivíduos, e, opostamente, estabelece o Decreto nº 58.400 que as empresas individuais se equiparam às pessoas jurídicas e que as firmas individuais são empresas individuais, de acordo com a Lei nº 4.506.

Isto tudo, porque? Porque o nosso Código Civil é omissivo, quanto às empresas individuais, não as enquadrando, como pessoas jurídicas de direito privado.

Resulta, daí, que os Cartórios de Registro Civil não têm competência para o registro de firmas individuais por considerá-las comerciais, e as Juntas Comerciais não registram as empresas individuais civis, por não serem mercantis.

Impõe-se, portanto, a solução do impasse, o que será alcançado com a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1975. — Senador Vasconcelos Torres.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916

"Art. 16. São pessoas jurídicas de direito privado:

I — As sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública e as fundações.

II — As sociedades mercantis.

§ 1º As sociedades mencionadas no nº I só se poderão constituir por escrito, lançado no registro geral (art. 20, § 2º), e reger-se-ão pelo disposto a seu respeito neste Código, Parte Especial.

§ 2º As sociedades mercantis continuarão a reger-se pelo estabelecido nas leis comerciais.

**LEI Nº 4.506, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964**

"Art. 41. Constituirá lucro operacional o resultado das atividades normais da empresa com personalidade jurídica de direito privado, seja qual for a sua forma ou objeto, e das empresas individuais.

§ 1º São empresas individuais, para os efeitos desta Lei:

a) as firmas individuais;

b) as pessoas naturais que explorem em nome individual qualquer atividade econômica, mediante venda a terceiros de bens ou serviços, inclusive:

1 — a compra e venda habitual de imóveis;

2 — a construção de prédio, para revenda, ou a incorporação de prédios em condomínio;

3 — a organização de loteamento de terrenos para a venda a prestação, com ou sem construções.

**DECRETO Nº 58.400, DE 10 DE MAIO DE 1966**

"Art. 16. As empresas individuais, para os efeitos do Imposto de Renda, ficam equiparadas às pessoas jurídicas (Lei nº 4.506, art. 29, § 1º, e Decreto nº 56.720, art. 1º).

§ 1º São empresas individuais (Lei nº 4.506, art. 51, § 1º):

a) as firmas individuais;

b) as pessoas físicas que em nome individual explorem, habitual e profissionalmente qualquer atividade econômica de natureza civil ou comercial, com o fim especulativo de lucro, mediante venda a terceiros de bens ou serviços, inclusive:

I — a compra e venda de imóveis;

II — a construção de prédios para revenda ou a incorporação de prédios em condomínio;

III — a organização de loteamento de terrenos para venda a prestações com ou sem construções.

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

**REQUERIMENTO Nº 141, DE 1975**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requiro o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1974.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1975. — Senador Itálio Coelho.

**REQUERIMENTO Nº 142, DE 1975**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requiro o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1973.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1975. — Senador Itálio Coelho.

**REQUERIMENTO Nº 143, DE 1975**

Nos termos do disposto no art. 367 do Regimento Interno, requero o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 69, de 1972, que revoga a Lei nº 5.453, de 14 de julho de 1968, que institui o sistema da sublegenda partidária, feita a reconstituição do processo, se necessária.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1975. — Senador **Franco Montoro**.

**REQUERIMENTO Nº 144, DE 1975**

Nos termos do disposto no art. 367 do Regimento Interno, requero o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1972, que fixa em 6 horas o período de trabalho diários dos operadores em eletricidade, e dá outras providências, feita a reconstituição do processo, se necessária.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1975. — Senador **Franco Montoro**.

**REQUERIMENTO Nº 145, DE 1975**

Nos termos do disposto no art. 367 do Regimento Interno, requero o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 116/74, que "cria o Serviço Nacional de Alistamento Eleitoral, e dá outras providências", feita a reconstituição do processo, se necessária.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1975. — Senador **José Sarney**.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Os requerimentos lidos, nos termos regimentais, serão publicados e incluídos oportunamente em Ordem do Dia, nos termos do disposto nos artigos 279 e 102 do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Passa-se à

**ORDEM DO DIA****Item 1:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 37, de 1975, do Senhor Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1973, de sua autoria, que altera a Lei nº 5.726, que dispõe sobre medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento; a matéria continuará sua tramitação normal.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** —

**Item 2.**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 38, de 1975, do Senhor Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 1973, de sua autoria, que torna obrigatória publicação em bilhete de apostas da Loteria Esportiva Federal, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento; a matéria continuará sua tramitação normal.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** —

**Item 3.**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 123, de 1975, de autoria do Senhor Senador José Sarney, solicitando

a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso do Senhor Ministro Severo Gomes, na II Conferência-Geral da UNIDO, em Lima, Peru, realizada de 11 a 14 de março de 1975

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Aprovado o requerimento, será feita a transcrição solicitada.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** —

**Item 4.**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1974 (nº 767-B/72, na Casa de origem), que atribui a estudantes em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências, tendo

**PARECER FAVORÁVEL**, sob nº 686, de 1974, da Comissão

— de Educação e Cultura.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto irá à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, DE 1974**

(Nº 767—B/72, na Casa de origem)

Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969.

Parágrafo único. O início e o fim do período em que é permitido o afastamento serão determinados por atestado médico a ser apresentado à direção da escola.

Art. 2º Em casos excepcionais, devidamente comprovados mediante atestado médico, poderá ser aumentado o período de repouso, antes e depois do parto.

Parágrafo único. Em qualquer caso, é assegurado às estudantes em estado de gravidez o direito à prestação dos exames finais.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** —

**Item 5:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4, de 1975 (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 5, de 1975), que suspende, por inconstitucionalidade, a execução dos §§ 2º e 3º do art. 83 da Lei nº 2.085-A, do antigo Estado da Guanabara.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4, DE 1975

**Suspende, por inconstitucionalidade, a execução dos §§ 2º e 3º do art. 83 da Lei nº 2.085-A, do antigo Estado da Guanabara.**

O Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, inciso VII, da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica suspensa a execução dos §§ 2º e 3º do art. 83 da Lei nº 2.085-A, de 5 de setembro de 1972, do antigo Estado da Guanabara, declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro)** — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Srs. Presidente e Srs. Senadores:

Compreende-se que o Governo tenha decidido tomar a iniciativa dos debates no campo econômico — campo onde, efetivamente, a Revolução pode apresentar êxitos inegáveis — e tenha selecionado um dos membros mais inteligentes e mais estudiosos da sua Bancada, o ilustre representante do Ceará, Senador Virgílio Távora, para abrir esses debates.

Assim, Sr. Presidente, cabe a nós, da Oposição, dizer que o MDB, também no campo econômico, tem críticas sérias a fazer e sugestões a apresentar, para remediar um estado de coisas com o qual não concordamos em absoluto.

É o que pretendo fazer hoje, daqui desta tribuna.

As críticas da Oposição à política econômica dos Governos da Revolução concentram-se em dois aspectos estreitamente articulados: a exteriorização ou extroversão excessiva a que foi levada a nossa economia, e a concentração de riqueza nas mãos de uma minoria privilegiada de brasileiros.

São dois aspectos muito interligados, duas faces do modelo econômico da Revolução que muito dificilmente poderiam existir de forma independente uma da outra — e que, por isso mesmo, devem ser examinadas e discutidas conjuntamente. Neste ponto, já apresentaria uma divergência em relação aos pronunciamentos do Senador Virgílio Távora, que preferiu isolar e analisar separadamente o primeiro desses aspectos.

Teria sido difícil enveredar pelo caminho da extroversão se não tivesse havido a concentração de rendas, já que a demanda de consumo básico, gerada por um fortalecimento do poder aquisitivo das faixas mais largas da população, teria forçado a estrutura produtiva da Nação a voltar-se para o seu atendimento, deixando pouca margem de recursos e fatores a serem orientados para o mercado externo.

Teria de outra parte sido quase impossível prosseguir na linha de concentração da riqueza se não se adotasse também a outra diretriz, a da exteriorização, sob pena de interromper-se o processo de crescimento, por dificuldades ligadas ao subconsumo, ou à demanda extremamente diversificada e sofisticada dos grupos de rendas elevadas.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — Neste ponto, pedimos um aparte a V. Exª, nobre Senador Roberto Saturnino.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro)** — Com muita honra, Senador Virgílio Távora.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — Para retribuir a gentileza dos conceitos, inicialmente teríamos que dizer, com muita justiça, que, se a ARENA, neste ponto, é sobrepujada em felicidade pelo MDB, ...

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro)** — Não apoiado.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — ... é porque, justamente um ex-Diretor de Planejamento do BNDE representa nesta Casa a sua expressão máxima em ciência econômica. Mas, em atenção a um discurso que V. Exª, — a exemplo do que a Maioria fizera anteriormente — de antemão nos dá conhecimento, só uma resposta também à altura desses méritos deveria ser dada. Mas, o silêncio seria interpretado, eminente Líder, como uma aquiescência às teses esposadas por V. Exª. E, dentro dessa linha de raciocínio, apartes curtos, que apenas digam da nossa concordância ou divergência e o porquê delas. Eminente Líder, estamos, antes que V. Exª vá discordar do modelo, na mais profunda divergência quanto à afirmativa de que teria sido quase impossível prosseguir "se não se adotasse também a outra diretriz, a da extroversão". E por que citamos isso? Vamos nos socorrer do papa dos estruturalistas, justamente de Celso Furtado. S. Exª, quando em 1967, descrente das possibilidades do Brasil, apresentou seu "Plano para o Brasil", entre medidas que visavam a redistribuição de rendas, via tributária — e já nos referimos a ela — também propugnava, e muito, pela extroversão de nossa economia. Para não nos alongarmos neste aparte que damos a V. Exª, a fim de mostrar que a extroversão e concentração de rendas não são assim tão xifópagas, permitimo-nos um trecho de dois minutos, prometendo mais apartes a V. Exª embora bem mais curtos. Que este foi cumprido, reconhecemos.

**O Sr. Roberto Saturnino (Rio de Janeiro)** — Agradecerei a V. Exª

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (Ceará)** — O que diz o mestre da Sorbonne quando propugna por seu modelo? Medidas relacionadas com a orientação dos processos produtivos. V. Exª sabe melhor do que nós que seria a tributação para o agregado que, de bens de capital e mão-de-obra, fosse para os bens intermediários, exato? Medidas ligadas à inadequação do perfil da demanda global — e aí viria o imposto progressivo sobre as altas rendas. Todas, medidas para fortalecer o mercado interno, perfeito? Pois bem; as terceiras medidas de S. Exª são textualmente: "as políticas visando a corrigir a insuficiência de nossa capacidade de importação pelas exportações" — vai mais longe:

"o que interessa reter é o princípio geral; não existe nenhuma razão prática ou teórica para que um país como o nosso não diversifique as suas exportações, o que somente será possível se ele se lançar pelo caminho da exportação de manufaturados. Se a estrutura interna de preços impede essas exportações, será necessário criar uma estrutura externa de preços que o facilite. Tratando-se de um país que sofre um verdadeiro estrangulamento por insuficiência de capacidade para importar, onde as importações já se reduziram a 6 e 7% do Produto Nacional, contra uma média de 20 nos países da Europa Ocidental, o valor marginal que se exporta tem que ser muito alto, pois se mede pela raridade do que se importa."

Desculpe-nos o alongado do aparte. Objetivou apenas bem situar a nossa posição: será de uma expectativa simpática às palavras que V. Exª vai pronunciar, mesmo porque nos batemos pelo direito de falar, embora, muitas vezes, não concordemos com o que é dito. Desculpe-nos o aparte.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro)** — Obrigado, Senador Virgílio Távora. Um aparte de V. Exª sempre enriquece qualquer discurso nesta Casa. Ainda mais quando inclui nele uma referência a este ilustre economista, motivo de justo orgulho das universidades brasileiras, que é Celso Furtado.

Entretanto, longe de mim tentar qualquer equiparação com o Mestre da Sorbonne, como V. Exª o caracteriza, mas, neste ponto, talvez a ênfase da exposição estivesse no texto completo, ao invés de uma citação, que venha a reparar uma idéia que aparentemente a mim parece equivocada. Mas prefiro ficar...

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Quando for por erro de interpretação, é nosso. . .

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — De maneira alguma! Prefiro ficar com a minha interpretação, isto é, se o País tem uma determinada quantidade de recursos e fatores produtivos, e se naturalmente, grande massa desses recursos e fatores são orientados para atender a uma demanda interna, que cresce fortemente, com grande intensidade, é evidente que o bolo de recursos e fatores destinados a produzir para mercado externo tem que ser muito menor. Quer dizer, não há como se compatibilizar as duas coisas. A ênfase ou é para o mercado externo naquelas economias a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu, citando Celso Furtado, economias européias onde realmente, existe deficiências de recursos ou existe escassez de população, aí sim: para se gerar um produto maior, é preciso intensificar as trocas aumentando-se os riscos de instabilidade que decorrem dessa abertura proposital. Mas, em economias continentais de grande população, não há por que, pois se não há obrigatoriedade nesta extroversão, não há motivo de se partir para ela, desde que esta opção fatalmente levará a um maior risco de instabilidade, decorrente por exemplo, de crises internacionais como a que está ocorrendo no momento.

De forma que, é uma questão de repartição de recursos e fatores que são limitados, que são aqueles de que a Nação dispõe e que podem se orientar com mais ênfase.

É evidente que nós nunca descuraríamos completamente das exportações mesmo porque é impossível chegar à chamada alta exaçação. Mas, é uma questão de ênfase, repetimos, e aí, a nossa crítica. Quer dizer, o modelo revolucionário deu ênfase, ao nosso ver, excessivo ao mercado externo em detrimento, por conseguinte, daquela demanda interna que não pôde ser atendida.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Com muito prazer.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Então vamos neste ponto entrar num acordo. Está fixada a posição de V. Ex<sup>a</sup>, e a posição da Maioria. Para não interromper mais o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, neste ponto diremos apenas que responderemos ao mesmo *opportuno tempore*, com licença dos latinistas. . .

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Muito agradeço.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — . . . dando os dados que V. Ex<sup>a</sup> aqui nos pede. . .

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Perfeito.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — . . . Para reforçar não só nossa opinião mas, no particular, a também do Papa dos Estruturalistas.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Perfeito.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, vendo-os em conjunto, nós do MDB rejeitamos, combatemos esses dois aspectos, rejeitando e combatendo, por conseguinte, o próprio modelo econômico da Revolução, pois que essas duas faces são da própria essência daquele modelo. Rejeitamos a extroversão porque ela introduz um coeficiente de insegurança, de dependência e de instabilidade completamente desnecessário; a extroversão excessiva, bem entendido. E também porque ela exige a concentração da riqueza como contrapartida. Rejeitamos a concentração porque ela requer a extroversão e porque, sendo também desnecessária para o desenvolvimento econômico ela contraria um dos pontos fundamentais do conjunto de valores morais de nossa cultura, da nossa civilização nos dias de hoje, que é o conceito de igualdade, de equidade, de justiça social.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Permite V. Ex<sup>a</sup> outro aparte? Veja V. Ex<sup>a</sup> que neste último ponto, Governo e Oposição não divergem muito. Veja o pronunciamento invariável a respeito do Primei-

ro Magistrado da Nação. Referimo-nos ao último ponto, cá em baixo, não o da extroversão.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Agradeço a intervenção de V. Ex<sup>a</sup> e, prossigo Sr. Presidente, dizendo que o grande escândalo desse final de século não será mais a revelação de casos individuais de enriquecimento ilícito mas a denúncia dos privilégios em massa, usufruídos por minorias em diferentes países; assim como das desigualdades gritantes e injustificáveis entre as riquezas das diferentes nações.

Mas, Srs. Senadores, vou buscar discutir um pouco mais cada uma dessas questões, para esclarecer e fundamentar melhor as nossas posições.

A política econômica da Revolução, como disse o ilustre e nobre Vice-Líder Senador Virgílio Távora, "rompeu com o modelo tradicional, deslocando a ênfase — e a palavra ênfase aqui é muito necessária — da estratégia de substituição de importações para a promoção de exportações".

"Exportar era a solução"; abrir a nossa economia. O coeficiente de abertura (X/PIB) da economia brasileira que historicamente girava em torno de 5% ou 6% subiu, nos últimos 10 anos para cerca de 10% e estima o ilustre Senador Virgílio Távora que ele venha a atingir o nível de 15% nos próximos anos.

O Sr. Milton Cabral (Paraíba) — V. Ex<sup>a</sup> me dá licença para um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Milton Cabral (Paraíba) — Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> por ocupar a tribuna, objetivando debater política econômica. Estivemos aqui várias semanas, exclusivamente voltados para problemas de natureza política e, acho muito oportuno, também, enveredarmos por este caminho. Mas, para acompanhar o raciocínio de V. Ex<sup>a</sup>, eu queria apenas observar o seguinte: na realidade, não houve estratégia de abandono de uma política de substituição de importações por uma outra política de exportação. O que os diversos Governos da Revolução têm procedido é exatamente a aplicação das duas políticas ao mesmo tempo. Porque, como V. Ex<sup>a</sup> bem sabe, o Brasil não tinha mercado interno que pudesse absorver uma industrialização rápida: era muito mais fácil procurar se aproveitar o mercado do exterior do que o mercado interno, ainda a ser construído, e a exportação trazia, como vem trazendo, a possibilidade de obtermos as indispensáveis divisas para importarmos não só certas matérias-primas mas também as fábricas de fábricas, não produzidas ainda no País. Seria impossível acelerar o desenvolvimento da economia do País, sobretudo, no setor secundário, se não dispuséssemos de amplos e abundantes recursos de divisas em moedas fortes e enquanto isso, teríamos tempo de fortalecer e de criar um mercado interno. Portanto, não acredito, neste curto aparte, que houve, propriamente, o abandono de uma política por outra; o que se vem tentando é caminhar paralelamente. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Nobre Senador, respeito a opinião de V. Ex<sup>a</sup> que é um dos mais abalizados membros desta Casa para comentar um discurso dessa natureza mas, permita-me discordar e ficar com o ilustre Vice-Líder Virgílio Távora, porque realmente acho que houve uma mudança de estratégia na medida em que a ênfase se deslocou de um pólo a outro. Evidentemente, ênfase não quer dizer exclusividade. Ênfase é predominância é, digamos, sentido predominante de uma política.

O Sr. Milton Cabral (Paraíba) — Mas os fatos estão aí a demonstrar que há realmente um paralelismo.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Mas os fatos parecem que demonstram mais a nossa tese, a tese do Sr. Senador Virgílio Távora.

O Sr. Milton Cabral (Paraíba) — E não houve discordância também. . .

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — Eminentíssimo Líder, não vai querer nos parodiar em fazer o que dias atrás, com V. Ex<sup>a</sup> e o ilustre representante de Minas Gerais, realizamos, isto é, não há a menor discordância entre o que está aqui dito e o que o eminentíssimo representante da Paraíba afirmou. Ênfase não quer dizer abandono, ao contrário. . .

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro)** — É que V. Ex<sup>a</sup> se referiu a uma mudança de estratégia.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — . . . se pomos ênfase nas exportações não quer dizer que vamos acabar com substituição de importações, nem vice-versa.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro)** — Perfeito.

Continuando, Sr. Presidente, diante dessa inequívoca extroversão a que se chegou pela via do modelo adotado, pergunta-se:

Por que essa abertura triplicada de 5% para 15%, como prevê o Senador Virgílio Távora? Por que exportar era a solução?

Seria o Brasil um País com base territorial pequena ou população escassa, um desses países como o Japão, como a Holanda ou como o Canadá que, por escassez de um desses fatores, precisa ter uma economia essencialmente aberta? Não. Ao contrário, o Brasil só pode se alinhar entre as economias continentais de grande população que, como os EE UU, a URSS e a China, têm coeficientes de abertura muito baixos, exatamente porque não precisam se submeter aos riscos de uma exteriorização maior — riscos de dependência e de instabilidade a que me referi.

Não sendo essa a razão, poderia haver outra. Poderia haver, por exemplo, grandes vantagens comparativas em aumentar a exportação de mercadorias que seríamos capazes de produzir a custos relativamente baixos mais para importar, com o produto dessa venda vantajosa, outras cuja produção seria mais difícil ou custosa de se obter internamente. Mas com certeza também não foi esse o caso, já que, para elevar as nossas exportações ao ponto em que foram elevadas as exportações de manufaturados, teve, o Governo, que dar uma soma tão grande de incentivos — isenção de IPI, isenção do ICM, crédito de IPI, financiamento a juros subsidiados e outros — imposto de renda, também, que muitos economistas nossos sustentam que estamos vendendo a preços inferiores aos custos internos de produção, subsidiando portanto o consumo de outras nações (enquanto o nosso pobre consumo interno básico não pode ser subsidiado, por razões que até hoje ignoramos, não pode, nem mesmo, ser aliviado do ICM). E a política de forçar exportações não se limitou aos manufaturados. Agora vêm à tona outras manobras, como a das operações especiais, secretas, de venda de café, cujos efeitos ruinosos estamos sentindo hoje.

Então, decididamente, Sr. Presidente, não se tratava de explorar vantagens comparativas.

Por que, então, "exportar era a solução"?

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — V. Ex<sup>a</sup> dá licença para outro aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro)** — Com muito prazer e muita honra.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — Eminentíssimo Líder, novamente aqui não pode haver silêncio da parte da Maioria, na afirmativa de V. Ex<sup>a</sup>: isto é, antes de 1963, esgotada a capacidade de substituição de importações, ficamos com as importações a níveis que até 1967, balanceando-se com as exportações, não chegavam a um e meio bilhão de dólares. Como estava terminado o processo de substituição de importações ou as suas raízes mais produtivas, agora, teria de se derivar, apenas, para o processo de substituição de importações, aí já de bens de capital — concorda V. Ex<sup>a</sup>?... Teve-se, realmente, que seguir numa diretriz que era exportar, inclusive, para pagar endividamentos, estes, sim, feitos atabalhoadamente de maneira que, muitas vezes, nos deixaram à beira da moratória internacional. Então, por que se precisava exportar? Para dar desenvolvimento ao País, para, inclusive, modificar esta balança nossa de pagamento, esse

perfil de dívidas que apresentava características alarmantes, logo após a Revolução, fruto de uma mentalidade, que, até aquele momento, se dirigia única e exclusivamente para solução do problema à base de substituição de importações. Mas, desculpe termos interrompido o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, objeto que será, então, da resposta que daremos. Mas, não podíamos ouvir calado esta parte. Apenas afirmávamos que estas vendas ruinosas de café que V. Ex<sup>a</sup> está citando, sobre as quais poder-se-ia muito discutir noutra ocasião, seria como um conduta de combate, dentro da estratégia geral e, se alguma coisa, certa ou errada, foi feita, este Governo verificará os responsáveis, não tenha a menor dúvida. Mas, um pequeno fato não faaz ruir um conjunto que é grandioso.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro)** — Os apartes de V. Ex<sup>a</sup>, Senador, sempre trazem luz e enriquecem qualquer discurso, como já havia dito. Tanto assim, que vou recorrer às palavras de V. Ex<sup>a</sup> num dos seus magníficos discursos pronunciados nesta Casa, para responder a pergunta:

Por que, então, "exportar era a solução".

Ilustre Senador Virgílio Távora nos dá a resposta, no seu primeiro discurso: "A mudança de dimensão da nossa economia exigia a implantação de grandes projetos, para cuja viabilização o nosso mercado interno não era suficiente; era preciso buscar uma complementação de mercado fora do País".

É uma resposta correta, não há a menor dúvida, desde que (isso é importante) o modelo fosse o de não abrir o mercado interno à participação das faixas mais densas da nossa população. Porque dentro de outro modelo mais redistributivista — mais emedebista, digamos assim — não necessitaríamos de nenhuma complementação de mercado para viabilizar grandes projetos de indústrias alimentares, indústrias têxteis, indústrias de calçados, ou mesmo de produção de um ou dois tipos de automóveis de baixo preço.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — Mais uma vez V. Ex<sup>a</sup> contradiz frontalmente Celso Furtado que foi — digamos assim — o chefe dos estruturalistas da CEPAL.

**O Sr. Milton Cabral (Paraíba)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte? (Assentimento do orador.) Não tenho nenhum prazer de estar interrompendo, ...

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro)** — O prazer é meu em ser interrompido por V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Milton Cabral (Paraíba)** — ... mas é preciso encaixar o aparte no momento exato. Então, V. Ex<sup>a</sup> está concordando com o meu aparte anterior. Se concordássemos, agora, com o raciocínio de V. Ex<sup>a</sup>, que o Brasil já tivesse um mercado interno constituído, pronto, capaz de absorver a produção que V. Ex<sup>a</sup> imagina.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro)** — Esta é a nossa opinião. É preciso dizer isto.

**O Sr. Milton Cabral (Paraíba)** — Muito respeitável, e V. Ex<sup>a</sup> cita economistas. V. Ex<sup>a</sup> sabe que se há uma classe desunida em opiniões é a dos economistas, para começo de debate.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro)** — Os políticos também. (Risos.)

**O Sr. Milton Cabral (Paraíba)** — Como também nós. Mas o fato é o seguinte: a política de exportação que V. Ex<sup>a</sup> está condenando, exporta vários insumos. Exportamos, por exemplo, mão-de-obra — como V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem. V. Ex<sup>a</sup> tem que admitir, para início e fundamento desta discussão, temos que partir da escassez de capital que existe no Brasil. O Brasil é um país, como V. Ex<sup>a</sup> bem adiantou, de população muito grande; temos hoje mais de cem milhões de habitantes. Mas, se temos esta força, por outro lado, carecemos de capital, de recursos financeiros, para os grandes empreendimentos que o desenvolvimento exige, e que terão que ser buscado internamente na mobilização da poupança interna, como também, na mo-



bilização da poupança externa. A mobilização da poupança externa só pode ser feita de dois modos — como V. Ex<sup>a</sup> sabe, bom economista que é: através dos investimentos permanentes, diretos, ou através de ganharmos dinheiro vendendo para o exterior.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Muito obrigado. Agradeço o aparte, que de certa forma reforça nosso ponto de vista. Na medida em que temos carência de fator capital — é uma verdade — devíamos orientar a nossa produção para aqueles setores que justamente são menos exigentes em termos de capital; quer dizer, onde a relação capital-produto é menor. E são por coincidência precisamente aqueles setores cuja demanda, digamos, é de base, que pode ser criada como simples processo de redistribuição de renda; são as tradicionais indústrias brasileiras: a indústria têxtil, a indústria alimentar, a indústria de calçado.

Dizer-se que não havia mercado interno, a nosso ver, é um erro. Havia e há grande mercado interno em potencial, que se concretiza na medida em que a riqueza nacional se distribui por estas faixas mais largas da população, e aí sim, criando, gerando uma demanda enorme nesses setores de indústrias mais tradicionais, demanda esta que pode ser atendida com esforço de capitalização muito menor do que o atendimento da demanda de bens sofisticados por parte das classes de renda mais alta.

**O Sr. Milton Cabral** (Paraíba) — Uma pergunta: há vinte ou dez anos, onde estava essa grande riqueza nacional? Ela existia em estado potencial.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Não! Permita-me discordar, nobre Senador. Há dez anos já existia produto suficiente para, uma vez melhor distribuído, gerar demanda bastante para o desenvolvimento dessas indústrias.

Este é o nosso ponto de vista, a tese pela qual nós nos debatemos há muito tempo, desde aquela época.

**O Sr. Milton Cabral** (Paraíba) — Ainda não existia indústria. A indústria está surgindo de uns anos para cá, nobre Senador.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Nobre Senador, permita-me discordar. A indústria nacional surgiu desde o início do século, acentuou-se na década dos trinta e depois, em quarenta e cinco, ainda mais. Concordo com V. Ex<sup>a</sup> em que a indústria mais sofisticada desenvolveu-se fortemente nos últimos tempos, o que não quer dizer que não se poderia ter desenvolvido tão fortemente, com índices de crescimento tão grandes, outro tipo de indústria menos sofisticada e menos exigente de fator capital.

**O Sr. Milton Cabral** (Paraíba) — Permita interromper, mas V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que a primeira grande indústria siderúrgica surgiu neste País depois da Segunda Guerra — duzentas e cinquenta mil toneladas. Quando falamos na grande indústria não nos referimos nem à indústria açucareira, nem à indústria têxtil, que eram os grandes setores que o Brasil podia realmente apresentar. Quando falamos em indústria, referimo-nos à indústria pesada, à indústria eletrônica, à petroquímica, à indústria de máquinas, à produção de ferramentas e de fertilizantes. Isto é a grande indústria. O Brasil tinha como característica fundamental exatamente ser um País eminentemente agrícola. A indústria siderúrgica, ainda hoje está-se compondo neste País, V. Ex<sup>a</sup> sabe. Durante muitos anos vivemos apenas com Volta Redonda, fruto, exatamente, de um preço pela nossa entrada na Segunda Guerra.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Nobre Senador, eu não concordaria com V. Ex<sup>a</sup> nesse ponto, mas vou-me permitir não mais discutir este assunto, para não desviar a rota do meu discurso.

Insisto em dizer que a industrialização teve grandes períodos de impulso durante a década de trinta e depois de quarenta e cinco. Não só com Volta Redonda; Usiminas e Cosipa foram iniciadas na década de cinquenta. Por conseguinte, o desenvolvimento industrial

brasileiro não é obra de após 1964. V. Ex<sup>a</sup> há de concordar, insisto em dizer, que esse processo tem raízes históricas muito anteriores.

**O Sr. Itamar Franco** (Minas Gerais) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Com muito prazer, nobre Senador.

**O Sr. Itamar Franco** (Minas Gerais) — Concordamos em que as grandes indústrias tomaram impulso 10 ou 15 anos atrás, mas quero lembrar que logo após a II Grande Guerra Mundial, o Brasil era favorecido na sua balança de pagamentos com um bilhão e quatrocentos milhões de dólares. Era o saldo favorável ao Brasil.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Saldo acumulado.

**O Sr. Itamar Franco** (Minas Gerais) — Exatamente, Ex<sup>a</sup>

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Sr. Presidente, quanto à desnecessidade de uma complementação de mercado interno para viabilizar certos tipos de setores industriais, aí está a nossa divergência fundamental. Mas o eminente Senador Virgílio Távora reforça os argumentos do Governo e aduz: sobreveio, inesperadamente, à nossa revelia, o aumento dos preços do petróleo e, se não tivéssemos estimulado as nossas exportações, agora estaríamos em graves apuros, não tendo como pagar nossas importações. Assim, até por mero acaso — crise, elevação dos preços do petróleo inesperada — se poderia demonstrar a justeza da política do Governo.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Com prazer.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — Eminente Líder, vamos aqui lidar só com números; e não mais ficar no terreno opinativo. A situação do Brasil, atualmente, é uma. Se não tem ele feito as exportações como fez, se nesta política extrovertida não tem realizado um endividamento controlado como procuramos mostrar da vez anterior, ele não teria solvabilidade, e estaria em situação parecida com a da Índia. V. Ex<sup>a</sup> diz: "Foi acaso". Estamos mostrando fatos. Até 1967, o patamar de nossas importações e exportações — um bilhão e meio de dólares, o máximo. Concorda?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Um por outro.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — Só em petróleo estávamos pagando no ano passado 1,84 vezes este montante. Máquinas e equipamentos, duas vezes. Não precisamos de enumeração maior.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — V. Ex<sup>a</sup> pode me dizer se há ferro e aço?

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — Se V. Ex<sup>a</sup> deseja, ferro e aço — uma vez.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Não ferrosos...

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — Não ferrosos — 0,30. E tudo isto, o que é? É o que importamos para vir ao País poupança externa que se junta à interna para o nosso desenvolvimento. V. Ex<sup>a</sup> pode não concordar com o modelo de desenvolvimento, mas achar que realmente...

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — O que eu não concordo é, exatamente, com o modelo.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — ... não houve esses frutos e essas consequências para o País, com toda a inteligência de V. Ex<sup>a</sup>, que é tão grande — e nisso daí não estamos lhe fazendo favor porque toda a Casa sabe disso — é muito difícil demonstrar que tai

não houve. V. Ex<sup>a</sup> pode não concordar com o modelo, mas essa extroversão trouxe essa garantia que hoje o País vive na relativa tranquilidade, e que estaria em situação tipo Índia, vamos repetir, se não houvesse a ação governamental. Contra fatos não há argumentos. Desculpe-nos a intromissão porque V. Ex<sup>a</sup> citou justamente afirmativa nossa.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro)** — Não! A intromissão é justamente pertinente e esclarecedora, nobre Senador.

Continuando o meu discurso onde vem exatamente um período que responde à formulação de V. Ex<sup>a</sup>, eu diria: De acordo — volto a repetir — dentro do modelo adotado pela Revolução estaríamos, sim, em grandes dificuldades hoje. Porque se as diretrizes tivessem sido outras — mais distributivistas, mais mercado interno, mais embebestas — volto a repetir —, seguramente não estaríamos hoje importando tanto aço, tanto equipamento, não estaríamos fazendo tantas remessas por conta de lucros, royalties e assistência técnica, não estaríamos gastando tanto em viagens de turismo ao exterior e, mais, não estaríamos com certeza consumindo tanta gasolina e importando tanto petróleo para satisfazer o herói do nosso desenvolvimento recente — o proprietário de automóvel.

O quadro não seria pois tão grave quanto pode parecer. E mais grave me parece a perspectiva de médio prazo a partir de agora, obrigados que estamos, dentro do modelo adotado, a continuar elevando fortemente as nossas exportações (taxas da ordem de 20% ao ano) numa conjuntura mundial de recessão.

Mais grave — acrescento — me parece a situação de um grande conjunto de indústrias que se implantou exatamente para atender ao modelo de extroversão e as quais agora se encontram em grandes dificuldades.

Ainda ontem, neste plenário, com o apoio, senão me engano, de V. Ex<sup>a</sup> a um aparte do nobre Senador Mauro Benevides, se comentava sobre a situação difícil em que muitas indústrias do Ceará se encontram, implantadas que foram para o mercado externo. E não só no Ceará, e não só no Nordeste, mas em todo o País, haja vista a notícia hoje publicada pela imprensa, do crescimento acentuado de protestos de títulos, e falências e concordatas em várias empresas. Acredito que a causa fundamental, em muitos casos, talvez na sua maioria, seja esta: implantação de indústrias voltadas exclusivamente para o mercado interno e que, agora, estão enfrentando situação gravíssima.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — Eminentíssimo Líder, só uma achega ao seu discurso que, justamente, na retificação feita, talvez possa esclarecer um pouco a V. Ex<sup>a</sup>: as indústrias do Ceará que estão em situação difícil, todas voltadas para a exportação, são indústrias montadas há muitíssimo tempo. Uma ou outra após a Revolução de 1964. E estão em situação difícil não pelo modelo brasileiro, mas porque são indústrias meramente de beneficiamento leve de produtos primários. Quando nós exportamos a lagosta, apenas a frigorificamos; quando exportamos o algodão, apenas o prensamos; quando exportamos a castanha de caju, apenas a separamos do pedunculo e a despulpamos. Realmente, o aparte do Senador Mauro Benevides ao discurso que ontem fazíamos, sobre apreciação da situação do nosso Estado, nada tem a ver com essa extroversão. Essas indústrias do Ceará são indústrias de há muito, muito mesmo, eminente Senador, exportadoras, antes mesmo da Revolução de 1964. Apenas uma pequena retificação, que não invalida o seu raciocínio, e aumenta as razões de ficarmos com o nosso.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro)** — Agradeço o esclarecimento e, neste ponto, absolutamente não vou discutir com os conhecimentos que V. Ex<sup>a</sup> possui.

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro)** — Com muito prazer.

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo)** — Queria fazer duas observações ao brilhante discurso que V. Ex<sup>a</sup> vem proferindo, documentado, objetivo e que honra o Congresso Nacional e o Senado da República.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro)** — Obrigado, Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — Apoiado.

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo)** — A primeira é a seguinte: o próprio Governo atual reconhece o erro denunciado por V. Ex<sup>a</sup>. O apoio excessivo à indústria automobilística, as facilidades de créditos que foram oferecidas muito acima do que seria normal e que acabaram por determinar uma modificação substancial e protestos dos interessados. É o reconhecimento da tese de V. Ex<sup>a</sup>. E se o Governo modificou é porque considerou errado o que se fez no passado. A tese de V. Ex<sup>a</sup> é a tese que está sendo defendida atualmente pelo Governo, mas é a denúncia do erro que se cometeu no passado. Além disso, se o erro data de muito tempo, como no caso do Ceará, de indústrias que se limitam a quase exportar a matéria-prima, com pequena introdução da mão-de-obra brasileira, da tecnologia brasileira, a culpa não cabe apenas ao passado, cabe aos Governos mais recentes que não deram apoio suficientemente intensivo para dinamizar esse setor, e fazer aquilo que V. Ex<sup>a</sup> pregou no início do seu discurso — introduzir uma industrialização adaptada à nossa realidade. Seria a forma de distribuir o desenvolvimento brasileiro e o desenvolvimento econômico por setores da nossa economia, distribuídos a todo o território nacional e não apenas o apoio a um determinado tipo de indústria que absorvia, como V. Ex<sup>a</sup> conhece e implicitamente inclui no seu discurso, a setores prioritários nem sempre significativos da economia brasileira efetiva. Eu me congratulo com V. Ex<sup>a</sup> e lembro esses fatos, apenas, para reforçar a brilhante argumentação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro)** — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Nós, do MDB, esta é uma verdade, temos aqui aplaudido e louvado muitas das mudanças de orientação do Governo dentro do processo a que o nobre Líder Petrônio Portella chama continuidade revolucionária, e que eu acharia, talvez, mais próprio chamar descontinuidade. Em todo caso, essa mudança flagrante de orientação no campo econômico e social nós temos aqui louvado e aplaudido muito, e é exatamente o que V. Ex<sup>a</sup> diz: o Governo hoje reconhece muitos dos erros cometidos no passado, que nós estamos apontando aqui, com o fito único de construir um quadro que justifique as nossas posições.

**O Sr. Petrônio Portella (Piauí)** — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte? (Assentimento do orador.) — O nobre Líder Franco Montoro cometeu, e vez por outra S. Ex<sup>a</sup> o faz, um erro no manuseio da lógica. Quando se muda, não se quer dizer que se vá destruir, que se vá negar; muda-se para aperfeiçoar. Se há uma dinâmica administrativa e ao longo dela os fatos, em razão da própria dinâmica, mudam, evidentemente que a nova política há de adaptar-se à realidade criada. Razão pela qual não há descontinuidade e nem há retificação; há aperfeiçoamento, há uma dinâmica que visa sobretudo a se adaptar às circunstâncias que o próprio Governo cria e gera através da sua ação.

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo)** — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte, já que fui expressamente mencionado? Penso que o nobre Líder Petrônio Portella me interpretou mal, talvez por dificuldade de comunicação de minha parte. Eu não critiquei o Governo por fazer modificações; eu o louvo. Mas, modificação há. Quando se modifica, quando se introduzem outros critérios por considerar que o critério anterior não corresponde àquilo que representa a nossa necessidade, houve mudança. Não há nenhuma falta de lógica; eu não considero ilógico o Governo. Pelo contrário, eu o considero um bom cumpridor do seu dever reconhecendo a crítica feita por nós anteriormente; foi reconhecida pelo Governo e traduzida em atos objetivos, que

merecem o nosso aplauso. Mas não se pretenda levar a defesa do Governo além daquilo que o próprio Governo pretende. Houve realmente erro, é inegável que a ajuda concedida à indústria automobilística foi excessiva, e quem diz isso não sou eu, Líder da Oposição. Quem o diz são os Ministros do Governo que foram a São Paulo, por exemplo, em reunião com a indústria e reconheceram: "Os Senhores não esperem por igual proteção porque ela estava sendo excessiva". A dependência nossa em relação ao petróleo, por exemplo, que se agravou pela elevação das condições internacionais, decorreu de orientação que havia sido denunciada pelo MDB, aqui — a excessiva proteção.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão.**

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo) —** Há setores que não correspondiam às nossas necessidades; correspondiam, talvez, a pressões, correspondiam a uma imagem de desenvolvimento em relação a outros países, mas não correspondiam ao nosso desenvolvimento. Esta é a tese fundamental que vem sendo exposta brilhantemente pelo Senador Saturnino Braga. Nós estamos apenas destacando os aspectos políticos e apontando alguns fatos, para que não se veja uma concordância total. Há divergências; houve erros, e é preciso não incidir nos mesmos erros. O Governo está mudando essa orientação; vamos aplaudi-lo. Uma forma de não apoiar o Governo é dizer que não houve erro no passado, porque isto vai facilitar a reincidência naqueles erros que foram graves, e que não podem se repetir.

**O Sr. Petrônio Portella (Piauí) —** Permita-me V. Ex<sup>a</sup>? Tenho a impressão de que V. Ex<sup>a</sup> não entendeu o que eu achei por bem dizer em relação ao aparte do ilustre Líder. Deixei bem claro que houve mudança, é verdade, mas não houve retificação. Há uma dinâmica. Evidentemente que aquilo que era válido em termos de cinco anos, já agora não o é. De maneira que deixo bem claro que há inovações que se fazem, como há aperfeiçoamentos que se verificam. Isto não quer dizer que, tem havido erro grave, gravíssimo. Isso ficou simplesmente em termos mais ou menos vagos, através da palavra do eminente Líder do MDB. Tenho a impressão de que ficou bem claro, que eu não disse, em nenhum momento, que S. Ex<sup>a</sup> estava a criticar a orientação atual e em defesa de orientações passadas. Deixei bem claro, sim, que, em verdade, diariamente estamos mudando porque a própria dinâmica da administração e da sociedade determina mudanças, às vezes até radicais.

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo) —** V. Ex<sup>a</sup> permite um novo aparte, nobre Senador Roberto Saturnino? (*Assentimento do orador.*) Apenas pela oportunidade, em duas palavras ficará bem clara a nossa divergência.

**O Sr. Petrônio Portella (Piauí) —** Tenho a impressão de que não há divergência.

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo) —** Talvez, não haja, mas há uma diferença que faço questão fique bem clara. Não se trata apenas de situação nova, que exige novos processos. É preciso ter a sinceridade, o espírito de verdade para reconhecer que não apenas a situação hoje é diferente, mas reconhecer que a proteção dada no passado foi excessiva. É preciso ter, digamos assim, a modéstia de reconhecer que houve o erro. Não se trata apenas de uma adaptação a novas condições. Dou exemplo concreto: a proteção dada à compra e venda de automóveis, por exemplo. A proteção dada naquela ocasião foi excessiva. Não se trata de não manter isto, hoje, porque realmente não seria possível, mas trata-se de reconhecer que, no passado, aquela proteção foi além do que era razoável. É, portanto, o reconhecimento de um erro que precisava ser corrigido, e a correção está-se dando, com aplausos ao Governo.

**O Sr. Petrônio Portella (Piauí) —** Finalmente chegamos a um acordo, porque S. Ex<sup>a</sup> fala em coisa excessiva e em coisa razoável. Estamos num mundo do subjetivo: S. Ex<sup>a</sup> está sentado em sua cadei-

ra e eu estou sentado na minha. Nesse mundo de subjetivismo, evidentemente, nós não poderíamos chegar a qualquer conclusão.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará) —** Permite V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) —** Nobre Senador, eu pediria apenas brevidade.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará) —** Permita. Vamos ser breves; mas V. Ex<sup>a</sup> nos citou. Dissemos desde o início que havia uma estratégia de desenvolvimento. Essa estratégia, como todo o plano, atualiza-se, modifica-se com o tempo naqueles procedimentos — desculpe a gíria militar — da condução do combate. Mas o que houve foi mudança de situação, mudanças conjunturais, às quais essa estratégia se adaptou, e se não se adaptasse seria uma estratégia criminosa, porque seria uma estratégia feita para a satisfação de vaidades. Se naquele momento se dava uma ênfase maior aos setores a, b ou c, ênfase que podemos discutir se era mais feliz, estava tudo coerente com a estratégia que, naquele momento, se preconizava. As circunstâncias mudaram: veio a crise de 1973, e a inflação mundial. Então realmente houve adaptação da estratégia às novas condições. Não estamos aqui dizendo que a estratégia era perfeita, que não tinha seus senões. V. Ex<sup>a</sup> vai fazer-me justiça — desde o primeiro discurso dissemos: não temos a pretensão de defender um modelo de desenvolvimento que não tivesse seus enganos e seus fracassos, mas no conjunto ele foi válido e transformou — e isso daí desafia contestação — a economia brasileira noutra ordem de grandeza. A nossa economia hoje não é aquela ordem de grandeza da economia há dez anos. Houve realmente maturidade na nossa economia.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) —** Agradeço e reforço a opinião de V. Ex<sup>a</sup>. Houve realmente mudança de estratégia. Apenas fazemos questão de declarar que a nossa concordância é com a estratégia nova e não com a antiga. Aachamos que a nova poderia e deveria ter sido aplicada mesmo na situação anterior.

**O Sr. Mauro Benevides (Ceará) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) —** Com muito prazer.

**O Sr. Mauro Benevides (Ceará) —** Nobre Senador Roberto Saturnino, V. Ex<sup>a</sup> mencionou há poucos instantes o debate que travamos na tarde de ontem, o nobre Senador Virgílio Távora e eu, em torno do problema que angustia as indústrias cearenses. Neste instante, recorro para V. Ex<sup>a</sup> que, em outubro do ano passado, o Presidente Ernesto Geisel, cercado da expectativa mais favorável e de toda a confiança do Nordeste, esteve na cidade do Recife onde fez o anúncio oficial do Polonordeste. Posteriormente, no dia 6 de fevereiro último, Sua Excelência esteve no Ceará e aí então lhe foi entregue um memorial circunstanciado, por parte das classes empresariais do Estado. No meu primeiro pronunciamento da tribuna do Senado, no dia 6 de março — um mês, portanto, após a visita do Senhor Presidente da República ao Estado do Ceará, comentávamos essa situação que se agravava a cada momento. Seis meses decorridos do anúncio do Polonordeste — não pretenderíamos que as distorções no Nordeste, no plano econômico, fossem corrigidas nesse período apenas — sente-se um agravamento da situação dessas indústrias, justificando, assim, a reformulação dessa estratégia de comportamento do Governo no que tange à sua política econômica na nossa região. Ainda ontem reclamávamos, no aparte que concedíamos ao nobre Senador Virgílio Távora, a presença de Ministros da área econômica e do Sr. Ministro da Indústria e do Comércio para que houvesse uma coordenação positiva e direta daquelas medidas que iriam socorrer a indústria nordestina. Já hoje os jornais anunciam que o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento, Sr. João Paulo dos Reis Velloso, estaria, na próxima quinta-feira, no Recife, para um contato direto com os Governadores daquela área, quando fará, naturalmente, um exame de perto da realidade nordestina. Queira Deus que realmente o Governo en-

contre o caminho ideal para recompor essa situação de angústia por que passa a região nordestina.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro)** — Agradeço muito o aparte esclarecedor de V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Otair Becker (Santa Catarina)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro)** — Não negarei aparte a nenhum dos ilustres colegas. Entretanto permito-me pedir a maior brevidade porque, realmente, o meu discurso está-se tornando menor que os apartes.

**O Sr. Otair Becker (Santa Catarina)** — Espero, eminente Senador, que quando V. Ex<sup>a</sup> fez referência à evasão de divisas com o turismo, não se tenha referido às viagens de industriais ao exterior porque, como disse no meu discurso de estréia, venho de um Estado que tem nada menos de dez mil indústrias, a maioria de pequeno e médio portes, e posso afirmar a V. Ex<sup>a</sup>, com conhecimento de causa e com experiência própria, de que a ida de empresários para outros países nos traz grandes benefícios. Tenho até como norma dizer que a saída de empresários brasileiros para o exterior é um investimento de rentabilidade a curto prazo.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro)** — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Realmente não saberia diferenciar. Recorro aos dados do Banco Central que classifica, numa rubrica única, "viagens ao exterior de turismo", e essa rubrica atinge, no último ano, a quase 300 milhões de dólares. Fico sem saber, dentro desse bolo, o que corresponde ao investimento ao qual V. Ex<sup>a</sup> se refere.

Continuando, Sr. Presidente, o mesmo se pode dizer quanto ao crescimento acentuado de nossa dívida externa. É uma componente do modelo extrovertido; embora uma política de endividamento controlado pudesse também ser usada com vantagem em outro modelo, de características mais emendebistas.

Há aqui, entretanto, um comentário que julgo importante.

Recolho do discurso do eminente Vice-Líder Virgílio Távora, da ARENA, algumas citações.

"Uma política orientada no sentido de captação de recursos externos, com o objetivo de proporcionar maiores níveis de investimentos e bem-estar do que os permitidos com o uso exclusivo da poupança interna conduz necessariamente ao endividamento externo..." "Em outros termos, somente as importações em volume superior às exportações de bens e serviços permitem ao País materializar uma transferência de recursos reais do exterior, fazendo com que a Economia assumia compromissos a serem cumpridos em anos futuros com a transferência ao exterior de bens e serviços gerados no País". E "um alto déficit em conta corrente é, sob muitos aspectos desejável, pois significa que o País está efetivamente reforçando a sua capacidade de poupança física pela absorção de capitais estrangeiros".

Concordamos, nós do MDB, com essas afirmações também, colocada, porém, uma condição novamente, desde que a aplicação desses recursos externos se faça de modo a dar ao País um bom (senão ótimo) resultado em termos de desenvolvimento e de capacidade de pagamento no futuro. Em outras palavras: endividar a nação para ampliar sua indústria siderúrgica, sua produção de metais não-ferrosos, de fertilizantes e de equipamentos parece decididamente um bom negócio. Mas tomar empréstimos no exterior para com esses recursos, importar bens supérfluos, ampliar a produção de automóveis ou construir a Ponte Rio-Niterói, só podemos chamar a isso de irresponsabilidade, acobertada por uma censura de imprensa que impedia qualquer crítica à política econômica do Governo, nessa época.

**Retiro ainda do último discurso do Senador Virgílio Távora:**

"Condição sine qua non para o êxito desta política é uma eficiente administração financeira externa, pronta a atender a estrangulamentos eventuais no balanço de pagamentos.

Honra-nos o Brasil — e com isso nos rejubilamos — de ter um dos serviços de dívida externa mais bem administrados em todo mundo."

Não queremos contestar essa afirmação, absolutamente, mas é importante ressaltar que ela se refere a uma administração meramente financeira, sem nenhuma interferência na orientação dos recursos que ingressam para investimentos de maior prioridade: e o resultado é hoje bem conhecido: nos setores básicos da nossa economia — siderurgia, transportes ferroviários, produção de fertilizantes, de não-ferrosos e de bens de capital em geral — poderíamos estar com aproveitamento melhor daqueles endividamentos feitos nos anos anteriores. Poderíamos estar com os nossos programas avançados, no mínimo, de três anos, o que seria de suma importância, de importância capital nos dias que correm.

Mas, Srs. Senadores, falei já bastante do primeiro aspecto — a exteriorização ou extroversão excessiva. Quero agora tocar na face do modelo que lhe corresponde internamente: a concentração da riqueza nas mãos de uma minoria de brasileiros.

Houve tempo, neste país — antes de 1964 — em que se clamou muito pelas chamadas "reformas de base". Eu fui um dos que mais defendiam essas reformas. Revendo agora os discursos que fiz na Câmara dos Deputados em 1963 e 64 e depois mesmo, em 1965 e 66, fiquei impressionado com a insistência, a força e a convicção com que batia na tecla da redistribuição de renda.

Formou-se no País — esta é a verdade — um verdadeiro consenso nacional sobre a necessidade das reformas de base. A Revolução de 64 chegou precisamente no momento em que esse consenso parecia bem nítido a toda a Nação. Não havia entre os partidos nenhum que discordasse — discordava-se, sim, dos métodos, da velocidade e da intensidade de processamento das reformas — mas nenhuma discordância quanto às necessidades da reforma de base. O Presidente Castello Branco, no seu discurso de posse perante o Congresso, referiu-se à necessidade das reformas, e lembro-me bem que foi um dos pontos mais calorosamente aplaudidos do seu pronunciamento, naquela ocasião.

As reformas de base eram várias: reforma agrária, reforma tributária, reforma urbana, etc... E tinham todas — isto é importante — um sentido único bem claro: o de promover uma redistribuição da riqueza nacional, que àquela época já se considerava excessivamente concentrada em mãos de uma minoria.

E o que aconteceu de então para cá?

Tem-se dito que a Revolução foi pródiga em reformas. E nós não vamos negar essa verdade evidente. Mas que não se diga, por favor, que algum dos governos revolucionários anteriores ao do Presidente Geisel fez alguma reforma de cunho significativamente redistributiva; porque isso seria também uma flagrante inverdade.

**O Sr. Jarbas Passarinho (Pará)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. SATURNINO BRAGA (Rio de Janeiro)** — Com muita honra.

**O Sr. Jarbas Passarinho (Pará)** — O que me parece especialmente simpático, na forma pela qual V. Ex<sup>a</sup> se conduz, é seu comedimento que, acredito, seja o reflexo da sua honestidade intelectual. V. Ex<sup>a</sup> não é, portanto, integrista — e temos que definir bem o termo, para que não pensem que estou chamando V. Ex<sup>a</sup> de entreguista, que seria coisa completamente diferente. V. Ex<sup>a</sup> não nega, na íntegra, as coisas que combate. Atentei bem para o início do discurso de V. Ex<sup>a</sup> e anotei quando declarou que há negáveis êxitos da Revolução, no campo econômico. Discorda, entretanto, V. Ex<sup>a</sup> do modelo; prefere o distributivismo ou, na expressão de V. Ex<sup>a</sup>, o redistributivismo. Evidentemente, neste passo, teríamos de pedir aparte a V. Ex<sup>a</sup>, lastimando fazê-lo porque — V. Ex<sup>a</sup> tem razão — seu discurso já es-

tá menor do que a soma dos apartes dados, o que, de algum modo, é uma homenagem a V. Ex<sup>a</sup>, mas também uma perturbação ao seu discurso.

Sabemos que, de fato, vivemos esse problema nos três Governos Revolucionários aos quais estivemos ligados, direta ou indiretamente. O que havia era uma filosofia, uma filosofia que se traduziu por um dito meio popular, de um Ministro de Estado, que dizia: "É preciso primeiro deixar o bolo crescer para depois dividi-lo." Parece que V. Ex<sup>a</sup> defende a tese de que o bolo podia ser dividido desde logo, sem prejuízo do seu crescimento. Este é o ponto mais fascinante da sua exposição. Nós, que entendíamos antes que seria realmente impossível distribuir sem antes crescer; acreditávamos que havia até a necessidade do sacrifício de uma geração, como outros países fizeram, para que as gerações futuras fossem mais afortunadas, estamos ouvindo V. Ex<sup>a</sup> discutir em termos absolutamente objetivos e, como disse antes, com grande honestidade intelectual. O que esperamos de V. Ex<sup>a</sup>, portanto, é, primeiro, que V. Ex<sup>a</sup> se comprometa a transformar esse discurso, que é apenas o preâmbulo de uma doutrina, na doutrina ela mesma; em discussões sucessivas, para que vejamos se o passado estava certo ou errado, diante da luz crítica que V. Ex<sup>a</sup> traz. Parece até que o simples fato de já podermos discutir sobre a distribuição desse bolo é, de algum modo, uma prova de que a Revolução teve êxito em fazer com que o bolo crescesse. E como a minha formação pessoal não admite privilégios, e esses privilégios estão sempre, realmente, relacionados com minorias, eu me sentiria muito à vontade para, no caso de reconhecer que o argumento de V. Ex<sup>a</sup> é irresponsável, aderir à sua tese, mas esperaria que isso fosse discutido em profundidade.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Nobre Senador Jarbas Passarinho, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, tão lúcido, só vem confirmar toda a qualidade de pronunciamentos que V. Ex<sup>a</sup> tem feito nesta Casa, e honra muito o meu discurso.

**O Sr. Jarbas Passarinho** (Pará) — Muito obrigado.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — É, como V. Ex<sup>a</sup> disse, uma questão de posição política. E é muito difícil comprovar posições políticas, a não ser fazendo a experiência prática daquilo que se prega. Não tivemos essa oportunidade. Achamos que o momento era começar pelo modelo distributivista àquela época, já em 1964.

Nós temos o direito de achar que conseguiríamos taxas de crescimento, se não tão altas, pelo menos quase tão altas e com — digamos assim — um benefício muito mais palpável para a grande maioria da população brasileira. E é esse o ponto-de-vista que sustentamos. Não negamos os êxitos da Revolução no campo econômico; negamos, sim, a expressão, às vezes exagerada, de se chamar "milagre econômico". V. Ex<sup>a</sup> sabe que contas feitas em prazo curto, de quatro ou cinco anos, nem sempre traduzem o que se passou num período mais longo; mas, fazendo uma conta do decênio, digamos, de 1964 a 1974, vamos chegar a taxas de crescimento da ordem de 7 ou 7,5%, que é muito alta, mas não assim tão mais alta do que aquelas obtidas anteriormente. E considerando que, durante esse período, houve fatores muito favoráveis: em primeiro lugar, uma concentração de atenções do Governo no campo econômico, deixando a um plano secundário o campo social e o campo político. Isso já é uma vantagem. Em segundo lugar, uma situação conjuntural mundial também muito favorável; em terceiro, nobre Senador Jarbas Passarinho, uma desmobilização de estoques de café realmente impressionante. Por uma conjuntura favorável também, porque a produção interna caiu aquém do normal dos anos anteriores, chegamos a desmobilizar cerca de 50 ou 60 milhões de sacas de café, o que corresponde a um ingresso de três bilhões de dólares, uma entrada, uma injeção de recursos, nessa economia, formidável.

Não negando, absolutamente, os êxitos, temos o direito de declarar que, diante desses fatores favoráveis, mesmo com uma política distributivista começada àquela época, teríamos conseguido

êxitos também comparáveis aos que foram obtidos e com uma satisfação muito maior da grande maioria da população brasileira.

É um direito que nos assiste, o de ter essa posição política e sustentá-la.

**O Sr. Jarbas Passarinho** (Pará) — Permite V. Ex<sup>a</sup> outro aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Pois não, nobre Senador.

**O Sr. Jarbas Passarinho** (Pará) — Com relação à última parte da explicação de V. Ex<sup>a</sup>, sem dúvida me parece que essas são as vicissitudes de qualquer economia exógena. Assim como se beneficia de um momento favorável internacional, ela sofre as consequências negativas. Graças a Deus nos podemos beneficiar durante algum tempo. Quanto à expressão "milagre brasileiro"; não encontrará V. Ex<sup>a</sup> nem nenhum dos nobres Senadores, ou qualquer pessoa da Oposição, ou deste País, essa expressão perfilhada pelo Presidente da República. Eu ouvi, inclusive, quando o Presidente Médici a repudiou, declarando a alguém que o saudava nesses termos: "Não há milagre brasileiro. Há o resultado de um esforço coordenado e honesto". Era apenas esse testemunho.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> Vejo que o Sr. Presidente me adverte sobre o tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Na verdade, quero comunicar a V. Ex<sup>a</sup>, com pesar, que o seu tempo está esgotado.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — Sr. Presidente, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que conceda ao Senador Roberto Saturnino permissão para continuar a falar, na qualidade de Líder. S. Ex<sup>a</sup> é, inclusive, Vice-Líder da Bancada e nessa condição poderia completar seu discurso.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — O nobre Senador terá mais vinte minutos para completar o seu discurso.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Virgílio Távora.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** (Ceará) (Pela ordem.) — Inscrito em seguida a S. Ex<sup>a</sup> e retribuindo aquela gentileza da Minoria da última vez, e para deleite nosso ouvirmos ainda a conclusão do discurso de S. Ex<sup>a</sup>, além dos vinte minutos solicitados pelo Líder da Minoria, solicitávamos fosse concedido a S. Ex<sup>a</sup> mais vinte em nosso nome pessoal e no da Maioria.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Comunico que V. Ex<sup>a</sup> não é o orador inscrito em seguida. De modo que vamos ficar nos vinte minutos dados pelo Líder da Minoria, a não ser que o próximo orador conceda o tempo necessário.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — De qualquer forma, a intenção do nobre Senador Virgílio Távora tanto me sensibiliza que não tephio palavras que expressem meu agradecimento sincero.

Sr. Presidente, dizíamos que não foram feitas as reformas de cunho significativamente redistributivista. E no entanto, houve possibilidade, houve poderes excepcionais para fazê-lo. Se tivessem sido feitas estas reformas, o processo de redemocratização do País, certamente, seria hoje muito mais fácil.

É óbvio que a estabilidade democrática depende fundamentalmente da existência de grandes áreas de interesses comuns entre os diversos setores ou camadas da população. Condição essa que exige

uma distribuição razoavelmente justa da riqueza nacional. Caso contrário, o que predomina é o dissenso; é o choque entre pressões reivindicatórias crescentes e a resistência da Minoria poderosa que muito naturalmente não quer ceder nas suas posições. E fica realmente difícil manter instituições democráticas que resistam a esses entreschoques, que resistam à força do dissenso. Quem viveu os acontecimentos de 63 e 64 que o diga. A Revolução teve plenos poderes para remediar esse mal. E não o fez. Ao contrário. Ao contrário de uma política redistributivista, o que os Governos anteriores ao atual fizeram foi adotar um modelo eminentemente concentracionista: subsídios e incentivos de toda a ordem ao fator capital, compressão de salários ao fator trabalho. O resultado prático não poderia ter sido outro. Os números do Censo de 1970, são conhecidos de toda a Nação e desta Casa, e o próprio Governo o reconhece. O nosso brilhante e combativo Líder Senador Franco Montoro já não fala mais sozinho neste País. Toda a Nação reconhece e o próprio Governo declara que não se solidariza mais com tão injusto estado de coisas.

Poderíamos, a esta altura, tentar uma análise das causas ou das razões dessa orientação adotada pelos Governos revolucionários. Mas não vou fazê-lo, Srs. Senadores. Acho, Sr. Presidente, que a nós do MDB não nos interessa desgastar a imagem da Revolução e insistir na crítica aos Governos anteriores. Fiz aqui essas observações retrospectivas apenas para comentar algumas passagens dos lúcidos discursos do Senador Virgílio Távora e caracterizar bem as nossas divergências, para melhor fundamentar as nossas proposições para o futuro, porque estas, realmente, são as que mais nos interessam.

Dentro de um sentido construtivo que o MDB tem procurado imprimir à sua ação, interessa muito mais aplaudir a disposição do Governo do Presidente Geisel de alterar algumas diretrizes básicas daquele modelo econômico, tornando-o mais voltado para o mercado interno e mais equânime na distribuição dos frutos do progresso. E, mais ainda, não apenas aplaudir, mas colaborar, chamando a atenção sobre a timidez com que o Governo avança nesse campo e apresentando idéias e sugestões para a implantação dessa mudança, de forma mais efetiva e mais dinâmica.

Assim é, Sr. Presidente, que quero dedicar a parte final deste discurso à apresentação de um conjunto de idéias que têm sido discutidas e aceitas entre nós do MDB como capazes de se transformar de imediato em medidas concretas e perfeitamente viáveis, com efeitos importantes sobre o balanço de pagamentos, sobre o fortalecimento da empresa nacional, sobre o alargamento do mercado interno e sobre a melhoria da distribuição da riqueza nacional.

Não pretendo estender-me demasiadamente, e vou resumir estas sugestões em dez pontos principais, dez pontos que — digamos assim — não esgotam todas as diretrizes que queremos ver imprimidas na política econômica do Brasil, dez pontos que seriam acréscimos àquilo que o próprio Governo já vem realizando e que reconhecemos como válido dentro desse quadro de mudança de orientação ao qual nos referimos. E não vou estender-me mesmo, porque entendo que cada um desses itens merece discussão em separado, que não caberia no tempo que me é reservado, mesmo com a extensão gentilmente cedida pelo meu Líder, Senador Franco Montoro.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, enumero estes pontos que sugerimos e que colocamos em pauta para discussão mais pormenorizada, vendo-se aí uma colaboração do MDB à nova orientação econômica que o Governo declara querer imprimir.

Primeiro ponto: aceleração dos programas de substituição de importações nos setores básicos: siderurgia, não-ferrosos, fertilizantes, equipamentos.

O Governo se declara favorável à retomada da substituição de importações dentro desses setores fundamentais. No entanto, o que queremos é que essa retomada seja acelerada ao máximo possível. E para isso um ponto é relevante, e penso será um dos itens cuja discussão vai adquirir importância muito maior do que tem tido até então.

**Refiro-me à questão da iniciativa governamental, da iniciativa estatal.**

Uma política de substituição, acelerada nesses setores básicos, só pode ser apoiada — no meu entender — em iniciativas governamentais, sem esperar pelo interesse do setor privado.

São setores que requerem densidade de capital elevadíssimo. São setores que requerem tecnologia avançada. São setores que requerem alto grau de sofisticação no projetamento e no planejamento. São setores típicos onde o Governo deve ter a iniciativa, e não aguardar simplesmente que a iniciativa privada se manifeste.

Esta é a grande preocupação de minha parte, porque entendo que uma aceleração real só pode ser conseguida se o Governo toma a si o encargo de levá-la adiante.

**Os Srs. Virgílio Távora (Ceará) e Osires Teixeira (Goiás) — V. Exª me permite um aparte?**

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) —** Com muito prazer, Senador Virgílio Távora.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará) —** Já temos dado tantos apartes que cedemos a vez ao Senador Osires Teixeira. (Pausa.)

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) —** Ouço o aparte de V. Exª, Senador Osires Teixeira.

**O Sr. Osires Teixeira (Goiás) —** De há muito ouço V. Exª e confesso mesmo que a timidez tem-me impedido de intervir em seu discurso, tal a auréola do grande conhecedor de assuntos econômicos que V. Exª é e que faz demonstração, de público, a esta Casa e à Nação neste instante. V. Exª terminou aquilo que eu chamaria de parte expositiva e partiu para a parte montoriana do seu discurso, vale dizer, o enunciado de temas em números. V. Exª agora começa a enunciar os dez tópicos que seriam motivo de dez discursos, que, pelo menos pelo Senador Franco Montoro nunca foram feitos, e por V. Exª esperamos que o sejam, um a um. Partindo evidentemente para esta segunda fase, a parte que diria expositiva do seu pronunciamento, faria tão-somente, é óbvio, uma observação. O nobre Colega — segundo consegui depreender ao longo da sua exposição — quis dar conhecimento à Casa e à Nação de que o Governo, na sua política de exteriorização, fez uma mudança má em termos de economia brasileira, tanto má que, por questão de mera sorte, mero acaso, foi alcançada na crise do petróleo e pôde, por isso, sobreviver sem crises ao problema do petróleo que alcança as Nações mais desenvolvidas do mundo. Mas V. Exª não chegou a explicar à Casa, e gostaria de ouvir da sabedoria de V. Exª, antes que partisse para o enunciado montoriano do seu discurso, se V. Exª nega o aumento do consumo interno no Brasil, se V. Exª invalida a política de exportação do Governo brasileiro. Na verdade, V. Exª não chegou à conclusão, ficou naquela fase de dar ênfase a isso, deixar de dar ênfase àquilo, dar ênfase maior, dar ênfase menor. O importante é saber: aumentou-se o consumo no Brasil neste período? Se aumentou, o Governo atendeu. Pode não ter atendido na medida que V. Exª pretendesse, mas atendeu? É inválida a política brasileira de exportação, que conseguiu, nesta fase de crise que assola todo o Mundo, colocar o Brasil numa situação capaz de suportá-la neste exato momento? É esta a pergunta que faria e, com a timidez dita de início, tão-somente para abeberar, também, dos conhecimentos de V. Exª.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) —** Vê V. Exª que a timidez a que V. Exª se refere é completamente infundada, tanto que não fui capaz de me fazer compreender, ao ponto de V. Exª me requerer esse esclarecimento.

**O Sr. Osires Teixeira (Goiás) —** Talvez aliada a uma incompetência. Então, pediria a V. Exª que repetisse.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) —** Só se fosse de minha parte e não da parte de V. Exª.

**O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) —** Não apoiado! De nenhum dos dois Senadores.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Sr. Senador Osires Teixeira, eu nego que o consumo da população brasileira tenha crescido. Acho que cresceu enormemente o consumo de 10 milhões de brasileiros e manteve-se mais ou menos estabilizado, em níveis muito baixos, o consumo de 90 milhões de brasileiros. Este é o ponto fundamental das divergências nossas em relação ao modelo adotado.

Quanto à questão das exportações, é claro que adiante do fato consumado da adoção feita em anos anteriores, pela extroversão, em prejuízo desses 90 milhões que ficaram, com seu consumo mais ou menos estabilizado, ou levemente crescente, é claro que diante do fato consumado as nossas exportações crescentes passaram a ser, realmente, um fato auspicioso. Porém, o que eu disse anteriormente é que se o modelo não tivesse sido esse, muito provavelmente — é claro que a afirmação no campo da ciência social é sempre uma afirmação de caráter relativo — não estaríamos em situação tão grave, a ponto de necessitarmos desse crescimento de exportações tão acentuado, exatamente porque a estrutura produtiva da Nação se teria orientado para outros campos, onde a necessidade de importações é muito menor, a partir da própria indústria automobilística, que é altamente exigente em termos de importação, por exemplo, de petróleo. Essa foi a divergência fundamental que procurei alinhar na primeira parte expositiva. E, se V. Exª, Sr. Presidente, permite ainda atendo à solicitação do eminente Senador Virgílio Távora.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — É curtíssimo o aparte. Número 1: foi justamente o poder de investimento que tinha o Governo que fez com que o País pudesse atravessar essas diferentes crises. Hoje, ele responde por 56% da formação do capital bruto. V. Exª sabe que nesse ponto estamos de pleno acordo, 56%.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Graças a Deus.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — Agora, *modus in rebus*, passar deste limite, só em casos excepcionais. Número 2, o citado item 1 das providências propugnados por V. Exª constitui motivo de nos felicitar: constam da página 31 do II PND, com grande satisfação de V. Exª e nossa.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Nobre Senador, quero apenas demonstrar, neste primeiro item, minha preocupação — e já me referi a ela em aparte a V. Exª, nesta Casa — preocupação com o que eu chamaria de uma fraqueza relativa do Governo, com referência a uma campanha de ante-estatização que está se desenvolvendo neste País.

Quando aparteei V. Exª, referi-me àquela providência, àquela decisão de impedir que as empresas estatais lançassem subscrições no mercado de ação.

Depois disso, já há nova medida do Governo, que só vem, de certa forma, confirmar aquela apreensão, que já tínhamos, em face da primeira decisão. Eu me refiro à decisão de enviar a esta Casa, — acho que não foi enviada, ainda, mas já foi anunciada pela imprensa o envio — Mensagem instituindo Imposto de Renda de 30% nas empresas do Governo.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — Constitui apenas obediência constitucional. É inciso constitucional. O nobre Líder da Minoria não pode negar isso.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Até aí, nobre Senador, de perfeito acordo, mas é preciso observar — pelo menos de acordo com o que foi anunciado pela imprensa — dentro dessa Mensagem há pequena restrição, que pode parecer pequena mas é muito importante: aquela que impediria ou retiraria das empresas estatais a mesma liberdade que as empresas privadas têm de alocar os seus incentivos fiscais onde desejam.

Quer dizer, as empresas estatais só poderiam alocar para duas finalidades: MOBRAL e EMBRAER. Por que essa restrição, que evidentemente se vai refletir sobre o patrimônio das empresas estatais?

Por quê? Se o que se quer dar é uma equiparação entre empresas estatais e privadas, por que retirar das estatais um direito e um privilégio que as empresas privadas têm?

Aí, nobre Senador, já começo, realmente, a ver confirmadas minhas preocupações de que o Governo cede à pressão formidável que se faz neste País. E isso me preocupa, por causa desses investimentos estatais que têm de ser feitos na área dos fertilizantes, na área do fosfato, na área do potássio, que está lá, entregue à iniciativa privada sem nenhum aproveitamento, isto é, na área dessa substituição de importações nos setores bases que tem de ser iniciativa estatal.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — Vê V. Exª a justeza de nosso pensamento ao afirmarmos — último pronunciamento nosso — que V. Exª é muitíssimo bem informado das intenções governamentais. Vamos dela nos abeberar e dar os "sim", as "razões" e os "porquês".

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — É a imprensa, o noticiário.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — As intenções, não estamos dizendo as ações.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Passando ao segundo item, para ver se consigo chegar ao décimo, Sr. Presidente:

— O segundo seria na área da dinamização das exportações, porque, é claro, diante do fato consumado, o modelo adotado, precisamos dinamizar nossas exportações. Numa conjuntura mundial difícil, seria a criação de uma *Trading Company* governamental, destinada a aumentar o poder de barganha dos produtores nacionais ante as grandes empresas internacionais manipuladoras do mercado externo. Preocupação principal a que me refiro, nobres Senadores, seria no caso dos produtos agropecuários: da soja, do milho, da carne, dos sucos de frutas, onde realmente os produtores nacionais não têm nenhum poder de barganha, pequenos produtores que são, para enfrentar o poderio das grandes empresas internacionais que operam no setor.

E a única solução que vejo para defender a posição dos interesses nacionais, para defender os preços, para defender a receita cambial do País nesses setores, seria a criação de uma *trading* que englobasse, inclusive, os produtores junto com o Estado ou, como alternativa, a transformação da COBEC nessa empresa *trading* capaz, realmente, de aumentar o poder de barganha da economia brasileira e, realmente, fortalecer a posição dos nossos produtores, nesses setores, principais, porque, em verdade, foi há dois anos instituída uma legislação sobre *trading company* neste País, registraram-se numerosas *trading companys* — se não me engano, 18 empresas dessa natureza — e o desempenho dessas empresas particulares, dessas empresas privadas, é realmente decepcionante, é muito fraco, o que só vem demonstrar a incapacidade ou o desinteresse do setor privado para ocupar esse setor.

De modo que tendo havido essa espera de dois anos, tendo havido esse fraco desempenho e estando os produtores nacionais, principalmente nesses setores a que me referi, entregues ao poder extraordinário das grandes empresas internacionais, comercializadoras, nada mais lógico do que, para dinamizar nossas exportações, para aumentar-lhes o valor, criar uma *trading* nacional, ou simplesmente desenvolver a COBEC para ocupar essa posição. Esta seria a nossa segunda proposição.

A Terceira proposição:

— Contenção maior do consumo de gasolina.

Já me referi, também, em aparte ao nobre Senador Virgílio Távora.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — E já respondido, também.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Já respondido, mas vou reforçar aqui o que eu disse nos apartes. O consumo de gasolina cresceu mais de 7% no ano passado, apesar dos intensos



aumentos dos preços dados. Aumentou, ano passado, por exemplo, 7,7%, se não me engano, o consumo

**O Sr. Milton Cabral** (Paraíba) — Mas, antes, era de 12%, baixou para 7% o aumento de consumo.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — A taxa de crescimento baixou. Mas 7.7 parece-me muito grande para uma situação de dificuldade com que nós nos deparamos. Não vou recomendar um racionamento por cotas. Reconhecemos que também é um fato consumado a existência e a importância que tem essa indústria automobilística para nossa economia e os efeitos desestimuladores, os efeitos negativos que um racionamento poderia ter sobre a indústria automobilística e, por via dela, sobre toda a economia nacional. Não é o caso ainda de entrar, mas é o caso de nos prepararmos para esse racionamento, se necessário.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — Devo lembrar que os Estados Unidos fizeram esse racionamento.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Sim. E o que é incompreensível é certa inércia do Governo, que tem tal temor pelas repercussões, pela resposta da indústria automobilística, que não se atreve, nem mesmo, a tomar as primeiras medidas de precaução, que seriam aquelas óbvias, tomadas por quase todos os países do mundo, que são: a limitação de velocidade nas estradas, a limitação de circulação de carros nos centros congestionados, a ênfase ao transporte coletivo, a adição de álcool anidro. É inexplicável também o atraso, a demora com que se processam os estudos para institucionalizar a mistura de álcool anidro na gasolina. É uma série de medidas que já deveriam ter sido tomadas mas que não o são por temor reverencial do Governo em relação a S. Ex<sup>a</sup> a Indústria Automobilística.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — Gostaríamos de pedir mais um aparte, mas vamos deixar para uma próxima vez, para não interromper V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Milton Cabral** (Paraíba) — (Ao orador.) — Não gostaria de interromper V. Ex<sup>a</sup>, mas a preocupação do Governo — segundo ouvi, a explicação do próprio Ministro da Fazenda, Sr. Henrique Simonsen — era o temor do Governo de lançar o desemprego em São Paulo, ocasionando o recesso de uma indústria geradora, como é o caso da indústria automobilística. Essa, a grande preocupação.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Perfeito. Quarto ponto, Sr. Presidente:

— Fiscalização mais rigorosa sobre os contratos de assistência técnica com remessas para o exterior.

Tenho notícias, também — embora não seja tão bem informado, quanto quer o ilustre Senador Virgílio Távora — de que o Governo está estudando providências nesse sentido, de fiscalizar com mais rigor esses contratos, através dos quais as empresas, chamadas multinacionais — um eufemismo que não gosto de usar; usei agora por acaso — utilizam para remeter, disfarçadamente, lucros para o exterior.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — Está informadíssimo!

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Mas é preciso chamar a atenção e daí a inclusão deste item aqui nas minhas sugestões. Em primeiro lugar, reforçar, com o nosso apoio, a disposição do Governo nesse sentido. Em segundo lugar, chamar a atenção de que é preciso fazer distinção entre dois casos. Há, realmente, o caso da empresa nacional, que tem absoluta necessidade de assistência técnica, e que deve pagar por ela e que não deve ser limitada, restringida, nessa necessidade que tem de assinar e pagar a assistência técnica no exterior. Mas, é preciso distinguir esse caso do outro, onde parece se concentrar a grande maioria das remessas, a esse título, que é o das operações, entre matriz e filial, de grandes empresas internacionais, que utilizam esse mecanismo para remeter, disfarçadamente, lucros para o Exterior.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — De filial para filial.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Exatamente.

Passemos ao quinto ponto, Sr. Presidente:

**Seletividade maior no uso dos recursos obtidos através de empréstimos em moedas do Exterior.**

Não é concebível que, diante das dificuldades que estamos atravessando, não procuremos, principalmente no setor de balança de pagamentos, retirar o máximo, em termos de desenvolvimento nacional, desses recursos que obtemos através de empréstimos em moeda. Deixar esses empréstimos se realizarem, pela Resolução 63, da maneira mais livre, sem nenhuma tentativa de orientação para investimentos mais produtivos, parece-me absolutamente sem sentido.

Fórmula sugestão para aumentar o grau de racionalidade nas aplicações desses empréstimos em moeda: participação maior, nessas operações de empréstimos em moeda, daqueles Bancos oficiais que têm por vocação, que têm por atribuição promover o desenvolvimento e racionalizar a aplicação de recursos — BNDE, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Bancos Estaduais de Desenvolvimento, chamado Sistema Nacional de Bancos de Desenvolvimento, que deve ter uma fatia muito maior — não digo a exclusividade; é possível que se deixe uma pequena margem de operações livres para efeito, de controle meramente financeiro na balança de pagamentos, mas que a maior parte desses recursos importados, sob a forma de empréstimos em moeda, seja canalizada para aplicações altamente produtivas, altamente prioritária, sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico.

**6º Ponto: Limitação da correção monetária nos financiamentos concedidos pelos Bancos oficiais para projetos prioritários. Valores — Limite da correção estabelecidos cada ano de forma decrescente.**

Já me referi a isso, também, e volto a repeti-lo, incluindo aqui no rol das sugestões. O BNDE, efetivamente, fez uma tentativa de limitação. No fundo, uma falsa limitação, na medida em que apenas transferiu, para épocas posteriores, o pagamento disso.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — Sem essa limitação?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Uma limitação?

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — Sem essa limitação, V. Ex<sup>a</sup> gostaria ou não da transposição para o fim?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Nobre Senador, vou-lhe responder honestamente.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — Se usuário fosse.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Vou-lhe responder honestamente: as informações que temos tido de usuários do Banco é que isso não representou grande coisa. Em termos de previsão dos seus orçamentos financeiros, o temor dos empresários em reelação ao crescimento excessivo da correção monetária, pode ter diminuído um pouco. Mas foi, realmente, muito pouco. Estou-lhe dizendo isso com toda a honestidade, das informações que ouvi: o certo é que essa medida já foi tomada há alguns meses, em termos de reação do setor empresariado, não se detectou, assim, nenhuma reação realmente extraordinária. Acho que se teria detectado sim, se, ao invés de jogar para o final do período, o Banco tivesse simplesmente limitado, bancando o excedente da correção monetária. Isso seria uma demonstração de confiança do próprio Governo, em relação à sua política antinflacionária; isso seria uma demonstração de disposição do Governo em, realmente, auxiliar e até subsidiar os juros negativos àqueles setores que considerasse prioritários, porque em todos os países do mundo estão se adotando, agora, taxas de juros negativas e não há nenhuma razão para insistirmos com a correção monetária integral, dentro de uma ortodoxia que, realmente, a esta altura, só está fazendo realimentar o processo inflacionário de nosso País.

**O Sr. Evelásio Vieira** (Santa Catarina) — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — O nobre Senador Milton Cabral...

**O Sr. Evelásio Vieira** (Santa Catarina) — No final do seu pronunciamento.

**O Sr. Milton Cabral** (Paraíba) — Nobre Senador, só um pequeno aparte. O ponto de vista de V. Ex<sup>a</sup> é endossado por muitos parlamentares da ARENA e quero dizer-lhe que eu, pessoalmente, de algum tempo, venho insistindo junto ao Sr. Ministro da Fazenda — que considero um Professor emérito neste assunto, nesta matéria de inflação, exatamente neste ponto de vista. É o ponto de vista em que, quase podemos dizer, há um consenso neste aspecto. Mas os pecados não cabem, exclusivamente, à política governamental. Eu até atribuo muito mais os pecados da consequência da inflação no Brasil ao empresariado nacional, que não soube estabelecer uma política, dentro de suas empresas, para o comportamento racional em face do problema inflacionário.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>

Vejo que o Sr. Presidente me avisa sobre o tempo, e naturalmente, tendo em vista que só faltam quatro pontos, eu pediria a sua tradicional benevolência.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Solicito a V. Ex<sup>a</sup> não conceder mais apartes porque o seu tempo está esgotado.

**O Sr. José Sarney** (Maranhão) — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte, nobre Senador Roberto Saturnino?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — Nobre Senador José Sarney, o próprio Sr. Presidente me adverte e me pede que não aceite mais apartes.

Ao final, depois de enumerar os quatro pontos, se o Sr. Presidente assim me conceder, naturalmente ouvirei o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

E continuo, com o sétimo ponto:

— Reforma profunda do sistema tributário nacional, com um sentido redistributivista, naturalmente. Primeiro ponto: Imposto de Renda. Por que os ganhos de capital não são taxados ou são ridiculamente taxados, quando os ganhos de trabalho, de salário têm taxas de incidência muito maiores? Por que o progressivo simplesmente chega a uma taxa de 50% e não progride daí por diante, quando em diversos outros países do mundo essa taxa chega até 90%? Tanto mais que sabemos que da arrecadação do Imposto de Renda — pessoa física — hoje, no Brasil, 20% do total da arrecadação já estão nesta faixa de contribuintes que atingiram o limite de 50%. Então, há muito leite que tirar daí, e por quê não tirar, se é socialmente justo, se é em benefício de um objetivo, em prol de um objetivo de redistribuição com o qual estamos todos de acordo? Isso, no que diz respeito ao Imposto de Renda — pessoa física. Lucro imobiliário, seria outro. Enfim, ganhos de capital, ridiculamente tributados; ganhos de trabalho, rigorosamente tributados. Vamos modificar isso.

Imposto de Herança. Por que o Imposto de Herança, neste País, não é progressivo, se o Imposto de Renda é progressivo e se a herança de certa forma é um ganho de renda — pelo menos, menos justificável do que aquele que é ganho com o seu próprio trabalho? Então, o Imposto de Renda, que incide sobre o ganho de trabalho do indivíduo, é progressivo. O Imposto de Herança é 1%; baixo, a meu ver, e inexplicavelmente não é progressivo, quando em todos os países do mundo civilizado, dentro do chamado mundo ocidental cristão, assim o é.

Terceiro ponto: O ICM. Por que o ICM é um imposto que tem incidência uniforme em todos os bens? Por que não se pode dar uma diminuição, ou mesmo a isenção do ICM para aqueles bens considerados de consumo essencial básico das faixas de renda mais baixa da nossa população?

Enfim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, são sugestões, são idéias, para uma reformulação do sistema tributário, com um sentido distributivista. Pretendo, e aliás, já dei notícias disto na Comissão de Finanças, propor que a Comissão realize um estudo de profundidade nesse setor. Para isso já tive a anuência e a concordância do Presidente da Comissão, o nobre e ilustre Senador Amaral Peixoto, para que a Comissão de Finanças realize realmente, e convoque assessores capacitados, para que realizem um estudo em profundidade e venha oferecer ao Executivo, ao Governo sugestões viáveis, sugestões concretas para uma reformulação profunda do sistema tributário com esse objetivo de redistribuição de renda.

Oitavo ponto: Manutenção da política de reajustamento honesto dos salários, com acréscimos por conta dos ganhos de produtividade:

E só coloco esse ponto aqui para fazer um elogio à posição do Governo, neste ano de 1975. Pelo menos, a mim me parece que pela primeira vez, desde 1964, se deu um reajustamento efetivamente honesto, capaz de recompor as perdas, a erosão de salários por conta da inflação no ano anterior e acrescentar um pequeno ganho em razão dos ganhos de produtividade da economia.

Nono ponto: Subsídio para alguns itens principais do consumo básico da população mais pobre.

Sei que os economistas ortodoxos têm horror aos subsídios. É um preconceito que realmente procuram justificar com todas as complicações dos modelos clássicos e neoclássicos e demonstrar, por essa via, a inconveniência de qualquer subsídio, assim como de outras possíveis distorções.

Nós, do MDB, não temos absolutamente nenhum compromisso com essa opinião dos economistas ortodoxos; ao contrário. E perguntamos aos Srs. economistas ortodoxos em que eles se baseiam para dar subsídio, por exemplo, à poupança, ao fator capital. Se se dá subsídio à poupança, ao fator capital, porque não se dá subsídio ao consumo, pelo menos àquele consumo chamado básico, consumo que atinge a toda a população brasileira na chamada dieta básica do povo brasileiro, que realmente, teria um sentido, digamos assim, de redistribuir renda, na medida em que diminuíssem os preços desses produtos alimentares básicos e aumentasse, por conseguinte, o poder aquisitivo dessa população?

É o caso por exemplo, do feijão, do arroz, do leite, enfim, uma série de produtos que se poderiam definir como componentes de uma dieta básica e que receberiam, simplesmente, subsídios da ordem de 10, 15, 20 ou 30%, para simplesmente baixar os seus preços e aumentar o poder aquisitivo da população. É a melhor forma, a meu ver, de se produzir uma redistribuição de renda, imediata, efetiva, e não prejudicial às empresas nacionais.

Finalmente, Sr. Presidente, o 10º e último ponto:

Recolhimento das contribuições da previdência com base no faturamento e não na folha de pagamento. (Iniciativa em estudo pelo Governo.)

Já sei que vou ser advertido pelo nobre Senador Virgílio Távora, de que estou bem informado. Sei que o Governo está estudando o assunto; sei que o Governo está considerando o assunto.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — Perfeitamente.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Rio de Janeiro) — E já que está considerando, vamos aqui trazer a nossa opinião favorável. É, a meu ver, uma fórmula muito inteligente e muito hábil para estimular o emprego do fator capital, e com consequências por conseguinte, muito importantes sobre a redistribuição de renda. Efetivamente, concentração de renda e desemprego estrutural, são duas coisas muito ligadas, muito interligadas, e ao combater uma, estamos necessariamente combatendo a outra.

Sr. Presidente, chegando ao final, não posso deixar de, com a anuência de V. Ex<sup>a</sup>, ouvir o aparte do nobre Senador Evelásio Vieira. Ouço o nobre Senador Evelásio Vieira.

**O Sr. Evelásio Vieira** (Santa Catarina) — Durante o período que me encontro nesta Casa, há menos de um mês, tenho tido a hon-

ra e o privilégio de ouvir uma série de magníficos pronunciamentos. Pessoalmente, o que mais me agradou, e que reputo de maior interesse nacional, foi o enfocado nesta tarde por V. Ex<sup>a</sup>, razão por que quero apresentar-lhe os meus cumprimentos. Mas, a par da badalação, quero fazer um registro. Quando V. Ex<sup>a</sup> falou nas exportações e defendeu a necessidade de se buscar um índice de produtividade maior, pelo preço menor, para buscar a competição externa, entendo que foi o ponto mais importante do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. E pediria aqui permissão para inserir como décimo primeiro item o da necessidade, neste País, de se dar ênfase ao ensino profissionalizante. Este País é pobre em ensino profissional de nível médio, do ensino profissional. As empresas nacionais querem se expandir, querem produzir mais por preços menores; mas o ensino profissionalizante neste País é crítico. Lá fora, dizem que é uma vergonha. Entendo que poderemos buscar a produtividade, poderemos buscar e alcançar o estágio de competição, desenvolvendo uma política educacional, com ênfase, com destaque, dinâmica, agressiva, do ensino profissionalizante. E iríamos buscar a melhor distribuição da renda neste País, a melhor participação do trabalhador. Para finalizar, li recentemente que a metade dos que trabalham neste País é de analfabetos.

**O SR. PRESIDENTE (faz soar a campanha.)**

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro)** — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador. Incorporo a sua lembrança brilhante e muito oportuna quanto à importância do ensino profissionalizante, incorporo, mesmo, como a décima primeira sugestão.

E quanto às referências benevolentes ao meu discurso, só posso atribuí-las a uma forte coincidência de áreas de interesse entre as nossas preocupações. Realmente, não tive nenhuma pretensão de fazer um pronunciamento extraordinariamente brilhante. E só tenho a agradecer a atenção com que os nobres Senadores, os ilustres colegas brindaram, nesta tarde, o meu discurso.

Muito obrigado. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.)

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — Sr. Presidente, de acordo com o art. 16, item 5, letra a, do Regimento Interno, peço a palavra pela ordem por ter sido citado nominalmente pelo orador que vem de descer da tribuna.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Tem a palavra o nobre Senador Virgílio Távora.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (Ceará) (Em explicação pessoal. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, neste fim de tarde, desejávamos apenas dizer ao Senado Federal que, ao esplêndido discurso que o Vice-Lider da Minoria, o Sr. Senador Roberto Saturnino pronunciou, daremos, como S. Ex<sup>a</sup> fez ao nosso, uma resposta que, julgamos, elucidará todos aqueles pontos contravertidos.

Apenas, estimariamos aqui, Sr. Presidente, deixar registrado o respeito com que o discurso de S. Ex<sup>a</sup> foi ouvido, inclusive com notas por nós tomadas sobre os pontos percutidos e da firme determinação que temos de, dessa discussão, chegar às melhores conclusões para o bem do Brasil. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Arnon de Mello.

**O SR. ARNON DE MELLO (Alagoas) (Pronuncia o seguinte discurso:**

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Guardo na memória o dia em que o vi pela primeira vez — a Aurélio Buarque de Hollanda —, entrando na sala de aulas do Ginásio Adriano Jorge, de Maceió, nos começos de 1923: rosto vermelho como pimentão maduro, impetuoso, com ares dominadores, de quem não vê obstáculos à frente. Menino recém-chegado de Porto Calvo, nascido em Passo de Camaragibe e crescido em Porto de Pedras, no Norte do Estado, parecia indomável, e a família decidira submetê-lo aos rigores disciplinares de um colégio da Capital do Estado.

Com a minha transferência no ano seguinte para o Ginásio de Maceió, só vim a reencontrar Aurélio tempos depois, nos idos de 1928, agora como integrante do Grêmio Literário Guimarães Passos, fundado por verdes jovens amadores da literatura.

Já andava ele, então, às voltas com deveres de professor de Português do Orfanato São Domingos, e frequentava, muito amigo, o moço Valdemar Cavalcanti, que, cronista do jornal católico da cidade, surgia independente dos padrões consagrados, tal revolucionário das letras, a investir, furibundo, contra velhos ídolos literários, aos quais, em estilo saboroso e livre, fustigava como inócuos e vazios, obsoletos e ultrapassados. Semanalmente, à boca da noite, nós nos reuníamos no Guimarães Passos, sediado na acolhedora residência e sob a suave batuta do Presidente Manuel Diêgues Júnior, que aliciava para a República das letras os companheiros de geração, entre eles também Raul Lima, Aloysio Branco, Mendonça Júnior.

**José Lins do Rego**

Pouco antes, desembarcava em Maceió José Lins do Rego como novo fiscal de Bancos mas decididamente avesso aos conhecimentos bancários, pois todo voltado para as coisas da Literatura. Logo se tornou amigo do poeta Jorge de Lima, o parnasiano dos "XIV Alexandrinos", bem como de todos nós, jovens intelectuais da época, e rápido a todos desviou do soneto bem metrificado para os versos soltos do Modernismo. Daí surgiram *O Mundo do Menino Impossível* e *Essa Nega Fulô*, de Jorge de Lima.

**No Rio**

Novamente encontrei Aurélio mais tarde, já então no Rio de Janeiro, para onde se mudara em busca de meio maior em que melhor se lhe expandissem e afirmassem as qualidades. Na então Capital Federal, foi, por convite de Dario de Almeida Magalhães e Octávio Tarquínio de Souza, secretária a *Revista do Brasil*, editada pelos Diários Associados, e, convidado pelo poeta Manuel Bandeira, passou também a integrar com ele a equipe responsável pelo *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*, a cuja revisão se dedicou da 3<sup>a</sup> à 9<sup>a</sup> edição.

Poucos anos decorridos, surge, editado por José Olympio, o contista Aurélio Buarque de Hollanda, escritor admirável, estilo aprumado, forma escoreita, todo certinho, obediente à gramática, à rigidez das suas regras e normas, disciplinado, muito diferente daquele rapaz recém-chegado de Porto de Pedras.

**"Dois Mundos"**

Ao ensejo do lançamento do livro de contos de Aurélio — "Dois Mundos" —, em 1942, eis como a ele se refere José Lins do Rego:

"Conheço-o desde menino. Vi-o fazer-se homem decorando poemas de Antonio Nobre, como mestre-escola de um orfanato. Senti-lhe a quentura da alma, os entusiasmos, as tristezas, as grandes alegrias. Sinto-me com parte de irmão na sua vitória. Relendo os seus contos, eu o vejo na profundidade de sua alma, o loiro rapaz, sempre às carreiras, sempre atrasado, uma natureza transbordante de vida, de poesia."

E ainda, no mesmo artigo:

"Como em Manuel Bandeira, como em Paul Valéry, a gramática não sugou de Aurélio os seus sumos poéticos. Pelo contrário, Aurélio é dos que levam a gramática para a poesia, porque faz da gramática um instrumento de vida. Por isto, a forma do mestre de português é tão íntima da criação popular."

**Dicionarista**

O sucesso de *Dois Mundos* não o inebriou, não arrancou Aurélio dos seus esforços de dicionarista. Ao longo dos anos, vêmo-lo permanentemente às voltas com autores clássicos e modernos, com homens

do povo e homens de letras, a catar palavras, a registrar vocábulos, a fixar termos populares, tomando nota de tudo com paciência e tenacidade, que lhe são proverbiais. Nos livros que lê, encontram-se as observações e os sinais do dicionarista que não esquece nem se descuida do seu trabalho.

Com invulgar capacidade de ser útil, esmera-se, ao mesmo tempo, em rever provas de livros de amigos, os quais, recebendo a contribuição generosa do seu bom gosto literário, dele saem a bem dizer obra nova. É agora o Mestre, título que lhe foi conferido há muitos anos não se sabe por quem ou mais propriamente — vamos usar a palavra da moda — pelo consenso dos que com ele privam e que se lhe ajustou como uma luva, mercê não só dos seus conhecimentos da Língua Portuguesa como dos seus merecimentos de criatura humana, sempre cooperativo, aliciante, com a vocação de transmitir ao próximo o seu saber, valorizado pela experiência do professor e pela inteligência arguta do homem de letras.

Ter o livro lido por Mestre Aurélio antes de publicado já é meio caminho andado para o bom sucesso. Sabe-se que a sua franqueza quase rude não deixa passar gato por lebre. Recordo que reviu com entusiasmo *Vila dos Confins*, o romance de estréia de Mário Palmério. E recordo produções literárias que não vieram a lume por que Aurélio, lendo-as, logo as condenou:

— Não presta. Não vale nada mesmo.

Não dizia isso com a segura e a gravidade costumeiras em Graciliano Ramos. Suas sentenças condenatórias eram sublinhadas pelo sorriso amigo e ao autor transmitiam mais confiança no futuro, animavam-no a novas tentativas. Mas seu caráter e seu amor à Língua Portuguesa o faziam inflexível na defesa dela e, como que dominado por um dever de consciência, não admitia que se cometesse qualquer afronta aos seus ditames. Como se vivesse sempre a dar aulas, conversa com a gente sem se deslembra da boa forma, que observa nas suas próprias palavras, e não dispensa nas do interlocutor.

Enfim, de aluno desabusado, Aurélio passou a Mestre consumado, e com autoridade para convocar e conquistar a simpatia e a submissão de todos às exigências das regras da Gramática Portuguesa.

#### Webster

O respeito e o apreço de Aurélio pelo vernáculo, a seriedade com que de todo se devota ao seu estudo, o senso de responsabilidade que o caracteriza fazem-me lembrar episódio que se diz ocorrido com Webster, o grande lexicógrafo inglês. Certo dia, ao abrir, inesperadamente, a porta do seu gabinete de trabalho, a esposa o encontra em atitude sobremaneira amistosa com uma das jovens de sua equipe de colaboradores.

— Webster! — exclama, estupefata e revoltada, a velha inglesa — estou surpreendida!

Sobrepondo-se à situação de faltoso colhido em flagrante, Webster deixa-se antes dominar pela sua responsabilidade de filólogo:

— Você não está surpreendida, você está surpresa. Eu é que fui Surpreendido.

#### "Novo Aurélio"

Rolam os anos, e aparece agora o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, o Novo Aurélio. Prometido há tanto tempo, esperado com ansiedade, lança-o a Editora Nova Fronteira, por iniciativa de Carlos Lacerda, que, afastado das lides políticas, se dedica hoje a empreendimentos empresariais diversos, entre eles o de editar livros.

Conhecendo Aurélio, sempre à procura do melhor, sempre querendo alcançar o mais que perfeito — com aquela sua "preocupação, quase doentia, de síntese" por ele mesmo destacada no prefácio da 2ª Edição de *Dois Mundos* anoto-lhe, surpresa e surpreendido, a inusitada decisão de acelerar o lançamento do seu dicionário. E ele me conta por que o fez:

— Carlos Lacerda telefonou-me, foi lá em casa e me fez proposta para editar o dicionário. Assumi compromisso com ele e não lhe

pude faltar. A equipe de colaboradores que reuni, animados por Marina (sua esposa), me deu forças para cumprir a palavra empenhada.

#### Língua do Povo

Srs. Senadores:

O *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* é obra de uma vida inteira vivida com dignidade e seriedade, a serviço da cultura brasileira.

É obra de paciência e tenacidade, de trabalho permanente e infatigável, alicerçado no gosto pela pesquisa e pelo estudo, no empenho de aperfeiçoamento, no amor ao idioma.

É obra de inteligência e cultura, que não se desvincula das nossas raízes clássicas, não investe contra a "filiação dos tempos", a que se referia Machado de Assis. Respeita a tradição mas não desconhece as afirmações do presente, acolhendo de bom grado as criações dos dias atuais rejuvenescedoras do idioma. Se a língua se desenvolve como o ser humano, não é possível pará-la, como não é possível parar o tempo. Seria naturalmente a estagnação, vale dizer a morte, e não quer isso o povo, que é sua fonte. Anota, a esse propósito, Gilberto Freyre:

"É a massa, o povo, a província, a região, a aldeia, o próprio analfabeto que dá força aos idiomas, que lhes dá vigor, saúde, turbulência, diversidade, tudo que numa língua se opõe aos excessos de graça ou de arte, de estilo, de uniformização de pronúncia, segundo padrões acadêmicos, de refinamento de frase."

Citando George Borrow, para quem na Espanha a língua do povo era superior à literatura, Gilberto Freyre ressalta que ele exprimiu também uma realidade brasileira. E acrescenta:

"Passei mais de dois anos a ler principalmente anúncios de jornais nas velhas gazetas brasileiras do século XIX: anúncios que são como a própria gente de outrora a falar, a tritar, a praguejar, a queixar-se, às vezes até a pensar alto, na sua voz de todos os dias, na sua língua crua e natural, sem literatura nem latim. E cheguei à conclusão de que tais anúncios representam, entre nós, do ponto de vista do desenvolvimento da Língua Portuguesa no Brasil, uma tradição superior à dos anais do Parlamento, à da frase dos sermões, à do estilo da maioria dos poetas e romancistas da mesma época."

#### Esclarecimento

Assim também o compreende Aurélio, que informa no prefácio do seu Dicionário:

"Pretendeu-se fazer um dicionário médio, ou inframédio, etimológico, com razoável contingente vocabular, atualizado, atento não só à língua dos escritores — muito especialmente os modernos, mas sem desprezo, que seria pueril, dos clássicos — senão também à língua dos jornais e revistas, do teatro, do rádio, da televisão, ao falar do povo, aos linguajares diversos — regionais, jocosos, depreciativos, profissionais, gíriescos..."

"Entre os autores, dos mais desvairados gêneros, figuram com certa frequência os cronistas, por se mostrarem, em maior ou menor grau, bons espelhos da língua viva. Nem foi esquecida outra classe de autores: a dos letristas de sambas, marchas, canções que, além de captarem a criação linguística popular, não raro são, ainda por cima, criadores, inventores de palavras."

"Injusto seria deixar de recorrer aos comentaristas políticos, econômicos, etc., aos repórteres, aos noticiaristas — desde os mais qualificados colaboradores de várias espécies de jornais e revistas, até aos mais modestos, aos focas anônimos, aos que fazem a cozinha da profissão."

"Dessas diversas fontes brotaram muitas das palavras deste dicionário. Brotaram, ou se enriqueceram de acepções ou abonações."

### Língua Brasileira

Procuo no dicionário de Aurélio Buarque de Holanda novas palavras, criadas para exprimir os nossos sentimentos, as nossas emoções, as nossas coisas dos trópicos, e as encontro. Como o mineirador, Aurélio — repita-se — andou em busca delas, e as incorporou ao seu léxico, modernizando-o, para que ele não se tornasse apenas um repositório do clássico, do passado, e fosse também válido instrumento de comunicação, cheio de vida, que ligasse passado e presente e nos aproximasse a todos, elites e povo.

Isso mesmo fizeram os Jesuítas com o seu dicionário de língua geral, especialmente para tornar possível, para facilitar o entendimento entre colonizadores e colonizados, a estes levando língua mais rica e mais adequada às expressões do meio e da criatura humana que nele vive.

Aliás, já que tocamos no assunto, lembre-se que o tupi não tinha regras nem mesmo algumas vogais ou consoantes. Como anotou Pero de Magalhães Gandavo até lhe faltavam letras. F, L e R não existiam nele. "Coisa digna de espanto, porque assim os gentios não têm Fé, nem Lei nem Rei, e desta maneira vivem sem justiça e desordenadamente" — ressaltou o cronista. O Padre Vieira chegava a pôr o ouvido na boca dos índios para ver se ouvia vogais e consoantes nas sílabas e palavras que pronunciavam.

O Sr. Leite Chaves (Paraná) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO (Alagoas) — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Leite Chaves (Paraná) — Nós, da Oposição, nos associamos a essa homenagem. Recentemente, comprei o dicionário do Mestre Aurélio, e digo a V. Ex<sup>a</sup>: se até a semana passada, eu considerava o de Moraes o grande dicionário da Língua Portuguesa, confesso a V. Ex<sup>a</sup> que o novo dicionário do ilustre filólogo alagoano passou a marcar época na lexicografia brasileira. A homenagem é de todo justa, e V. Ex<sup>a</sup> pode contar para ela com o apoio integral da Bancada do MDB nesta Casa.

O SR. ARNON DE MELLO (Alagoas) — Muito obrigado, nobre Senador.

### Candango

O povo está realmente no Novo Dicionário de Aurélio, que não lhe dispensou a participação, mesmo quando ele empresta às palavras sentido oposto ao de suas origens etimológicas. Considera também Aurélio que "o povo é que faz a língua e, quando uma palavra se torna popular, não há razão para não ser oficializada".

Citem-se, a esse respeito, dois vocábulos apenas, para mostrar o comportamento de Aurélio em face da autoridade do povo na formação do idioma, ou melhor, no atribuir significado às palavras.

A primeira seria "candango", já que nos encontramos em Brasília, e Brasília, que trouxe a vida para estes cerrados inóspitos, deu-lhe, àquele vocábulo, nova vida também.

De onde nos chegou mesmo ele? Com a palavra, em primeiro lugar, Antenor Nascentes, que, em seu livro *A Gíria Brasileira*, pontifica:

"Este vocábulo só se aplica a condenados ou a europeus de baixa condição. João de Pinho explica como veio a aplicar-se aos portugueses. Querendo os hóspedes portugueses da rainha Jinga-Banda persegui-la para se apossarem das suas terras, disse ela: Kingundu (candango) vieram tomar a minha terra sem crime, sem causa."

Vale Cabral recolheu a palavra, segundo imagina Nascentes, "da boca de escravos africanos, nas fazendas fluminenses". E Aires da Mata Machado conclui: "Assim, o nome, que na África se aplicou a condenados ou a europeus de baixa condição e depois aos portugueses, alcançou, no Brasil, a mesma extensão de sentido, inicialmente entre os africanos, e mais tarde veio a tornar-se o pejorativo

de português na boca de toda a gente. Eu mesmo o encontrei ainda vivo, no Rio, para referências depreciativas a copeiros e serventes lusitanos, por volta de 1922." Nessa acepção abona o termo Antenor Nascentes. "Em contestação ao que aí diz esse candango" — refere assim Domingo de Castro a Cândido de Figueiredo, de quem não gostava.

A mudança semântica foi relativamente rápida e total, e nela influiu Brasília decisivamente. De início atribuiu-se ao vocábulo a significação de forasteiro. Em terras do Paraná, queria dizer "o homem do campo, das colônias". Mas a importância de Brasília foi grande e a ela coube comandar a transformação. O Sr. Juscelino Kubitschek, Presidente da República, dizia-se candango, e não se pejava de exaltar a figura do candango, graças ao qual se construiu a Nova Capital.

### Significado

Recorro a numerosos dicionários da Língua Portuguesa, e neles não acho a palavra candango. Entre os que a registram, estão o de Cândido de Figueiredo, (Novo Dicionário); o de Macedo Soares (Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa); o de Caldas Aulete (Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa); o de Teschauer (Novo Dicionário Nacional); a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, todos repetindo a mesma definição: "Nome com que os africanos designam o português." Laudelino Freire acrescenta: "Gir. Tipo desprezível ou defeituoso." A Grande Enciclopédia define-o e aduz: "Por extensão, qualquer pessoa, especialmente, indivíduo defeituoso, borra-botas, João-ninguém." Caldas Aulete é mais completo. Além de repetir o que dizem os outros, acrescenta: "(Brasil) Indivíduo ruim, ordinário. O que tem mau gosto. (Brasília). Nome dado aos trabalhadores das grandes obras da nova Capital brasileira, de ordinário vindos do Nordeste, e, por extensão, aos primeiros habitantes de Brasília."

Mestre Aurélio pega o vocábulo nas suas nascentes. "Candango — do quimbundo Kangundu, diminutivo de Kingundun — ruim, ordinário, vilão, por metátese ou assimilação. S.m." E informa também que no Brasil era designação que os africanos davam aos portugueses; tinha ainda o significado em desuso — anota Aurélio — de indivíduo ruim, ordinário, com mau gosto, em Brasília dava-se o nome aos operários, geralmente vindos do Nordeste, e aos seus primeiros habitantes em geral.

Assim, a palavra mudou de significação e passou a designar, em vez de indivíduo ruim, como na sua etimologia angolana, os heróis de Brasília, aqueles que construíram esta nova Capital do País ou foram seus primeiros habitantes. Aurélio, fixando a mudança e, aceitando-a, considerou em desuso o antigo significado. Fez-se, assim, a vontade do povo.

### Curtir

Curtir é o outro vocábulo, agora de uso muito freqüente mas com a significação bem diversa da anterior. Vem do latim *reterere* e quer dizer "desgastar pelo atrito". Aurélio registra também "corretirre", do latim vulgar, e cita os seus numerosos significados em português. *Curtir-se* o couro para preservá-lo da putrefação; *curtir-se* o alimento, "pondo-o de molho em líquido adequado"; *curtir-se* o humano, expondo-o ao "sol para torná-lo saudável"; *curtir-se* a pele, "queimando-a para enrijecê-la; *curtir-se* o efeito da bebedeira. Curtir é também sofrer, padecer, suportar. A página 155 de *Páginas Recolhidas*, Machado de Assis emprega o verbo em tal sentido: "Curtindo violentas dores nevrálgicas". Mas os tempos mudam e o povo brasileiro lhe dá nova significação, diametralmente oposta à anterior. E Aurélio abre-lhe as portas do seu grande dicionário. Curtir — "experimentar a vivência de, em estado de curtição; curtir um som; curtir um barato; curtir: gozar, desfrutar, deleitar-se em; curtir uma festa; curtir uma viagem, um bom papo". Curtir — "experimentar êxtase provocado por droga".

Aproxima, assim, o Dicionário de Aurélio a língua escrita da língua falada, reconhecendo-lhe a condição de vivo elemento de expressão, do qual participa o povo com a sua força criadora.

### Português de Portugal e do Brasil

Seria o caso então de perguntar-se se tal realidade não nos afasta do Português de Portugal.

Há anos passados, andei pelas áreas de colonização portuguesa na África, as quais me sugeriram a propósito da nossa língua numerosas observações talvez ainda válidas para os dias de hoje. Por exemplo: o Português falado em Portugal — no Portugal metrópole — é o mesmo falado no Brasil, mas apresenta diferenças de fonética, prosódia, vocabulário, sintaxe, formas de tratamento, que o tornam às vezes incompreensível para nós, brasileiros, como o que falamos é geralmente difícil de ser entendido pelos lusitanos. Paranhos da Silva o confirma à página 26 do seu livro *O Idioma do Hodierno Portugal* comparado com o do Brasil:

"Posso assegurar que em Portugal há quem não entenda os brasileiros senão com grande esforço. Mesmo professores em Portugal têm dito a seus discípulos brasileiros que não entendem bem a sua maneira de falar."

O Embaixador Araújo Jorge, antigo Chefe da Missão Diplomática do Brasil em Portugal, estudioso de questões linguísticas, considerava que o Português de Portugal guarda mais fidelidade ao Latim que o do Brasil, que dele se vai distanciando, embora o interesse que temos em manter a mesma língua, em respeitar tanto quanto possível a sua origem latina, para mais longe levar o nosso pensamento.

Antonio Sérgio, que encara o problema sob o ponto de vista biológico, acentua:

"Fraquíssima originalidade a do escritor que precisa, para poder escrever língua própria, de usar vocabulário e sintaxe diversos dos que são empregados por toda gente."

Mas Antonio Sérgio considerou a questão de ponto de vista diferente daquele sob o qual a vêem os brasileiros.

"Nós, os escritores nacionais — dizia José de Alencar — se quisermos ser entendidos do nosso povo, havemos de falar-lhe em sua língua, com os termos ou locuções que ele entende e que lhe traduzem os usos e sentimentos. Não é somente no vocabulário, mas também na sintaxe da língua, que o nosso povo exerce o seu inalienável direito de imprimir o cunho de sua individualidade ao instrumento das idéias."

Alencar manifesta essa opinião, mas exalta a Língua Portuguesa:

"Se o Português, transferindo-se para a América, desenvolvendo-se no seio de uma natureza tão opulenta como aquela onde se enriqueceu o sânscrito, seu antepassado; se o Português nestas condições não tivesse o viço e a seiva necessária para brotar de si um novo idioma sonoro, exuberante e vigoroso, triste dele: seria uma língua exausta, votada a breve e rápida extinção."

### Identificação

Aliás, no caso lingüístico, nós, do Brasil, apresentamos interessante particularidade, que mais nos identifica com o Português. Todas as zonas de formação lusa têm a sua língua própria ou o seu dialeto. Moçambique e Angola falam o Português, mas falam muito mais o shishuabo, o kissuahi, o quimbundo. Dir-se-á que é lógico que assim seja, pois se trata de continente já habitado quando ali aportaram os lusitanos. As ilhas de Cabo Verde, porém, eram desabitadas e, no entanto, raro é o filho do arquipélago que não se exprime comumente em "crioulo". E isto se dá apesar da reação existente em favor de Portugal, a julgar pelo que de uma jovem ouvi à minha passagem por Santiago: "Meu pai é sargento e ralha vivamente comigo sempre que falo "crioulo". Ele não gosta do nosso dialeto. Mas que hei de fazer se é essa a língua de todos aqui?"

A África era habitada por pretos, e em Cabo Verde não havia viv' alma antes da chegada dos lusitanos. No Brasil, porém, existiam os índios com a sua infinidade de dialetos, e outros tantos foram trazidos pelos escravos africanos. Mais do que isso: como já lembrei, os próprios jesuítas, Anchieta à frente, se encarregaram de fixar a língua geral, que ensinavam aos curumins e para a qual traduziam os cânticos religiosos. Hoje, quem falará em nosso País o tupi, o tupi-guarani ou o guarani, que no Paraguai é falado por tão alta porcentagem da população? A língua indígena perdeu-se ao longo dos anos com os dialetos africanos, e ninguém pensa seriamente em ressuscitá-los. Teria tido a provisão de 1727, proibindo o seu uso, força bastante para, por si só, banir deste País o tupi?

Se a unidade de religião assegurou a nossa unidade territorial à da língua, ainda agora tão viva, não há dúvida que lhe trouxe inestimável contribuição.

### Intelectual e Homem Público

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Antes de concluir estas palavras em homenagem a um escritor dedicado estudioso do nosso idioma, estimaria dizer, como C. Wright Mills, que "o intelectual é um homem público, mesmo que não queira sê-lo". Suas obras, não importa o campo em que exerce seu poder criador, são mensagens que dirige ao povo e que o tornam evidentemente homem público através da influência que tem sobre o presente e o futuro.

Ressalte-se, por outro lado, que "sua função específica é a cultura e a defesa da cultura", que não só interessa a uma nação mas a todas as nações, se "se entende cultura no sentido mais amplo, como acervo histórico da humanidade, e, portanto, superior a qualquer sistema político ou contingência histórica nacional".

Não é, por certo, o intelectual, do ponto de vista da ação e da militância, político profissional e sim ocasional, como já o disse Max Weber. Tal característica, entretanto, não lhe diminui as responsabilidades, que são grandes e graves. Embora ocasional, no que diz respeito à ação propriamente política, é permanente sua influência nos espíritos. Suas palavras a todos convoca e sensibiliza e pesam fortemente para as decisões coletivas. Não produz ele, assim, efeito puramente espasmódico, com a tenuidade e a superficialidade das emoções passageiras, mas alcança a profundidade das consciências, persuadindo-as e conquistando-as. O que desinteressadamente e com idealismo realizou ao longo dos anos dá-lhe autoridade para falar e direito para ser seguido quando se faz necessário ouvir a sua voz. Na forma de expressão, que é a arma com que luta, evidencia, ademais sua vocação de servir.

É realmente o intelectual um servidor da coletividade, que se aperfeiçoa através de suas obras, das quais afluem conhecimentos que a aparelham para bem atuar quando for preciso. Grata aos seus ensinamentos, é a ele que ouve então, para definir-se, reconhecendo-lhe, assim, a autoridade de liderança.

Saúdo, Sr. Presidente, em Aurélio Buarque de Holanda, um homem público que acaba de prestar excepcional serviço à cultura nacional, vale dizer ao povo brasileiro, com a publicação do seu Dicionário. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Na forma regimental, concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Petrônio Portella, que falará como Líder da Maioria.

**O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Confesso que é sob constrangimento que ocupo a Tribuna na tarde de hoje, para tratar de uma entrevista dada ontem ao *Jornal da Tarde*, de São Paulo, pelo ilustre Senador Paulo Brossard. Lá, como aqui, e lá mais do que aqui, S. Ex.<sup>a</sup> avançou em conceitos, alguns dos quais atingindo o mundo político com ironias que não podem passar sem o mais veemente dos protestos da Maioria desta Casa, através

do seu Líder. S. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, tem o dom, já por mim aqui decantado de se repetir em tudo. S. Ex<sup>a</sup> dificilmente sai daqueles cediços conceitos, fazendo questão até do requinte de reiterar as mesmas expressões. E, ontem, S. Ex<sup>a</sup> começa por fazer a apologia do Parlamentarismo, para, em seguida, dizer que:

"No regime presidencialista, especialmente o nosso, as crises do governo são sempre crises institucionais. E ocorre aqui um absurdo: o partido que não é mais majoritário continua no governo. É o que aconteceu no Rio Grande do Sul e em São Paulo, depois das eleições de 15 de novembro. A regra universal é a de que quem deixa de ter maioria, deixa o poder."

Sr. Presidente, não devem passar sem o reparo devido essas declarações que atentam contra a ordem jurídica e a verdade. O Governador atual de São Paulo, foi eleito pela maioria da Assembléia Legislativa e o povo de São Paulo, quando compareceu às urnas em 15 de novembro foi para eleger os representantes na Assembléia Legislativa. Não se pode, Sr. Presidente, transferir votos dando-lhes efeitos que eles não podem ter por via de interpretação. Absolutamente é errônea e é falsa a declaração do nobre Senador Paulo Brossard. Não foi o Sr. Paulo Egydio usurpador de nada. Elegeu-se de forma indireta, através da Assembléia Legislativa, por maioria do povo de São Paulo, através dos seus representantes e de acordo com a lei. A circunstância de terem tido os correligionários de S. Ex<sup>a</sup>, na eleição de 15 de novembro maioria, isso não lhes confere direito por interpretação de mudar a lei, mudar a estrutura jurídica do País para o efeito que o eleitorado não atribuiu às eleições, porque quando o eleitor comparece é para o fim que a própria lei previamente estabelece e institui. De maneira que, esse argumento é rigorosamente falso, como falso são os outros argumentos expendidos por S. Ex<sup>a</sup> perante...

O Sr. Lázaro Barboza (Goiás) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Petrônio Portella?

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) — Pois não.

O Sr. Lázaro Barboza (Goiás) — Senador Petrônio Portella, não há dúvida de que quando o eminente Senador Paulo Brossard externava o ponto de vista de que, tendo o atual Governador de São Paulo, sido eleito pela Assembléia Legislativa, ou por um colegiado, em fim de mandato, ocorria inegavelmente um fato sui generis. Não estou apoiando a tese filosófica do eminente Senador no tocante ao regime parlamentarista, digamos assim. Mas, ocorre que na Assembléia Legislativa de São Paulo, ou na de qualquer estado da Federação que elegeram os Governadores que tomaram posse em 15 de março, seus parlamentares não foram eleitos sob o império de uma Constituição que lhes assegurasse a condição de Membros de um colégio eleitoral para eleger os Governadores de Estado.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) — Se V. Ex<sup>a</sup> diz isso, remeto V. Ex<sup>a</sup> para a Emenda Constitucional.

O Sr. Lázaro Barboza (Goiás) — Mas, a Emenda Constitucional de 1969, prevê ainda eleições de Governadores como diretas. Houve posteriormente, se não me falha a memória em 1972, uma alteração que permitiu que as eleições de Governadores de Estado se fizessem em 1974, pelo voto indireto. Mas, até aí, os parlamentares não haviam, por ocasião de suas eleições, recebido do povo a delegação de poderes para elegerem os Governadores de Estado. Era esta apenas a observação que queria fazer ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) — V. Ex<sup>a</sup> sabe que quando a regra constitucional foi instituída, o Congresso Nacional estava no uso e no gozo das suas faculdades; aquelas, exatamente, estabelecidas na Carta Maior.

O Sr. Lázaro Barboza (Goiás) — Mas, Excelência, não estou alegando isso!

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) — A Emenda Constitucional foi feita...

O Sr. Lázaro Barboza (Goiás) — Estou alegando a condição de fato.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) — Mas estou exatamente referindo tendo em vista a situação de direito. Não podemos estar a argumentar com aquilo que seja do nosso interesse ou do nosso ponto de vista. Temos uma ordem jurídica vigente, em função da qual temos de agir e temos de atuar. Este é o nosso condicionamento. O condicionamento é a ordem jurídica que o ilustre Senador Paulo Brossard faz questão de negar.

O Sr. Lázaro Barboza (Goiás) — Mas V. Ex<sup>a</sup> me permite uma observação?

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) — Pois não, com prazer.

O Sr. Lázaro Barboza (Goiás) — Quero referir, mais uma vez, que o Senador Paulo Brossard, ao aduzir...

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) — V. Ex<sup>a</sup> conheceu o texto?

O Sr. Lázaro Barboza (Goiás) — Li a entrevista de S. Ex<sup>a</sup>

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) — V. Ex<sup>a</sup> vai ter muito que justificar.

O Sr. Lázaro Barboza (Goiás) — Ele quis saber essa questão de fato, quis parlamentar — eles que elegeram os governadores — quando se elegeram os deputados...

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) — Isso não foi o que ele disse aqui. V. Ex<sup>a</sup> está construindo...

O Sr. Lázaro Barboza (Goiás) — Mas está implícito.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) — Não está implícito. Está explícito o seguinte: Há uma Emenda Constitucional aprovada pelo Congresso Nacional, em função da qual as assembleias legislativas, mais precisamente, o corpo de legisladores, cujo mandato se extinguiu em 31 de janeiro, elegeram em cada Estado os seus governadores. Esta é a situação jurídica, então vigente. Querer o ilustre Senador Paulo Brossard modificar inteiramente a estrutura jurídica, exatamente, para atender as suas conveniências políticas, evidentemente, é o que não está certo. E esse é o menor pecado de S. Ex<sup>a</sup> na entrevista.

Espero que V. Ex<sup>a</sup> me ouça, para que no final justifique in totum, o conceito que impugno. Não quero me deter naquilo que não é, exatamente, o que me trouxe à tribuna.

O Sr. Lázaro Barboza (Goiás) — Pois não, ouvirei V. Ex<sup>a</sup>

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) — Mas, Sr. Presidente, em seguida, S. Ex<sup>a</sup> fala em usurpação de poder.

Ora, os representantes se elegeram o ano passado, antes das eleições. Agora, a posteriori, é uma usurpação, diz. Nós teríamos, a seu juízo, o poder de advinhar o que depois, o que iria verificar-se em novembro. Assim por antecipação houve uma usurpação, através de um processo normal de tramitação de uma emenda à Constituição.

Mas, S. Ex<sup>a</sup> exorbita e chama isso de usurpação. Pois bem, sai da usurpação, e tenta fazer Direito Constitucional comparado numa alusão aos Estados Unidos, Suécia, Holanda, Dinamarca, a própria Alemanha Ocidental, que ficaram ricas antes de viver num regime de absoluta liberdade.

Eu já tive ocasião de mais de uma vez esclarecer bem que nós não podemos examinar a situação desses países, principalmente da América do Norte e da Europa, sem examinarmos as condições históricas em que cada sociedade se desenvolveu e enriqueceu.

Temos hoje uma situação inteiramente diferente. Temos o mundo metamorfoseado pelas comunicações. Temos hoje, a celerida-



de, a presteza, a rapidez e a eficiência dos ataques mais sérios às instituições e à sociedade e, é preciso que tenhamos instituições capazes de responder, com igual presteza e igual violência, a esses ataques. Isso não foi bem esclarecido e nem objeto de desenvolvimento do raciocínio do ilustre Senador, no seu simplorismo de sempre e no seu jogo de frases feitas.

Mas, S. Ex<sup>a</sup> continua no mesmo diapasão e, já agora na linguagem do jornalista e, para honra minha, teria sido eu o alvo principal das suas críticas e das suas ironias. E, continua naquele velho refrão: eu fui revolucionário de primeira hora; eu preguei ruptura da ordem constitucional, entretanto, o Presidente Nacional da ARENA foi contra o movimento armado, ele defende a Revolução e eu a combate. Fica insistentemente a dizer isso, sem esclarecer os motivos pelos quais resolveu desentender-se com a Revolução, como também, sem explicar a trajetória da sua vida pública. No Rio Grande do Sul, quando ainda quentes eram os seus ataques ao Governador do Estado de S. Ex<sup>a</sup>, recebia e aceitava uma proposta para integrar-lhe o Governo. Sempre o mesmo homem, o jurista de sempre, o formalista, aquele que se agarra a um jurismo ultrapassado e morto, e pensa que tem o poder mágico de ressuscitá-lo. S. Ex<sup>a</sup> lá no Rio Grande do Sul, Secretário de Interior e Justiça, desobedecia a uma ordem judicial fechando uma emissora: aquela instituição conseguia uma liminar que o então Secretário Paulo Brossard, desobedecia, também em nome do seu estranho jurismo..

Sr. Presidente, deixemos a parte que não interessa, que é a parte pessoal, cumprindo apenas acrescentar que só há revolução para o Sr. Paulo Brossard quando coincidente com o seu interesse ou com o seu juízo infalível. A partir do momento em que S. Ex<sup>a</sup> se desentendeu com a Revolução, passou a merecer outros qualificativos o Movimento que ele aplaudira e abençoara.

Sr. Presidente, em seguida S. Ex<sup>a</sup> é interpelado sobre se o MDB pode chegar ao Poder. E responde:

"É preciso respeitar a vontade do povo, expressa nas urnas."

"É exato que as Forças Armadas" — faz uma digressão a respeito das Forças Armadas — acima do Governo e à margem do Governo, elas não devem estar."

Mas S. Ex<sup>a</sup> aí não fica e, sem dizer de quem o conceito, continua:

A oposição era considerada e tem sido considerada erradamente como inimiga do País, "embora seja formada por brasileiros tão bons, como os que estão no outro partido". E ele vê, no exame da possibilidade de criar outros partidos uma manobra contra o MDB.

Essa manobra não é nossa.

Antes de 15 de novembro, segundo Brossard, o quadro era perfeito: havia um partido.

As mesmas coisas de sempre. Mas no final S. Ex<sup>a</sup> chega ao paroxismo da paixão, neste trecho:

— Quando ainda se fala nas extintas legendas, é um bom sinal. Sinal de que os partidos extintos não foram construídos na areia. Os dois atuais, se não estão definitivamente consolidados como partidos, atingiram, pelo menos, um estado cartilaginoso. Extingui-los seria um retrocesso. Criar outros é prolongar o estado de anormalidade.

Essa anormalidade, para Brossard, "está confinando a uma espécie de senzala política. 99% da população". 100 milhões de pessoas não podem viver em função de meia dúzia de fanáticos, sempre prontos a ver inimigos no Legislativo, na imprensa e até mesmo no meio empresarial.

— O governo diz a todo momento, que a subversão foi reduzida a níveis inexpressivos. Mas a Nação está subjugada pela subversão que o governo diz ter acabado. Quero uma estatística que mostre, exatamente, quantas pessoas ainda estão envolvidas na subversão, de modo a justificar a senzala política em que vivem 100 milhões de brasileiros.

Sr. Presidente. Na senzala política em que vivem 100 milhões de brasileiros, essa Casa seria o que nessa senzala? E nela o que representaria o Senador Paulo Brossard? S. Ex<sup>a</sup> não estaria a atentar contra o bom nome do País, não estaria injuriando os brasileiros, e ultrapassando os limites da própria Lei? Sei que S. Ex<sup>a</sup> considera ato de coragem o mimosear governantes com qualificativos fortes. E foi até objeto de pesquisa de S. Ex<sup>a</sup>, expressões, doestos, de parlamentares do Império à Sua Majestade.

É do gosto de S. Ex<sup>a</sup> demonstrar coragem, exibir coragem à base de adjetivação imprópria. Mas, Sr. Presidente, considerar o nosso País como uma senzala política, em que vivem 100 milhões de brasileiros é, positivamente, exorbitar. E é para que não passe isso despercebido, para que dos nossos Anais conste o perfil político de S. Ex<sup>a</sup>, como homem apaixonado e capaz de todas as tropelias verbais à serviço de suas paixões políticas, é que ocupei, neste fim de tarde, esta Tribuna para expressar o mais veemente protesto da Maioria, nesta Casa.

O Sr. Evelásio Vieira (Santa Catarina) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) — Com o maior prazer.

O Sr. Evelásio Vieira (Santa Catarina) — Não tenho condições de discordar, inteiramente, de V. Ex<sup>a</sup>, porque precisaria ler, refletir a respeito das expressões do Senador Paulo Brossard. Mas há uma afirmação de V. Ex<sup>a</sup>, no sentido de insinuação, que atinge a moral do Senador Paulo Brossard e que eu não poderia silenciar e manifestar-me.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) — Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> deixasse expresso.

O Sr. Evelásio Vieira (Santa Catarina) — Quando V. Ex<sup>a</sup> diz que o Governador fez uma proposta e houve acerto, logo no início das afirmações de V. Ex<sup>a</sup>. Essa proposta se subentende como um entendimento não correto, não lícito.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) — Sr. Presidente, mudou o léxico; as expressões já não têm o sentido próprio.

Não sabia que "proposta" traz em si uma conotação pejorativa. Se, no dicionário de S. Ex<sup>a</sup>, tal ocorre, devo deixar muito claro que a empreguei no sentido universalmente aceito: o Governador propôs que o Deputado Estadual integrasse o seu Governo e S. Ex<sup>a</sup> acedeu. Não deixei a frase incompleta; o verbo nem ficou intransitivo, com os três pontinhos a indicar aquilo que a minha falta de coragem não ousaria dizer. Não! Em nenhuma hipótese ofendi S. Ex<sup>a</sup>. A maior ofensa ao Senador Paulo Brossard está, exatamente, no seu artigo, quando se deduz que sendo Senador V. Ex<sup>a</sup> inserido está "numa senzala política". O Senador, sim, se injuriou, injuriando o Brasil, injuriando as instituições, querendo significar com isso coragem quando, em verdade, outro qualificativo bem mereceria S. Ex<sup>a</sup>.

Em nenhuma hipótese, Sr. Presidente, a palavra "proposta" teve conotação pejorativa. Estou a dizer isto porque tenho o discurso de S. Ex<sup>a</sup>, quando assumia a Secretaria e deixava bem claro que, fazia pouco, condenava o Governo, mas, visando a bem servir o País, resolvia aceder ao chamamento para a prestação de um serviço público. De maneira que, em nenhuma oportunidade desta narrativa, avancei o sinal, no qualificar o ilustre representante pelo Rio Grande do Sul.

Quem o feriu foi ele próprio, ferindo o Brasil e injuriando as suas instituições.

Esse é o problema, tal como eu o coloco. Não quero discutir as variações, no tempo e no espaço, do ilustre Senador pelo Rio Grande do Sul. Nem quero, também, discutir sobre se ele tinha ou não razão ao sair da Oposição e assumir um lugar no Governo. Não é do meu gosto tratar de assuntos pessoais. De minha parte, nunca variei de posição para conquistar outras posições, posições maiores e melhores na vida pública. Nem mesmo nesse episódio. Eu era Governador, Governador permaneci. Como de resto tenho, ao longo da mi-

nha vida pública, ocupado os mais qualificados postos, todos eles mercê do pronunciamento popular.

Com estas palavras, Sr. Presidente, quero lavar o protesto mais veemente, mais solene, contra as declarações injuriosas ao Brasil, aos brasileiros e às suas instituições.

**O Sr. Evelásio Vieira** (Santa Catarina) — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. PETRÔNIO PORTELLA** (Piauí) — Com prazer.

**O Sr. Evelásio Vieira** (Santa Catarina) — A colocação agora foi clara, mas a anterior, V. Ex<sup>a</sup> vai-me perdoar, não o foi.

**O SR. PETRÔNIO PORTELLA** (Piauí) — O problema é o seguinte: V. Ex<sup>a</sup> tinha um conceito de "proposta" deixando sempre implícita a conotação ilícita. Eu não fui comerciante, não sou, nunca admiti esse tipo de diálogo com ninguém e a respeito de ninguém fala dessa forma. Quando digo "proposta" dou aquele sentido próprio que os dicionários registram. Valha a oportunidade que V. Ex<sup>a</sup> me concedeu, para que fique explícita a minha palavra. (Muito bem! Palmas.)

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. PETRÔNIO PORTELLA EM SEU DISCURSO:

#### PARLAMENTO, RECEITA DO SENADOR PARA O BRASIL

Inaugurando o Clube dos Repórteres Políticos de São Paulo, o Senador Paulo Brossard fez um exame do momento político nacional e das perspectivas do MDB. Foi uma conversa de quase quatro horas, sábado, no Esporte Clube Pinheiros, depois de um almoço que lhe foi oferecido por mais de vinte jornalistas do setor político.

Brossard, um dos fundadores do extinto Partido Libertador, defendeu a tese do parlamentarismo, afirmando que só o regime de gabinete, onde o chefe do Estado e o chefe do Governo são pessoas distintas, pode evitar as crises institucionais.

— O chefe do Estado não representa partidos e, por isso, ele é o poder moderador. Na Inglaterra, por exemplo, há crises de governo, que nunca se transformam em crises institucionais. Quando o partido majoritário perde o poder, não passa pela cabeça de ninguém editar Atos Institucionais, porque a crise é apenas de governo — disse Brossard.

— No regime presidencialista, especialmente o nosso, as crises do governo são sempre crises institucionais. E ocorre aqui um absurdo: o partido que não é mais majoritário continua no governo. É o que aconteceu no Rio Grande do Sul e em São Paulo, depois das eleições de 15 de novembro. A regra universal é a de que quem deixa de ter maioria, deixa o poder.

Brossard concorda com a tese de que no Brasil, salvo algumas exceções, as Forças Armadas têm exercido uma espécie de poder moderador. Uma dessas exceções, segundo o Senador gaúcho, ocorreu em 1937. Quanto ao fato de que, nos últimos dez anos, esse poder moderador tem sido exercido ininterruptamente, Brossard acha que é indispensável "o respeito à vontade do povo, expressa nas urnas", porque, sem isso, não haverá exercício de poder moderador, mas "usurpação de poder". Apesar de ser favorável à tese do parlamentarismo, Brossard não proporá, agora, nenhuma emenda constitucional para modificar o sistema de governo. Ele sabe que, no momento, não haveria condições para uma modificação desse tipo. Insistirá, no entanto, no debate da tese.

O debate, para ele, é fundamental:

— Boas instituições não caem do céu. Elas decorrem do debate mais amplo possível. Só o debate gera o consenso e democracia é o regime de consenso. O consenso da maioria. E o debate atual, no Congresso, só pode produzir bons resultados. Dizer que a abertura, ou distensão, prejudicam a nossa balança de pagamentos é absurdo. Seria admitir que os Estados Unidos, a Suécia, a Holanda, a

Dinamarca, a própria Alemanha Ocidental ficaram ricas antes de viver num regime de absoluta liberdade. Durante a ditadura do Estado Novo, essa história de dizer-se que era preciso primeiro ficar rico para depois ter liberdade, andou muito em moda.

O Senador Petrônio Portella, presidente nacional da ARENA, foi o alvo preferido das ironias de Brossard. Em duas oportunidades, ele não perdoou as incoerências do chefe arenista:

— Democracia é o consentimento da maioria. Por isso, não tem sentido que o governador do Rio Grande do Sul, onde o MDB fez maioria, seja escolhido no Piauí. (Portella é Senador pelo Piauí, e, como presidente nacional da ARENA, ajudou o governo federal a escolher os novos governadores.)

— Apoiar a Revolução de março de 1964. Era a única saída para o estado de coisas daquela época. Claro que o Movimento de 1964, do ponto de vista formal, foi ilegal. Qual a revolução que não o é? No Piauí, no entanto, esse mesmo movimento foi considerado sedição. (Ele alude ao fato de Petrônio Portella, então governador do Piauí, ter mandado mensagem de solidariedade a Goulart, depois que as Forças Armadas, em Minas, já haviam iniciado sua marcha. Nesse documento, Portella considerava o Movimento militar como sedição.)

O MDB pode chegar ao poder? Brossard acha que sim, a menos que ocorra algo imprevisto. Poder nos Estados, em 1978, e poder na República, em 1982. Mas o MDB teria o apoio militar?

Brossard diz que não sabe. Ele só sabe que "é preciso respeitar a vontade do povo, expressa nas urnas". Reportando-se ao discurso feito recentemente pelo Senador Jarbas Passarinho, Brossard concordou em parte:

— É exato que as Forças Armadas têm origem na classe média. Elas sempre sintonizaram as aspirações populares. A única exceção foi o golpe de 1937, contra o qual se insurgiu Armando de Salles Oliveira. Mas elas são e devem ser meio institucional permanente para a defesa dos interesses nacionais. Mas não acima do governo e à margem do governo.

A Oposição, para o Senador gaúcho, tem sido considerada erradamente como inimiga do País, "embora seja formada por brasileiros tão bons como os que estão no outro partido". E ele vê, no exame da possibilidade de criar outros partidos, uma manobra contra o MDB. Antes de 15 de novembro, segundo Brossard, o quadro era perfeito: havia um partido do governo, que pertencia ao governo, que era propriedade do governo, que ganhava as eleições. E um outro partido, bastardo, achincalhado, destinado a perder.

— Quando ainda se fala nas extintas legendas, é um bom sinal. Sinal de que os partidos extintos não foram construídos na areia. Os dois atuais, se não estão definitivamente consolidados como partidos, atingiram, pelo menos, um estado cartilaginoso. Extingui-los seria um retrocesso. Criar outros é prolongar o estado de anormalidade.

Essa anormalidade, para Brossard, "está confinando a uma espécie de senzala política, 99% da população". Cem milhões de pessoas não podem viver em função de meia dúzia de fanáticos, sempre prontos a ver inimigos no Legislativo, na imprensa e até mesmo no meio empresarial.

— O governo diz, a todo momento, que a subversão foi reduzida a níveis inexpressivos. Mas a Nação está subjugada pela subversão que o governo diz ter acabado. Quero uma estatística que mostre, exatamente, quantas pessoas ainda estão envolvidas na subversão, de modo a justificar a senzala política em que vivem 100 milhões de brasileiros. Às vezes, tenho a impressão de que o governo faz propaganda da subversão, pois vai até na televisão, para dizer que ela existe.

A nós, do MDB, cabe dizer o óbvio, isto é, que vivemos numa anomalia, onde maioria é oposição. Diremos o óbvio, embora o óbvio, muitas vezes, cause espanto.

Sobre as perspectivas do MDB, Brossard falou no final da sua entrevista:

— Assim como 1974, 1975 também pode ser o ano da Oposição. A menos que ocorram imprevistos. Muito depende de nós mesmos. O povo nos deu um voto de confiança e nos legou um patrimônio. Caberá a nós aumentá-lo. Mas esse patrimônio poderá ser diminuído ou mesmo dilapidado. Depende de nós.

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo)** — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder, para uma breve declaração.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro, como Líder da Minoria.

**O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, fui surpreendido pela declaração feita, no fim desta sessão, pelo nobre Senador Petrônio Portella, em nome da Maioria.

Estava em minha sala, atendendo a uma delegação de país estrangeiro, vim ao Plenário e soube pelos companheiros que S. Ex.<sup>a</sup> se refere e protesta contra os termos de uma declaração atribuída ao Senador Paulo Brossard.

O Senador Paulo Brossard não está presente. Não conhecemos a declaração e, por isto, não podemos discutir o mérito das afirmações de S. Ex.<sup>a</sup>

**O Sr. Petrônio Portella (Piauí)** — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo)** — Com prazer.

**O Sr. Petrônio Portella (Piauí)** — Devo dizer que me louvei nas declarações publicadas em jornal idôneo de São Paulo. Não fora a tradição do jornal, evidentemente eu não avançaria no protesto que, solenemente, fiz aqui da tribuna.

**O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo)** — Quero apenas declarar, Sr. Presidente, que não conheço essas declarações, e informar que não está presente o Senador Paulo Brossard para nos dizer da autenticidade ou não, e também da veracidade da interpretação, posto que, muitas vezes, uma palavra pode ser interpretada num ou noutro sentido.

Aguardamos, pois, comunicação com S. Ex.<sup>a</sup> que talvez esteja amanhã neste Plenário.

O Senador Paulo Brossard foi a São Paulo a convite da Câmara Municipal proferir conferência comemorativa do Centenário do Jornal *O Estado de S. Paulo*, devendo estar em Brasília amanhã. Teremos contacto com S. Ex.<sup>a</sup> e responderemos, então, no mérito, às afirmações do Sr. Líder da Maioria.

Mas queremos reafirmar, neste momento, a respeitabilidade da figura do Senador Paulo Brossard, que veio a esta Casa consagrada por uma votação significativa, e que em reiterados pronunciamentos manteve bem alto o nome do Senado, do Congresso Nacional brasileiro. S. Ex.<sup>a</sup> é homem cuja vida pública é um exemplo de dedicação à luta pelo Direito e pela Justiça.

Quero, neste momento, sem poder discutir a declaração — e eu o faria levemente, se fosse discutir declaração que não conheço — apenas reafirmar a nossa integral confiança e respeito à figura do grande Senador Paulo Brossard, que honra esta Casa.

Era a declaração que queria fazer, em nome do meu Movimento Democrático Brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Járbas Passarinho.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (Pará) (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A cidade de Capanema, no Pará, é uma das mais desenvolvidas do meu Estado. Seu comércio é próspero. Sua Associação Comercial e Industrial é atuante. Dela acabo de receber um memorial cujo texto

traduz, sem dúvida, um anseio absolutamente justo, que transmito, desta tribuna, ao Sr. Presidente do Banco do Brasil.

Trata-se de uma providência do Banco do Brasil que não é a mais acertada, qual a de extinguir o seu correspondente, naquela cidade, até aqui exercido pela agência local do Banco da Amazônia S.A.

Assim, todos os títulos comerciais de outras praças, com cobranças a cargo do Banco do Brasil, eram apresentados na própria cidade de Capanema. Com a extinção do correspondente, os moradores de Capanema terão, na melhor das hipóteses, de deslocar-se até a cidade de Bragança, com todos os inconvenientes naturais e decorrentes de uma viagem de 65 quilômetros, que nem sempre pode ser feita segundo os horários precários dos transportes coletivos. A extinção do correspondente já dura seis meses e, até aqui, apesar da intervenção da Associação Comercial de Capanema, não foi restabelecida a medida anterior que, convenhamos, não deve ser ônus insuportável ao Banco do Brasil.

Cabe-nos, pois, como representante do povo paraense, solicitar ao Sr. Presidente do Banco do Brasil o restabelecimento do correspondente ou até mesmo a criação de uma Subagência do Banco do Brasil em Capanema.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Osires Teixeira.

**O SR. OSIRES TEIXEIRA (Goiás) (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

A explosão demográfica, inegável problema para inúmeros países, se-lo-á também para o Brasil, ou nações em idênticas condições da nossa, que ainda acusam regiões, como a Amazônica, com menos de um habitante por quilômetro quadrado.

Sem ocupar efetivamente nossos imensos vazios geográficos, disporêmos de meios para prosseguir no ritmo desenvolvimentista em que tão euforicamente ingressamos nos últimos anos?

O problema não existe em nosso País, pelo menos em toda sua extensão.

Para exercitarmos a soberania brasileira, na continentalidade nacional, teremos de primeiro ocupá-la com o nativo, com o homem da terra, com o brasileiro. E não será freando a natalidade que iremos atingir tão sadio quanto indiscutível desiderato.

Aldous Huxley entendendo que a explosão demográfica é consequência do desenvolvimento, disse que ela representa uma ameaça permanente, que "a humanidade navega corrente abaixo sem querer ouvir o ruído de uma catarata que se encontra próximo".

A população Latino-Americana é a que aumenta mais aceleradamente no conglomerado dos povos do mundo. O rápido decréscimo da mortalidade e as cifras de natalidade ainda muito altas, quase inalteradas, são os causadores do fenômeno, segundo Benjamin Viel, in *Boletim de População*, vol. 1, nº 1.

Estudando a origem da palavra "população", o Padre Fernando Bastos de Ávila, julga que proveio do termo latino, *populus*, significando povo, plebe. Mas que é de notar-se que o substantivo *populatio* quer dizer ruína, devastação. A conotação é curiosa, Sr. Presidente, e haverá de ser aproveitada onde o excesso de população tantos males acarreta.

Consoante expressam estatísticas recentes, em toda a Terra existem atualmente cerca de três bilhões e setecentos milhões de habitantes. Como é de 135.769.000 km<sup>2</sup> a superfície habitável, a densidade demográfica, é, então, de 27 habitantes por km<sup>2</sup>.

Até 1650 a população mundial variou de 400 a 600 milhões. Observa-se certo equilíbrio até àquela época.

Segundo as pesquisas dos demógrafos Willeox e Carrsaunders, e estimativas das Nações Unidas, a população mundial evoluiu nos termos que passamos a ler:

## POPULAÇÃO MUNDIAL E POR CONTINENTE: 1650 — 1970

Em milhões de habitantes

Ano	Mundo	África	América do Norte	América Latina	Ásia	Europa e URSS	Oceânia
1650	553	60	1	10	380	100	2
1750	726	68	1	15	500	140	2
1850	1.323	88	26	35	900	274	2
1900	1.663	110	81	63	980	423	6
1920	1.810	140	117	91	966	487	9
1930	2.015	157	135	109	1.072	532	10
1940	2.249	176	146	131	1.212	573	11
1950	2.509	207	167	162	1.364	576	13
1960	3.010	257	200	212	1.684	640	17
1961	3.069	261	204	218	1.721	648	16,8
1962	3.135	269	206	224	1.764	655	17,2
1963							
1964							
1965	3.308						
1970	3.632	344	228	283	2.056	704	19

Estimativa até a metade de 1965, cfr. Boletim da População; outubro de 1965, pág. 96.

1970: Estimativa da Population Reference Bureau.

**FONTE:** Gohran Olin, "Historical Outline of World Population Growth", U.M. World Population Conference, Belgrado, 1965, Table 4; *Annuaire démographiques des N.U.*

Por esse quadro que apresentamos, pode concluir-se que o gráfico da expansão da população mundial exibe, num período inicial, linha quase horizontal de crescimento muito lento, partindo dos primórdios da humanidade e alcançando o Século XVIII, e dali uma linha de crescimento rapidíssimo, dito explosivo.

Conforme preleciona o Padre BASTOS DE ÁVILA:

"Chama-se transição demográfica a passagem ocorrida nos últimos duzentos anos, de posição de equilíbrio inicial entre natalidade e mortalidade em alto nível de ambas, para nova posição de equilíbrio final em baixo nível dessas duas componentes do crescimento vegetativo da população. Assim, na primeira posição ocorriam, no noroeste da Europa, 35-40 nascidos vivos e 30-35 óbitos por mil habitantes, resultando daí um incremento populacional de 0,5% ao ano. Seguiu-se a primeira fase de transição, a "explosão demográfica", caracterizando-se pela tendência de baixa secular da mortalidade, sem que fosse compensada por qualquer tendência significativa de baixa secular da natalidade, resultando daí contínua aceleração da taxa de incremento populacional (até 1,5% ao ano no caso europeu, até 3,5% ao ano no caso latino-americano e, em particular, brasileiro). Depois veio a segunda fase de transição, a "revolução demográfica", caracterizada pela tendência de baixa secular da própria natalidade, do nível de 35-45% para 15-20%, resultando daí a desaceleração da taxa de incremento populacional: de exponencial que era na fase anterior, passou o crescimento demográfico a apresentar andamento logístico. Foi então alcançado o novo equilíbrio racional entre natalidade e mortalidade em baixo nível de ambas, respectivamente, 15%-20% e 7%-10%, inaugurando-se novo período de estabilidade populacional com taxa de incremento de 0,5% ao ano. Entre o equilíbrio inicial e o final houve, pois, um hiato demográfico, ou seja, uma diferença significativa dos níveis de natali-

dade e de mortalidade, com tendência a abrir-se na primeira fase e a fechar-se na segunda.

Após a Europa noroeste, todas as demais regiões do mundo vieram entrando, sucessivamente na transição demográfica. Em 1966 a situação era a seguinte: toda a Europa, Japão, América do Norte, URSS, Oceania achavam-se em fase de equilíbrio; a zona temperada da América Latina (Uruguai, Argentina, Centro-Sul do Brasil, Chile) sofreu a revolução demográfica; o restante da América Latina, a Ásia (exceto Japão), a África do Sul e do Norte, a África Central passaram pela explosão demográfica. O hiato demográfico brasileiro iniciou-se na década 1891-1900, quando começou a baixar, em tendência secular, a mortalidade geral do País."

De acordo com dados colhidos no IBGE e CEPAL, essa transição demográfica no Brasil pode ser resumida no seguinte quadro:

Período	Natalidade	Mortalidade
1872 - 1890	46,5	30,2
1891 - 1900	46,0	27,8
1901 - 1920	45,0	26,4
1920 - 1940	44,0	25,3
1940 - 1950	43,5	19,7
1950 - 1960	43-47	11-16

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Como se dá no Brasil, referentemente às suas várias regiões, no resto do mundo a concentração populacional é também muito desigual por continentes, nações e regiões. Presença, neste, destacam-se na Ásia 57% da população mundial; 21% na Europa e URSS; 8,5% na África; 7% na América Latina; 6% na América do Norte e 5% na Oceania.

As onze mais populosas nações do mundo, em dados de 1970, eram:

NAÇÃO	População (milhares)	% sobre a população mundial	
		distributiva	cumulativa
1 — Rep. Pop. Chinesa ....	759.600	20,9	20,9
2 — Índia .....	554.600	15,2	36,1
3 — URSS .....	242.600	6,6	42,7
4 — USA .....	205.200	5,6	48,3
5 — Paquistão .....	136.900	3,7	52,0
6 — Indonésia .....	121.200	3,3	55,3
7 — Japão .....	103.500	2,8	58,1
8 — Brasil .....	93.000	2,5	60,6
9 — Rep. Fed. Alemã .....	58.600	1,6	62,2
10 — Reino Unido .....	56.000	1,5	63,7
11 — Nigéria .....	55.100	1,5	64,2

FONTE: Population Reference Bureau — 1970.

Das conclusões a que chegamos — o Congresso Mundial da População, levado a efeito em 1965, em Belgrado, foi previsto que o volume da população mundial estará entre

4.071.000.000 e 4.487.000.000 em 1980;

4.659.000.000 e 5.704.000.000 em 1990; e

5.296.000.000 e 7.410.000.000 no ano 2.000.

Não achamos lícito prosseguir ferindo o assunto da presente fala, sem alusão ao **Malthusianismo**.

Thomas Robert Malthus, economista inglês que viveu de 1766 a 1834, como sabem V. Ex<sup>as</sup>, acreditava que os meios de subsistência tendiam a crescer, na melhor das hipóteses, segundo a proporção aritmética — 2, 4, 6, 8, 10 —, ao passo que a população se avolumaria em progressão geométrica, duplicando seus efetivos a cada geração: 2, 4, 8, 16, 32 ...

A humanidade, nesses ritmos, chegaria fatalmente a uma situação catastrófica, cujo advento somente vinha sendo retardado — ele não dizia **adiado**, reparem bem por que a natureza se encarregava, através de fatores repressivos, de reduzir as linhas ascendentes da expansão populacional: as guerras, as epidemias, as carestias, a miséria e os vícios. Mas que o homem, sendo um ser racional, devia adotar freios especiais para redução de sua fecundidade.

Afortunadamente, Sr. Presidente, e eminentes Srs. Senadores, os fatos infirmaram as premissas em que se fundava a tese **malthusiana**: além da humanidade não haver duplicado a cada nova geração, aumentou sua capacidade produtiva em ritmo muito mais acelerado do que o anunciado. O ponto de saturação a que se referiu Malthus recuou para futuro mais remoto, no qual os avanços da ciência e da técnica revelaram à humanidade as possibilidades de sustentar dignamente população bem maior do que a existente, desde que ela se decida a canalizar, para o desenvolvimento, os imensos recursos ainda hoje absorvidos pelas tensões e conflitos mundiais.

Enfatizou a respeito o Padre Ávila:

"O próprio desenvolvimento, contrariamente ao que pensava Malthus, funciona sempre como redutor da natalidade. São precisamente menos fecundos os povos, grupos e classes que mais elevados se encontram na escala econômico-social. A teoria de Malthus conserva, entretanto, o valor de uma advertência contra o exercício de uma fecundidade irresponsável. Nela se inspirou o "neomalthusianismo" contemporâneo para preconizar todos os meios eficazes tendentes a reduzir drasticamente o crescimento demográfico, desde a continência periódica até as pí-lulas anticoncepcionais e a esterilização. Ele também,

contudo, se baseava no equívoco de pensar que denatalidade é fator de desenvolvimento, quando o certo é exatamente o contrário: o desenvolvimento integral do homem é que é fator de uma redução racional e livre de uma natalidade excessiva, que poderia encaminhar a humanidade a um impasse insuperável" ("PEQUENA ENCICLOPÉDIA DE MORAL E CIVISMO", p. 430).

Sr. Presidente, contendo a tese de Malthus também doutrina moral, como se deduz, dela podemos extrair — para a rjeza da posição brasileira — pelo menos o ensinamento moral.

Do cotejo dos dados há pouco referidos, haverão de inferir V. Ex<sup>as</sup>, que não é o maior grau de densidade demográfica o causador da velha preocupação com o destino da humanidade, no respeitante à matéria de que ora cuidamos. Nações ali figuram com elevado índice, no entanto nenhuma perspectiva funesta lhes atemoriza, nem de longe se encontram da fome.

Os recursos marinhos praticamente não estão sendo explorados ainda para a alimentação do homem.

No Brasil somente cultivamos 3% de nossas terras.

Um saco de feijão plantado em terras do Paraná, e em manchas do Estado de Goiás, sem adubo algum, chega a produzir 110 sacos!

O trágico excesso populacional de que padece a Índia — o que nos condôi sobremaneira — haverá de ser debitado a seu déficit de facilidades educacionais, à falta de recursos da população e à influência religiosa.

Antes de preocuparmo-nos com a explosão demográfica, devíamos ocuparmos-nos da multiplicidade exuberante de recursos alimentícios a nosso dispor. O que deve constar de nossas cogitações não são as estratégias para o combate a um problema que ainda não temos, mas o empenho decisivo de preveni-lo, de evitá-lo.

O pessimismo não pode encontrar guarida num país que conta com os poços de petróleo de "Garoupa" e os de "Pargo", além de alguns em produção, e de outros por serem descobertos.

O que os fatos estão demonstrando, ao correr do tempo, é que o homem, sempre que encurralado, descobre meios e modos de sobreviver. É uma bênção de Deus, Senhores Senadores: a capacidade criativa do homem é infinita. E aí conseguimos compreender, sem esforço algum, de que ele foi, realmente, feito à imagem e semelhança do Senhor.

No Brasil, tanto mais evolui o meio, mais o número de filhos vai se ajustando às condições sócio-econômicas do casal. Os meios de comunicação — cada dia mais popularizados — ensinam, alertam e previnem, sem traumas, mas lenta e naturalmente, levando ao rescesso dos lares brasileiros o que de recomendável existe sobre o assunto, como resultado dos estudos mais recentes. E as opções vão sendo eleitas, racional e independentemente de quaisquer medidas proibitivas ou coercitivas.

Ao Povo brasileiro, de formação eminentemente cirstã, repugnaría a existência de leis que obrigassem ao uso de anticoncepcionais, que prescrevessem a esterilização...

De conformidade com nosso ponto de vista, Sr. Senadores, amplamente embasado em dados concretos, o grau elevado de população pode forçar o progresso, e o progresso conduzir à solução racional e tranqüila do problema, onde ele venha a eclodir.

O máximo que se poderá preconizar, a respeito da matéria, é uma divulgação sistematizada, promovida sem atropelo, em que se recomendaria o que poderíamos chamar de **natalidade responsável**.

Esta solução, pois, lenta e conscientemente adotada, poderá vir a constituir na fórmula salvadora das consequências desastrosas da explosão demográfica, que certos futurólogos vaticinaram, virão a agravar-se no ano 2000.

Lá estarão nossos filhos e netos, e até mesmo alguns de nós, para atestar que as providências tomadas frente às possibilidades de uma explosão demográfica no País, foram as mais indicadas, e as que mais se impunham autênticos e legítimos interesses da grande Nação Brasileira.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — O Sr. Senador José Esteves enviou à Mesa projeto cuja tramitação, de acordo com o disposto no art. 259, item III, letra a, nº 3, do Regimento Interno, deve ter início na Hora do Expediente.

A proposição será anunciada na próxima sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, para apreciação de veto presidencial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 1974.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Nada mais havendo que tratar, vou declarar encerrada a presente sessão, designando para a de amanhã a seguinte

## ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Requerimento nº 13, de 1975, do Senhor Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 1972, de sua autoria, que regulamenta disposição constante do art. 153, § 12, da Emenda Constitucional nº 1, e dá outras providências.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 39, de 1975, do Senhor Senador Nelson Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 004, de 1974, de sua autoria, que altera a legislação da Previdência Social, e dá outras providências.

3

Votação, em turno único, do Requerimento nº 134, de 1975, de autoria do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, das Ordens do Dia dos Senhores Ministros, General Sylvio Frota, Almirante Azevedo Henning e Brigadeiro Araripe Macedo, do Exército, Marinha e Aeronáutica, respectivamente, em comemoração ao 11º aniversário da Revolução, publicadas no *Jornal do Brasil* de 31 de março e 1º de abril de 1975.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1974 (nº 50-C/67, na Casa de origem), que dá nova redação aos Artigos 469 e seus parágrafos, 470 e 659 da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo

**PARECER FAVORÁVEL**, sob nº 391, de 1974, da Comissão — de Legislação Social.

5

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 7, de 1975 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 9, de 1975), que suspende a proibição contida nas Resoluções nºs 58, de 1968, 79, de 1970, 52, de 1972 e 35, de 1974, para permitir que o Governo do Estado de Minas Gerais aumente para Cr\$ 2.040.200.000,00 (dois bilhões, quarenta milhões e duzentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

**PARECER**, sob nº 10, de 1975, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 25 minutos.)

**DISCURSO DO SR. MINISTRO SEVERO GOMES, NA II CONFERÊNCIA-GERAL DA UNIDO, EM LIMA, PERÚ, REALIZADA DE 11 A 14 DE MARÇO DE 1975, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 123/75, DE AUTORIA DO SR. SENADOR JOSÉ SARNEY, APROVADO NA SESSÃO DE 8-4-1975:**

“Senhor Presidente:

**OS DOIS DADOS DA CRISE** — Creio que estaríamos todos de acordo em dizer que a II Conferência-Geral da UNIDO abre-se sob o signo da crise. Mas a unanimidade cessaria se tentássemos caracterizar essa crise. Alguns sublinhariam as expectativas sombrias de seus aspectos conjunturais, e dariam ênfase a certos indicadores pessimistas: déficits nos balanços de pagamentos, estagnação ou retrocesso econômico e desemprego crescente. Outros prefeririam conceituação distinta: o que estaria em crise, fundamentalmente, seria a própria estrutura econômica internacional vigente, que legou um quadro de disparidades mundiais de renda e gerou a polarização do mundo em países desenvolvidos e países em desenvolvimento, configurando condições passíveis de superação. Nessa perspectiva, crise não teria necessariamente um sentido negativo, pois a transformação das velhas estruturas do poder econômico mundial pode trazer em seu bojo a gestação de novos sistemas de interrelacionamento, baseados na igualdade de oportunidades econômicas e na implantação de uma ordem internacional mais equânime que permitisse superar, precisamente, a divisão do mundo em dois hemisférios: o da pobreza e o da prosperidade. O Brasil prefere associar-se a essa segunda interpretação, e embora não ignorando a gravidade da conjuntura, vê na crise atual a promessa de uma progressiva renovação das estruturas, mais que o simples inventário de desajustes circunstanciais. É nessa ótica que a Delegação Brasileira pretende participar dos trabalhos desta Conferência.

Senhor Presidente:

**A DEPENDÊNCIA EXTERNA** — A Conferência de Lima deveria partir do reconhecimento de que os esforços nacionais de industrialização se inserem numa moldura externa que escapa em grande parte ao controle do mundo em desenvolvimento. Subsiste uma estrutura de dependência externa que inibe e condiciona os esforços nacionais de desenvolvimento industrial. Industrializar-se significa, num certo sentido, modificar esse sistema de dependência, que se manifesta no campo comercial, financeiro e tecnológico.

A dependência comercial está radicada numa divisão internacional do trabalho obsoleta, que condena a maioria dos países em desenvolvimento seja à produção primária, seja à elaboração manufatureira de baixa sofisticação tecnológica. As tentativas do mundo em desenvolvimento de superar esse sistema de dependência são anuladas muitas vezes pela imposição de barreiras protecionistas pelo mundo desenvolvido, que penalizam exatamente aqueles produtos que os países em desenvolvimento têm melhores condições competitivas para produzir e exportar. A quantificação desse quadro pode ser obtida a partir de um simples exame das estatísticas internacionais. Observa-se, por exemplo, com certa perplexidade, que enquanto os países em desenvolvimento levaram praticamente uma década para ampliar em um ponto de percentagem a sua participação no comércio mundial de manufaturados — para atingir algo próximo de 2,0% do total — os países industrializados vêm alcançando crescente proporção no comércio de produtos alimentares e matérias-primas, que já dominam em perto de 70,0%. Com isso, a participação das regiões não desenvolvidas no comércio mundial apresentou notável retrocesso, recuando de 21,0% em 1964 para apenas 15,0%, aproximadamente, em 1973.

A dependência financeira se manifesta na ausência de participação dos países não industrializados no controle das principais fontes de financiamento internacional. As condições pouco favoráveis que presidem à transferência de capitais para as

regiões em desenvolvimento atuam, paralelamente, a outros fatores, no sentido de gerar um endividamento progressivo, que agrava a dependência externa. Não se pode, por exemplo, aceitar como legítima a tendência secular ao desequilíbrio dos itens básicos do balanço de pagamentos dos países em desenvolvimento. No caso da América Latina, apesar do relativo equilíbrio que têm alcançado na conta de mercadorias, os países da região registraram, no quinquênio 1969-1973, um déficit na conta de bens e serviços superior a 17 bilhões de dólares. Este fato não é senão o reverso da medalha de um fenômeno simétrico: a tendência, por parte dos países industrializados, de orientarem sua política de balanço de pagamentos de forma a obter crescentes *superávits* na conta de mercadorias e serviços, o que se traduz em déficits correspondentes na grande maioria dos países em desenvolvimento.

A legitimidade dessa política — principal fonte da situação sistematicamente deficitária dos países em desenvolvimento — aparentemente não tem sido contestada. Ora, sua aceitação implicaria em aceitar, igualmente, os mecanismos comerciais restritivos e outros instrumentos que aceleram, agravam e tornam aguda, a dependência de capitais externos por parte dos países em desenvolvimento.

Seria errôneo em nosso entender, atribuir essa tendência à importação maciça de capitais, unicamente às exigências espontâneas do próprio processo de desenvolvimento. Grande parte dos recursos importados por esses países destina-se, não a financiar o seu processo de industrialização, mas a cobrir os déficits em suas transações de bens e serviços, resultantes, em parcela substancial, daqueles mecanismos e instrumentos restritivos. A comprovação de tal raciocínio está no fato de que os déficits são substancialmente mais elevados, em termos relativos, nos países em estágio menos avançado de desenvolvimento industrial, dentro do mundo subdesenvolvido.

Os países industrializados têm se inquietado, ultimamente, com a acumulação de déficits em suas transações com certos países em desenvolvimento. Para aqueles países trata-se de fato inédito. Para os países em desenvolvimento tem sido este o padrão tradicional. Na verdade, o ônus das nações não-industrializadas vem sendo proporcionalmente muito maior que o arcado recentemente pelo mundo industrial, dadas as dimensões relativas de suas economias. Se fôssemos aplicar, por exemplo, a mesma relação *deficit/produto* que prevaleceu para a maioria dos países da América Latina durante o quinquênio 1969/1973, ao produto dos países industrializados, obteríamos um hipotético — e inimaginável — déficit da ordem de 400 bilhões de dólares, no mesmo período.

A dependência tecnológica, enfim, se evidencia na circunstância de que a tecnologia disponível, em geral não adaptada às condições especiais dos países em desenvolvimento e em grande parte controlada por empresas sediadas nos países industrializados, é transferida em condições desfavoráveis, no contexto de um mercado altamente oligopolístico, que limita as opções oferecidas ao usuário do país em desenvolvimento.

Esse resultado, de valor puramente ilustrativo foi alcançado relacionando-se o déficit de bens e serviços acumulados no período de 1969-1973 pelos países da América Latina (excluídos os quatro de PIB mais elevado) com o produto agregado estimado desses países em 1973, obtendo-se um coeficiente próximo de 15,0%. Esse mesmo coeficiente foi em seguida aplicado ao produto agregado dos países membros da OCDE do mesmo ano.

Senhor Presidente:

**DA DEPENDÊNCIA À INTERDEPENDÊNCIA** — Essa avaliação já contém em seu bojo os elementos de uma estratégia corretiva. Trata-se, essencialmente, de modificar o sistema da dependência externa, em suas três articulações essenciais — a comercial, a financeira e a tecnológica — criando condições para um efetivo desenvolvimento industrial. Não se trata, obviamente, de promover a autarquia. É necessário, isto sim, qualificar o ponto de vista de alguns países desenvolvidos, de que o objetivo fundamental da

cooperação internacional é a promoção de uma interdependência maior entre as nações. Tal objetivo, válido em si mesmo, encerra, no entanto, uma certa ambigüidade, pois a palavra *interdependência* não tem um sentido unívoco. Com efeito, há duas formas de interdependência. A primeira, que atualmente rege, em suas grandes linhas, as relações entre as economias centrais e as periféricas, funda-se na institucionalização da desigualdade, e é um instrumento da dependência. A segunda supõe a igualdade, e marca os caminhos da independência.

O objetivo da cooperação internacional seria, assim, facilitar o trânsito da primeira para a segunda forma de interdependência. O passo decisivo para essa transição deve ser dado inicialmente pelos próprios países em desenvolvimento. Esta iniciativa não isenta, entretanto, os países desenvolvidos da responsabilidade de contribuir efetivamente para esse processo, tanto no plano bilateral quanto no multilateral. É necessário que a colaboração requerida se estruture em um sistema internacional de compromissos, que, de um lado assegurem os recursos complementares indispensáveis à industrialização, e, de outro, eliminem ou reduzam os fatores contrários ao desenvolvimento que resultam da ação ou da omissão dos países mais avançados.

Essa cooperação implica, concomitantemente, obrigações de *fazer* e obrigações de *não fazer*: o que poderíamos chamar de obrigações positivas e negativas.

As obrigações positivas significam que os países industrializados devem comprometer-se a auxiliar os esforços nacionais dos países em desenvolvimento, no campo do comércio, através da concessão efetiva de tratamento diferenciado e mais favorável às suas exportações; no campo financeiro, através da expansão e aperfeiçoamento qualitativo dos fluxos de recursos destinados ao desenvolvimento industrial; no campo da tecnologia, através do estabelecimento de mecanismos que facilitem a absorção, a custos compatíveis com a capacidade dos receptores, da tecnologia importada, e a produção de tecnologia endógena.

O comprometimento cooperativo acarreta, paralelamente, também obrigações negativas, ou seja, obrigações de *não-interferência* no processo de industrialização dos países em desenvolvimento, de *não imposição* de quaisquer barreiras restritivas, e, em geral, de *não criar obstáculos* de qualquer natureza à plena mobilização dos recursos internos desses países. Fundamentalmente, trata-se de *não impedir*, por ação ou omissão, os países em desenvolvimento de explorar integralmente os seus recursos naturais em benefício de suas populações.

Nesse contexto cabe reiterar que o reconhecimento sem reservas da soberania permanente dos países em desenvolvimento sobre seus recursos, deve constituir um dos fundamentos básicos do sistema de cooperação internacional que se está propugnando. O Governo do Brasil não pode aceitar qualquer limitação a esse princípio — tal como a instituição de sistemas globais de arbitragem para uso dos recursos naturais.

A atual crise econômica internacional poderá, paradoxalmente, funcionar como agente aglutinador de uma cooperação internacional mais dinâmica, fundada nesse sistema de compromissos.

Um mecanismo a longo prazo de assistência financeira, por exemplo, associada a uma política comercial e tecnológica mais lúcida, poderia contribuir para aumentar a capacidade de importar dos países em desenvolvimento, transformando-os em parceiros comerciais mais expressivos, capazes de dinamizar, pela elevação do ritmo de suas importações globais, as indústrias dos países desenvolvidos, sobre as quais ora, paira o espectro da estagnação econômica.

Senhor Presidente:

**O RISCO DOS PARADIGMAS** — O grande risco de uma análise internacional dos problemas relativos à industrialização é a tentação de recomendar um modelo ou paradigma de vigência universal, aplicável indistintamente a todos os países em desenvolvi-



to. Na verdade não existe, nesse domínio, nenhum modelo teórico susceptível de ser transposto, sem modificações. Não obstante, tem prevalecido a tendência de propor o traslado puro e simples de determinados padrões, gerados nas áreas industrializadas, aos países em desenvolvimento. Em virtude dessa orientação, metas qualitativas e quantitativas de produção nem sempre estão sendo atingidas, com desperdício de recursos e perdas irrecuperáveis de tempo, o que tem contribuído para o afloramento de um sentimento de frustração e de incapacidade de realização que coloca em risco a própria idéia do desenvolvimento.

O processo de acumulação de capital dos países desenvolvidos e o nível por eles alcançado no que concerne à distribuição da riqueza possibilita uma estrutura econômica preponderantemente voltada para o consumo, e caracterizada pela institucionalização do desperdício, com base no princípio de "usar e inutilizar" e na rápida obsolescência de bens paradoxalmente considerados "duráveis". A situação dos países em desenvolvimento é bastante distinta, caracterizando-se, justamente, pela insuficiência de recursos, mesmo no volume mínimo exigido para assegurar às suas populações um padrão de vida pouco superior ao nível da modesta subsistência.

O paradigma adotado nos países desenvolvidos, baseado na premissa da energia barata e dos recursos inextinguíveis, está sendo questionado nos próprios países onde se originou, não sendo racional, portanto, transpô-lo, sem ajustamentos, aos países em desenvolvimento, de estrutura econômica incipiente. O que se deve rejeitar é o vício de encarar o desenvolvimento industrial dos países periféricos como a simples reprodução dos modelos das sociedades avançadas. Cada país em desenvolvimento deve criar seu próprio modelo, à luz de suas peculiaridades sócio-econômicas, enfatizando, de acordo com suas prioridades nacionais, tanto os aspectos quantitativos do desenvolvimento, sem os quais as barreiras da dependência externa não poderiam ser superadas, quanto os aspectos qualitativos, sem os quais o desenvolvimento perderia de vista o destinatário principal — o homem — e se transformaria num processo mecânico, movido por um dinamismo puramente instrumental, sem fins explícitos e sem uma direção consciente.

Senhor Presidente:

**OS DOCUMENTOS DE ARGEL** — A Declaração e o Programa de Ação adotados em Argel ajustam-se plenamente a essa concepção do desenvolvimento industrial. Esses documentos evidenciam que o desenvolvimento industrial não pode ser atingido sem um amplo entendimento quanto à inadequação que caracteriza o atual interrelacionamento entre as nações, e indicam como solução política uma estratégia coerente, fundamentada em medidas nacionais, regionais e internacionais. O objetivo precípuo a que se visa é o de alcançar uma interdependência efetiva, baseada na progressiva remoção dos profundos desníveis sócio-econômicos que separam os países economicamente avançados das nações em desenvolvimento.

Ao nível nacional, os Documentos de Argel formulam certo número de recomendações aos próprios países em desenvolvimento, cujo teor essencial estamos de acordo, e cuja implementação deverá, naturalmente, levar em conta as características específicas de cada país.

Ao nível da cooperação entre os países em desenvolvimento, a Declaração e o Programa de Ação recomendam medidas de fundamental importância. O Brasil endossa, em geral, essas propostas, inclusive as relativas ao princípio da associação entre produtores de bens primários, sobretudo no que se refere ao apoio mútuo entre as diversas associações, sem o que a estratégia de valorização dos seus produtos poderia não ser benéfica aos países em desenvolvimento em seu conjunto. Tais mecanismos associativos constituem, sem dúvida, instrumentos válidos para defesa dos produtores primários, no entendimento de que sua implantação deve ser examinada casuisticamente, levando-se em conta as condições de mercado e as características técnicas e econômicas de cada produto.

Finalmente, os Documentos de Argel recomendam medidas a serem tomadas pelos países desenvolvidos, bilateral e multilateralmente. Com efeito, sem uma decisiva ação complementar por parte da comunidade internacional, poderiam frustrar-se os esforços empreendidos pelos países em desenvolvimento ao nível nacional e ao nível da sua cooperação mútua, pois as modificações das estruturas básicas da dependência externa escapam, no essencial, à alçada desses países.

Senhor Presidente:

**REESTRUTURAÇÃO DA UNIDO** — A responsabilidade pelo estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional, no que concerne ao desenvolvimento industrial, foi atribuída à Unido, pela Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas, nos termos da Resolução nº 3.302 (S-VI).

A demorada e atenta análise da organização e do seu funcionamento, realizada ultimamente, principalmente em conexão com os preparativos para a presente Conferência, demonstrou, sem dúvida, que a instituição não se acha convenientemente preparada para desempenhar com eficiência aquela importante tarefa. Faz-se indispensável, conseqüentemente, tomar medidas para superar as circunstâncias inibidoras.

A solução, a médio prazo, nos parece ser a transformação da Unido em agência especializada da Organização das Nações Unidas; dotada de plena autonomia administrativa e financeira, e com recursos suficientes para atender às múltiplas atribuições inerentes à responsabilidade que lhe foi atribuída. No plano mais imediato seria indispensável assegurar a participação mais expressiva e representativa do mundo em desenvolvimento no processo decisório da Unido, bem assim estabelecer mecanismos — como o Fundo de Desenvolvimento Industrial — que possibilitem à Organização contribuir de forma mais ampla e significativa para os programas de industrialização dos países não desenvolvidos.

"Senhor Presidente:

**NOVO CONTRATO SOCIAL** — Entre a primeira Conferência da UNIDO, realizada em Viena, e esta Conferência, ocorreram transformações qualitativas no jogo mundial do poder econômico, cujo alcance e repercussões ainda não podemos avaliar plenamente. Uma coisa parece certa: em Viena, as condições então vigentes não permitiam senão ajustamentos marginais, numa estrutura aparentemente inalterável, e cuja característica central era a hegemonia exercida pelas superpotências sobre a economia mundial. Em Lima, estamos defrontados com uma situação nova, que questiona os antigos parâmetros, e autoriza múltiplas especulações. Em Viena, não tínhamos outra alternativa senão mudar o que podia ser mudado, no interior de um sistema imutável; em Lima, temos a possibilidade de articular a mudança do próprio sistema. Essa faculdade pode ou não ser utilizada. Se prevalecerem a imaginação e a vontade política, a Conferência de Lima será o marco inicial de uma nova fase na convivência econômica internacional. Se predominarem a passividade e o imobilismo, o resultado poderá ser uma grave fonte de frustrações para o conjunto da comunidade internacional. A experiência tem demonstrado que as tentativas de conservar as estruturas vigentes de poder, podem, em certas circunstâncias históricas, ser mal sucedidas e contrárias aos interesses dos próprios beneficiários da ordem existente.

Entre as duas alternativas — a de propiciar a emergência do novo e a de congelar estruturas em crise — a Delegação do Brasil já fez sua escolha. Nossa opção é, inequivocamente, pela implantação efetiva, e não apenas retórica, de um novo contrato social entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Se os demais Membros desta reunião fizerem uma opção análoga, a Conferência de Lima terá, sem dúvida, justificado as expectativas que os países em desenvolvimento nela depositam.

Obrigado, Senhor Presidente."

*DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. DINARTE MARIZ NA SESSÃO DE 1º-4-75 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O SR. DINARTE MARIZ** (Rio Grande do Norte) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Sinto ainda ressoar neste plenário as palavras ontem aqui pronunciadas pelo eminente Presidente Ernesto Geisel.

Sabemos que, em determinados assuntos, às vezes, é necessário escrever-se um tratado, e, em outros, uma só palavra define uma atitude.

Foi assim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que ouvi ontem do Presidente Ernesto Geisel não só a afirmativa de que o nosso Partido, a Aliança Renovadora Nacional, foi organizada para dar suporte ao Governo da Revolução, como também a sua declaração de ter sido um dos responsáveis pela Revolução de 31 de março e, mais ainda, enfaticamente afirmar que a Revolução continuará.

Sr. Presidente, essas palavras foram suficientes para definir a situação política nacional nos dias atuais.

A Revolução de 31 de março teve como corolário a unidade das Forças Armadas e nesse itinerário vamos caminhando.

Sr. Presidente, o primeiro ato revolucionário, o Ato Institucional nº 1 — faço questão de referir aqui — teve como um dos signatários o Presidente Costa e Silva; que, recusando levar o País para o totalitarismo, preferiu legitimar o Congresso e com ele lutar para dar ao nosso País uma verdadeira democracia.

A sua segunda manifestação foi ainda como Ministro do Exército do saudoso Presidente Castello Branco. Quando se agitava uma área militar no sentido de substituir o Presidente Castello Branco, compareceu pessoalmente à Vila Militar e conseguiu dos seus camaradas a unidade em torno do Governo.

Posteriormente, editado o Ato Institucional nº 5, quando tudo parecia caminhar, não para o recesso mas para a dissolução do Congresso Nacional, mais uma vez o Presidente Costa e Silva preferiu os caminhos da legalidade e da democracia, recusando, pela terceira vez, tornar-se ditador.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não posso deixar de referir-me também ao eminente e saudoso Presidente Castello Branco, primeiro Presidente da Revolução. Sabemos o quanto ele se inclinava para o sistema democrático e uma das maiores provas da sua vocação democrática foi a convocação, para Ministro da Justiça, da figura ímpar de Milton Campos, buscando os caminhos jurídicos para chegarmos à democracia reclamada pelo povo brasileiro.

O Governo do eminente General Emílio Garrastazu Médici não teve outra preocupação, durante os anos em que governou nosso País, senão garantir o financiamento de nossas instituições, dentro das leis, recusando-se a chegar ao Governo sem a chancela do Congresso. Encontrando-se o Congresso, àquela época, em recesso, preferiu convocá-lo e ser eleito, democraticamente, pelos representantes do povo brasileiro.

Sr. Presidente, o quarto Governo da Revolução, do eminente Presidente Ernesto Geisel, não tem tido outro comportamento senão o de perseguir o sistema democrático que todos nós desejamos: democracia sem demagogia, democracia sem corrupção, democracia sem subversão, a serviço do povo, pelo desenvolvimento do nosso País.

Bastaria lembrar aqui suas palavras para mostrar que ele foi o mais cauteloso de todos os Presidentes que a Revolução ofereceu ao País até agora. Castello Branco, através da convocação de Milton Campos, tudo fez para que a Nação chegasse ao tão proclamado estado de direito. Costa e Silva igualmente pretendeu, correndo todos os riscos, levar o País aos caminhos da legalidade democrática. O Presidente Médici — é de ontem a sua passagem pelo Governo — foi enfático quando assumiu a chefia do Executivo e declarou que até o fim do seu mandato deixaria o País na plenitude democrática. Mas o Presidente Geisel foi mais cauteloso. S. Ex<sup>a</sup> não falou na plenitude democrática, não prometeu transformar o País, dentro de prazo cur-

to, numa democracia plena. Apenas prometeu "a distensão gradual" até o fim do seu Governo. Sem dúvida alguma, Sr. Presidente e Srs. Senadores, se recorrermos à História, veremos que ele foi, repito, o mais cauteloso de todos, quando fez esse pronunciamento.

Tenho em mãos a Ordem do Dia do Sr. Ministro do Exército, General Sylvio Frota, grande figura de militar e de patriota, em absoluta consonância com as palavras ontem proferidas pelo eminente Presidente Geisel.

Para que fique registrado nos Anais desta Casa, passarei a ler tão importante e oportuno documento:

#### ORDEM DO DIA DO MINISTRO DO EXÉRCITO

O General Sylvio Couto Coelho da Frota, Ministro do Exército, no 11º aniversário da Revolução, emitiu a seguinte Ordem do Dia:

O ano de 1964 iniciou-se, para o povo brasileiro, sob uma atmosfera de angústia e temor. O panorama político-social justificava a aflição que lhe dominava a alma. As greves diárias, por pretextos mais fúteis e variados, roubavam a tranquilidade à população. Os operários brasileiros, contrários, por índole e formação cristã, às violências que sustentam os regimes totalitários, não podiam ocorrer ao trabalho, impedidos pelos "Piquetes de Greve" que, protegidos pela inépcia de um governo infiltrado de marxistas, os agrediam. Intermináveis filas, em busca de gêneros de primeira necessidade, sonogados pelos comerciantes inescrupulosos para serem vendidos em câmbio negro, marcavam esta época de irresponsabilidade e desmoralização do poder central.

A indústria definhando, dia a dia; o bloqueio diário dos transportes, com prejuízo imenso dos homens de bem que lutavam pelo desenvolvimento do País; as demagógicas concessões salariais; a inversão hierárquica, tolerada por chefes pusilânimes e ambiciosos, ferindo a nossa sadia e tradicional estrutura militar; as "ligas camponesas", no Nordeste, agitando a zona rural, e a inflação galopante, aviltadora dos vencimentos, eram as componentes da vida brasileira naquela triste fase de nossa História.

Agravar este quadro, dando-lhe um fundo mais contritador, estava a corrupção em suas variadas metamorfoses, entre as quais destacavam-se o tráfico de influência, o protecionismo comercializado na obtenção de empréstimos nos órgãos federais, o nepotismo cínico na nomeação de incompetentes, apaniguados do governo e notórios marxistas para cargos importantes e bem remunerados, e o desvio do dinheiro público para financiar comícios de ampla propaganda esquerdista. Somente aqueles que assistiram à marcha para o comício do dia 13 de março, no Rio de Janeiro, podem avaliar quanto este País esteve próximo do caos social.

Grupos ululantes desfilaram pelas principais ruas da cidade, exalando ódio e gritando ofensas aos militares. Portavam grandes bandeiras brasileiras insultuosamente adulteradas, com a substituição da esfera azul por uma bola vermelha com os símbolos comunistas da foice e do martelo.

Neste ambiente de consternação geral, a mulher brasileira — intimorata defensora da família — ameaçada na sublime missão que lhe confiou a natureza, de criar e educar seus filhos, em lar cristão, saiu às ruas em Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro na "Marcha com Deus e a Família, pela Liberdade".

Revivia, assim, o emocionante episódio de coragem e patriotismo das mulheres vicentinas, que impediram o regresso, às suas casas, de maridos e filhos, derrotados nas célebres lutas dos Emboabas, até que vingassem a honra ferida.

Foi, então, que as Forças Armadas decidiram, com a cooperação dos governadores de três grandes Estados da Federação, intervir no processo político para que o destino

grandioso de nosso Brasil retomasse seu rumo tradicional, sob o signo da cruz. A reconstrução tem sido árdua e penosa. Os inimigos e contestadores da Revolução partidários do regime caído e comunistas embaçados em democratas procuraram, por todos os meios, criar obstáculos às ações revolucionárias, desvirtuando-as e denegrindo-as.

A difamação, a vilania da meia verdade transformada em calúnia, a difusão de documentos mentirosos e o falso silogismo pela deformação das premissas, ainda continuam sendo seus instrumentos preferidos, na tarefa a que se impuseram de desmoralizar e cindir os revolucionários.

O grande trabalho dos Governos da Revolução tem sido, pois, o esclarecimento, pela verdade dos fatos, da consciência popular sempre propensa, pela boa-fé, a aceitar esta propaganda negativa.

Mas não obstante tudo isto, nós, militares, não esmoreceremos na realização da grande obra de engrandecimento de nossa PÁTRIA. Tivemos compromissos com os ideais revolucionários no passado, e temos-los no presente; saberemos mantê-los e honrá-los no futuro.

Aos onze anos deste importante evento, desejo transmitir, com emoção, duas mensagens:

Aos nossos velhos chefes militares, pelo respeito e admiração de que lhes somos credores por terem, com coragem e espírito de renúncia, aberto as comportas da reação armada, para que a torrente libertadora, cascadeando sobre todos os obstáculos, descesse das regiões montanhosas para reflorescer os verdes vales da esperança democrática. (Palmas.)

Aos meus jovens comandados, em particular aos de postos mais baixos, para que meditem sobre aqueles acontecimentos, os quais, muitos, pela pouca idade, tiveram a felicidade de não assistir, ou cuja gravidade não puderam bem discernir. Eles definem uma época de insegurança, de convulsões sociais, de desmoralização do poder público, de corrupção desenfreada e de subversão hierárquica que todos nós repelimos, e não desejamos ver de volta, por incompatível com as civilizações cristãs.

O momento é de compreensão e de trabalho. De compreensão, para afastar de nós as prevenções e evitar os prejulgamentos. De trabalho, para que possamos completar a obra revolucionária e consolidar, em nosso País, a verdadeira democracia, implantada pela Revolução de 1964, sem imitação de formas alienígenas fracassadas e livre da influência deletéria do comunismo.

"Tenho a certeza de que, unidos, atingiremos este objetivo."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, depois da leitura da Ordem do Dia do Sr. Ministro do Exército, General Sylvio Frota, em consonância com as palavras do eminente Presidente Ernesto Geisel ontem aqui proferidas, os rumos estão traçados — o comunismo não tomará conta do nosso País.

Creio que os nossos adversários desejam palmilhar os caminhos certos para um terreno comum, mas esses caminhos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, precisam ser bem traçados, para que não haja equívocos. Devemos ter presente o exemplo histórico da democracia alemã quando, num pleito democrático, surgiu a figura sinistra de Adolf Hitler, que em seguida abjurara e apunhalara o regime que lhe abria as portas, para implantar o mais funesto dos sistemas políticos, cujas catastróficas consequências o mundo sofreu e testemunhou.

Sr. Presidente, eram estas as palavras que eu queria pronunciar nesta tarde. Palavras de confiança; palavras que, estou certo, estão nesta hora no espírito de cada um de nós que tem responsabilidade na vida pública brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

## ATA DA 20ª SESSÃO, REALIZADA EM 3-4-75

(Publicada no DCN — Seção II — de 4-4-75)

### RETIFICAÇÕES

Na Mensagem nº 69/75 (nº 82/75, na origem), do Senhor Presidente da República, pela qual submete ao Senado o nome do Doutor Ewald Sizenando Pinheiro para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Wilson de Souza Aguiar:

Na página 712, 2ª coluna, no segundo parágrafo da Mensagem, Onde se lê:

Os méritos do Senhor Ewald Sizenando Pinheiro...

Leia-se:

Os méritos do Senhor Ewald Sizenando Pinheiro...

No Projeto de Resolução nº 8/75, que suspende a proibição contida nas Resoluções nºs 58, de 1968, 79, de 1970, 52, de 1972, e 35, de 1974, para permitir que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul eleve em Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada:

Na página 716, 2ª coluna, na ementa do projeto,

Onde se lê:

... eleve em Cr\$ 1550.000.000,00...

Leia-se:

... eleve em Cr\$ 150.000.000,00...

Na Justificação do Projeto, de Lei do Senado nº 33/75, que considera insalubres as atividades dos operadores de telex e teletipo, e dá outras providências:

Na página 720, 2ª coluna, na Justificação do projeto,

Onde se lê:

Explorar não tem significação apenas comercial. O conceito, que lhe dá Caldas Aulete, é de fazer produzir, tirar partido ou proveito. Pode-se, pois, tanto explorar comercialmente, vendendo os serviços, quanto explorar acessoriamente, utilizando os serviços para maior rendimento de outra atividade comercial, ou industrial.

"Todos os empregados nos serviços têm direito ao que se dispõe nos arts. 227 e 229 da CLT, quer esses serviços sejam de empresas que os explorem secundária e acessoriamente, quer esses serviços sejam de empresas que os executem como meio de dar implemento eficaz à sua diversa finalidade principal. A restrição do art. 227 só diz respeito ao que nele se dispõe, nunca, jamais ao que se prescreve nos demais artigos insertos na seção destinada a todos os serviços precitados. Mas, dentro mesmo do art. 227 estão os autores, porque esse dispositivo fala em "empresas que explorem os serviços...", sem exigir que os explorem de modo principal ou exclusivo, admitindo que essa exploração seja lateral, secundária ou acessória. (Rec. Ord. 1.511/52, relator Amaro Barreto, in D.J. de 13-5-1955). ("Tutela Especial do Trabalho" — Vol. I — 40 a 41).

E logo adiante:

Leia-se:

Explorar não tem significação apenas comercial. O conceito, que lhe dá Caldas Aulete, é de fazer produzir, tirar partido ou proveito. Pode-se, pois, tanto explorar comercialmente, vendendo os serviços, quanto explorar acessoriamente, utilizando os serviços para maior rendimento de outra atividade comercial, ou industrial.

Já decidimos a hipótese assim:

"Todos os empregados nos serviços têm direito ao que se dispõe nos arts. 227 e 229 da CLT, quer esses serviços sejam de empresas que os explorem secundária e acessoriamente, quer esses serviços sejam de empresas que os executem como meio de dar implemento eficaz à sua diversa finalidade principal. A restrição do art. 227 só diz respeito ao que nele se dispõe, nunca, jamais ao que se prescreve nos demais artigos insertos na seção destinada a todos os serviços

precitados. Mas, dentro mesmo do art. 227 estão os autores, porque esse dispositivo fala em "empresas que explorem os serviços...", sem exigir que os explorem de modo principal ou exclusivo, admitindo que essa exploração seja lateral, secundária ou acessória. (Rec. Ord.

1.511/52, relator Amaro Barreto, in D.J. de 13-5-1955) ("Tutela Especial do Trabalho" — Vol. I — 40 a 41).

E logo adiante:

## ATAS DAS COMISSÕES

### COMISSÃO DIRETORA

#### ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 1975

Sob a presidência do Senhor Senador Magalhães Pinto, Presidente, presentes os Senhores Senador Wilson Gonçalves, Primeiro-Vice-Presidente, Senador Dinarte Mariz, Primeiro-Secretário, Senador Marcos Freire, Segundo-Secretário, Senador Lourival Baptista, Terceiro-Secretário, e Senador Lenoir Vargas, Quarto-Secretário, às 10,30 horas, reúne-se a Comissão Diretora.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Benjamim Farah, Segundo-Vice-Presidente.

É lida, e sem debates aprovada, a Ata da Reunião anterior.

Declarando abertos os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Primeiro-Secretário, que apresenta à deliberação da Comissão o Processo nº 0229/75, relativo ao Ofício nº 115/75 do Presidente da FUNAI, solicitando a prorrogação da disposição do servidor Juliano Lauro da Escossia Nogueira naquela Fundação, a partir de 1º de abril de 1975. Sem votos em contrário, a Comissão aprova o pedido de prorrogação da disponibilidade, sem ônus para o Senado Federal.

Com a palavra o Senhor Quarto-Secretário, lê parecer favorável ao Processo referente ao pagamento da importância de Cr\$ 476.871,98 ao SERPRO, pela prestação de serviços técnicos ao PRODASEN, na forma de contrato e aditivo firmados pelas partes. Pela unânime manifestação de seus Membros, a Comissão aprova o parecer.

O Senhor Presidente anuncia a seguinte distribuição:

Ao Senhor Primeiro-Vice-Presidente:

Processo nº 6865/74, relativo a consulta da Subsecretaria de Pessoal, ao Consultor Jurídico, sobre averbação de tempo de serviço de servidores da Casa regidos pela C.L.T., recém enquadrados;

Ao Senhor Primeiro-Secretário:

Proposição, acompanhada de justificativa e Ato da Comissão Diretora, relativa à Delegação pela Comissão Diretora, ao Presidente do Senado Federal, da Direção Superior do Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF — e outras normas referentes à sua organização e funcionamento;

Ao Senhor Segundo-Secretário:

Processo nº 071/75, em que o servidor Dalmar Geraldo Lacerda Guimarães, Técnico Legislativo, solicita 2 (dois) anos de Licença para trato de Interesses Particulares; e

Ao Senhor Terceiro-Secretário:

Processo nº 0156/75, relativo ao Ofício nº 022/75, do Senhor Presidente do IPC, solicitando seja colocado à disposição daquele Instituto o servidor José Manoel Peixoto, Auxiliar de Pesquisa, C.L.T., em substituição à Sílvia Minazzi Montavani Peixoto.

Nada mais havendo a tratar, às 11,30 horas, o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos, lavrando eu, Dinarte Mariz, Primeiro-Secretário designado para secretariar a Reunião, a presente Ata que, em seguida, é assinada pelo Senhor Presidente e vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, em 19 de março de 1975. — Magalhães Pinto, Presidente.

### COMISSÃO MISTA

Incumbida de Estudo e Parecer sobre a Mensagem nº 90, de 1974 — CN, que submete ao Congresso Nacional o texto de Decreto-lei nº 1.360, de 22 de novembro de 1974, que "Dispõe sobre a implantação gradualista no plano de classificação de cargos de que trata a Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973, e dá outras providências".

#### 2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 1975

Às dez e trinta horas do dia dezoito do mês de março do ano de mil, novecentos e setenta e cinco, no Auditório do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Cattete Pinheiro, Jarbas Passarinho, Helvídio Nunes, Virgílio Távora, Benjamim Farah, Lázaro Barboza e Ruy Carneiro e os Senhores Deputados João Alves, Cid Furtado, Alceu Collares, José Bonifácio Netto, Freitas Nobre e Humberto Lucena, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e Parecer sobre a Mensagem nº 90, de 1974 (CN), que submete ao Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.360, de 22 de novembro de 1974, que "Dispõe sobre a implantação gradualista do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Guimard, Arnon de Mello, Itálio Coelho, Mattos Leão e os Senhores Deputados Braga Ramos, Antonio Mariz, Januário Feitosa, Gastão Müller e Marcos Tito.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente, Senador Cattete Pinheiro, concede a palavra ao Senhor Deputado João Alves, Relator, que emite Parecer favorável à Mensagem, concluindo pela apresentação de um Projeto de Decreto Legislativo.

Posto em discussão e votação, o Parecer é aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, José Washington Chaves, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

### COMISSÃO MISTA

Incumbida de Estudo e Parecer sobre a Mensagem nº 96, de 1974 (CN), que submete ao Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.368, de 3 de dezembro de 1974, que "Altera a Redação do § 2º do Decreto-lei nº 1.348, de 24 de outubro de 1974, e dá outras providências".

#### 2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 1975

Às dez e trinta horas do dia dezoito do mês de março do ano de mil, novecentos e setenta e cinco, no Auditório do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Lindoso, Renato Franco, Eurico Rezende, Accioly Filho, Ruy Carneiro, Danton Jobim e Amaral Peixoto e os Senhores Deputados Parsival Barroso, Raimundo Diniz, Norton Macedo, Vinicius Cansanção, Walber Guimarães e Frederico Brandão, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e Parecer sobre a Mensagem nº 96, de 1974 (CN), que submete ao Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.368, de 3 de dezembro de 1974, que "Altera a redação do § 2º artigo 2º do Decreto-lei nº 1.348, de 24 de outubro de 1974, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Helvídio Nunes, Luiz Cavalcante, Luiz Viana e Osires Teixeira e os Senhores Deputados Magno Barcelar, Henrique Córdova, Nunes Rocha, Joel Ferreira e Milton Steinbruck.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Iniciando os trabalhos o Senhor Presidente, Senador Ruy Carneiro, concede a palavra ao Senhor Senador Eurico Rezende, Relator, que emite Parecer favorável à Mensagem, concluindo pela apresentação de um Projeto de Decreto Legislativo.

Posto em discussão e votação, o Parecer é aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião e, para constar, eu, José Washington Chaves, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

### COMISSÃO MISTA

**Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 4, de 1975 (CN), que submete ao Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.371, de 9 de dezembro de 1974, que "Altera a legislação do Imposto de Renda".**

#### 2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 1975

Às dez horas do dia vinte do mês de março do ano de mil, novecentos e setenta e cinco, no Auditório do Senado Federal, presentes os Senhores Renato Franco, José Sarney, Jessé Freire, Milton Cabral, Ruy Santos, Osires Teixeira, Tasso Dutra, Leite Chaves e Nelson Carneiro e mais os Senhores Deputados Igo Losso, Jarmund Nasser e Hélio Campos, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 4, de 1975 — CN, que submete ao Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 1.371, de 9 de dezembro de 1974, que "Altera a legislação do Imposto de Renda".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Paulo Guerra e Roberto Saturnino e os Senhores Deputados Aécio Cunha, Gonzaga Vasconcelos, Valdomiro Gonçalves, Henry Sauer, Sebastião Rodrigues, Fernando Cunha, Ailton Soares e Jorge Moura.

Iniciando os trabalhos o Senhor Presidente, Deputado Jarmund Nasser, verificada a ausência do Senhor Deputado Henry Sauer que deveria relatar a matéria, designa, para fazê-lo, o Senhor Deputado Igo Losso que emite Parecer favorável à Mensagem, concluindo pela apresentação de um Projeto de Decreto Legislativo.

Posto em discussão e votação, o Parecer é aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, José Washington Chaves, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

### COMISSÃO MISTA

**Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 12, de 1975, (CN), que submete ao Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.379, de 16 de dezembro de 1974, que "Reajusta os vencimentos dos servidores das Secretarias do Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais, bem como a gratificação dos presidentes dos Tribunais Eleitorais, dos membros da Justiça Eleitoral e dos Juizes e Escrivães Eleitorais."**

#### 2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 1975

Às quinze horas do dia um do mês de abril do ano de mil, novecentos e setenta e cinco, no Auditório do Senado Federal, presentes

os Senhores Senadores Renato Franco, Henrique de La Rocque, Virgílio Távora, Paulo Guerra, Vasconcelos Torres, Mendes Canalle, Adalberto Sena e Evandro Carneira e os Senhores Deputados Manoel de Almeida, Vieira da Silva, Parsival Barroso, Theobaldo Barbosa e Carlos Santos, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 12, de 1975 (CN), que submete ao Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 1.379, de 16 de dezembro de 1974, que "Reajusta os vencimentos dos Servidores das Secretarias do Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais, bem como a gratificação dos Presidentes dos Tribunais Eleitorais, dos Membros da Justiça Eleitoral e dos Juizes e Escrivães eleitorais."

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Guimard, Augusto Franco e Agenor Maria e os Senhores Deputados Mauro Sampaio, Joaquim Guerra, José Camargo, José Maurício Barreto, Pedro Faria e Tarcísio Delgado.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente, Senador Evandro Carneira, concede a palavra ao Senhor Senador Renato Franco, Relator, que emite Parecer favorável à Mensagem, concluindo pela apresentação de um Projeto de Decreto Legislativo.

Posto em discussão e votação, o Parecer é aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião e, para constar, eu José Washington Chaves, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

### COMISSÃO MISTA

**Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 15, de 1975-CN, (Mensagem nº 21, de 1975, na origem), do Senhor Presidente da República submetendo à aprovação do Congresso Nacional o texto de Decreto-lei nº 1.382, de 26 de dezembro de 1974, que "dispõe sobre a forma de tributação das empresas agrícolas, e dá outras providências".**

#### 2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 1975

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia um do mês de abril do ano de mil, novecentos e setenta e cinco, no Auditório do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Jarbas Passarinho, Paulo Guerra, Gustavo Capanema, Osires Teixeira, Saldanha Derzi, Orestes Quêrcia e Adalberto Sena e os Senhores Deputados Antonio Ferreira, Angelino Rosa, Ary Valadão, Navarro Vieira, Francisco Libardoni e Nelson Maculan, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 15, de 1975 (CN), submetendo à aprovação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.382, de 26 de dezembro de 1974, que "dispõe sobre a forma de tributação das empresas agrícolas, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado os Senhores Senadores Luiz Cavalcante, Eurico Rezende, Tarso Dutra e Agenor Maria e os Senhores Deputados Diogo Nomura, Aderbal Jurema, Guaçu Piteri, Antonio Bresolin e Ruy Lino.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Iniciando os trabalhos o Senhor Presidente, Deputado Navarro Vieira, concede a palavra ao Senhor Senador Jarbas Passarinho, Relator, que emite parecer favorável à mensagem, concluindo pela apresentação de um Projeto de Decreto Legislativo.

Posto em discussão e votação, o parecer é aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião e, para constar, eu, José Washington Chaves, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**MESA**

Presidente:  
Magalhães Pinto (ARENA—MG)

1º-Vice-Presidente:  
Wilson Gonçalves (ARENA—CE)

2º-Vice-Presidente:  
Benjamin Farah (MDB—RJ)

1º-Secretário:  
Dinarte Mariz (ARENA—RN)

2º-Secretário:  
Marcos Freire (MDB—PE)

3º-Secretário:  
Lourival Baptista (ARENA—SE)

4º-Secretário:  
Lenoir Vargas (ARENA—SC)

Suplentes de Secretários:

Ruy Carneiro (MDB—PB)  
Renato Franco (ARENA—PA)  
Alexandre Costa (ARENA—MA)  
Mendes Canale (ARENA—MT)

**LIDERANÇA DA ARENA  
E DA MAIORIA**

Líder  
Petrônio Portella  
Vice-Líderes  
Eurico Rezende  
Jarbas Passarinho  
José Lindoso  
Mattos Leão  
Osires Teixeira  
Ruy Santos  
Saldanha Derzi  
Virgílio Távora

**LIDERANÇA DO MDB  
E DA MINORIA**

Líder  
Franco Montoro  
Vice-Líderes  
Mauro Benevides  
Roberto Saturnino  
Itamar Franco  
Evandro Carreira

**COMISSÕES**

Diretor: José Soares de Oliveira Filho  
Local: Anexo II — Térreo  
Telefones: 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 257

**A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa  
Local: Anexo II — Térreo  
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313

**COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)  
(7 Membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Orestes Quêrcia  
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

Titulares	ARENA	Suplentes
1. Vasconcelos Torres		1. Altevir Leal
2. Paulo Guerra		2. Otair Becker
3. Benedito Ferreira		3. Renato Franco
4. Itálvio Coelho		
5. Mendes Canale		
	<b>MDB</b>	
1. Agenor Maria		1. Adalberto Sena
2. Orestes Quêrcia		2. Amaral Peixoto

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)  
(7 Membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Cattete Pinheiro  
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares	ARENA	Suplentes
1. Cattete Pinheiro		1. Saldanha Derzi
2. José Guimard		2. José Sarney
3. Teotônio Vilela		3. Renato Franco
4. Osires Teixeira		
5. José Esteves		
	<b>MDB</b>	
1. Agenor Maria		1. Evelásio Vieira
2. Evandro Carreira		2. Gilvan Rocha

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)  
(13 Membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Accioly Filho  
Vice-Presidente: Gustavo Capanema

Titulares	ARENA	Suplentes
1. Accioly Filho		1. Mattos Leão
2. José Sarney		2. Henrique de La Rocque
3. José Lindoso		3. Petrônio Portella
4. Helvídio Nunes		4. Renato Franco
5. Itálvio Coelho		5. Osires Teixeira
6. Eurico Rezende		
7. Gustavo Capanema		
8. Heitor Dias		
9. Orlando Zancaner		
	<b>MDB</b>	
1. Dirceu Cardoso		1. Franco Montoro
2. Leite Chaves		2. Mauro Benevides
3. Nelson Carneiro		
4. Paulo Brossard		

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Heitor Dias

Vice-Presidente: Adalberto Sena

**Titulares****ARENA**

1. Helvídio Nunes
2. Eurico Rezende
3. Renato Franco
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Heitor Dias
7. Henrique de La Rocque
8. Otair Becker

**MDB**

1. Adalberto Sena
2. Lázaro Barboza
3. Ruy Carneiro

**Suplentes**

1. Augusto Franco
2. Luiz Cavalcante
3. José Lindoso
4. Wilson Campos
5. Virgílio Távora

1. Evandro Carreira
2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

**COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Milton Cabral

Vice-Presidente: Renato Franco

**Titulares****ARENA**

1. Milton Cabral
2. Vasconcelos Torres
3. Wilson Campos
4. Luiz Cavalcante
5. Arnon de Mello
6. Jarbas Passarinho
7. Paulo Guerra
8. Renato Franco

**MDB**

1. Franco Montoro
2. Orestes Quércia
3. Roberto Saturnino

**Suplentes**

1. Benedito Ferreira
2. Augusto Franco
3. Ruy Santos
4. Cattete Pinheiro
5. Helvídio Nunes

1. Agenor Maria
2. Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Tarso Dutra

Vice-Presidente: Henrique de La Rocque

**Titulares****ARENA**

1. Tarso Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Henrique de La Rocque
5. Mendes Canale

**MDB**

1. Evelásio Vieira
2. Paulo Brossard

**Suplentes**

1. Arnon de Mello
2. Helvídio Nunes
3. José Sarney

1. Franco Montoro
2. Itamar Franco

Assistente: Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

**COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)**

(17 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

**Titulares****ARENA**

1. Saldanha Derzi
2. Benedito Ferreira
3. Alexandre Costa
4. Fausto Castelo-Branco
5. Jessé Freire
6. Virgílio Távora
7. Mattos Leão
8. Tarso Dutra
9. Henrique de La Rocque
10. Helvídio Nunes
11. Teotônio Vilela
12. Ruy Santos

**MDB**

1. Amaral Peixoto
2. Leite Chaves
3. Mauro Benevides
4. Roberto Saturnino
5. Ruy Carneiro

**Suplentes**

1. Daniel Krieger
2. Wilson Campos
3. José Guimard
4. José Sarney
5. Heitor Dias
6. Cattete Pinheiro
7. Osires Teixeira

1. Danton Jobim
2. Dirceu Cardoso
3. Evelásio Vieira

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.



### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Nelson Carneiro  
Vice-Presidente: Jessé Freire

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Mendes Canale	1. Virgílio Távora
2. Domicio Gondim	2. Eurico Rezende
3. Jarbas Passarinho	3. Accioly Filho
4. Henrique de La Rocque	
5. Jessé Freire	
	<b>MDB</b>
1. Franco Montoro	1. Lázaro Barboza
2. Nelson Carneiro	2. Ruy Carneiro

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.  
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon  
Vice-Presidente: Domicio Gondim

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Milton Cabral	1. Paulo Guerra
2. Arnon de Mello	2. José Guimard
3. Luiz Cavalcante	3. Virgílio Távora
4. Domicio Gondim	
5. João Calmon	
	<b>MDB</b>
1. Dirceu Cardoso	1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco	2. Leite Chaves

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.  
Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

### COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Danton Jobim  
Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. José Lindoso	1. Virgílio Távora
2. Renato Franco	2. Mendes Canale
3. Orlando Zancaner	
	<b>MDB</b>
1. Danton Jobim	1. Dirceu Cardoso
2. Orestes Quêrcia	

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas.  
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

### COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger  
Vice-Presidente: Luiz Viana

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Daniel Krieger	1. Accioly Filho
2. Luiz Viana	2. José Lindoso
3. Virgílio Távora	3. Cattete Pinheiro
4. Jessé Freire	4. Fausto Castelo-Branco
5. Arnon de Mello	5. Mendes Canale
6. Petrônio Portella	6. Helvídio Nunes
7. Saldanha Derzi	
8. José Sarney	
9. João Calmon	
10. Augusto Franco	

#### MDB

1. Danton Jobim	1. Nelson Carneiro
2. Gilvan Rocha	2. Paulo Brossard
3. Itamar Franco	3. Roberto Saturnino
4. Leite Chaves	
5. Mauro Benevides	

Assistente: Cândido Hipperdt — Ramal 676.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.  
Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

### COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Fausto Castelo-Branco  
Vice-Presidente: Gilvan Rocha

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Fausto Castelo-Branco	1. Saldanha Derzi
2. Cattete Pinheiro	2. Wilson Campos
3. Ruy Santos	3. Mendes Canale
4. Otair Becker	
5. Altevir Leal	
	<b>MDB</b>
1. Adalberto Sena	1. Evandro Carreira
2. Gilvan Rocha	2. Ruy Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.  
Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)**  
(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Guimard  
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

**Titulares**
**ARENA**

1. Luiz Cavalcante
2. José Lindoso
3. Virgílio Távora
4. José Guimard
5. Vasconcelos Torres

**MDB**

1. Amaral Peixoto
2. Adalberto Sena

**Suplentes**

1. Jarbas Passarinho
2. Henrique de La Rocque
3. Alexandre Costa

1. Agenor Maria
2. Orestes Quêrcia

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:30 horas.  
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)**  
(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Lázaro Barboza  
Vice-Presidente: Orlando Zancaner

**Titulares**
**ARENA**

1. Augusto Franco
2. Orlando Zancaner
3. Heitor Dias
4. Accioly Filho
5. Luiz Viana

**MDB**

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barboza

**Suplentes**

1. Mattos Leão
2. Gustavo Capanema
3. Alexandre Costa

1. Danton Jobim
2. Mauro Benevides

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.  
Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**  
(7 Membros)

Presidente: Alexandre Costa  
Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

**Titulares**
**ARENA**

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Benedito Ferreira
4. José Esteves
5. Paulo Guerra

**MDB**

1. Evandro Carreira
2. Evelásio Vieira

**Suplentes**

1. Orlando Zancaner
2. Mendes Canale
3. Teotônio Vilela

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hipertt — Ramal 676.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.  
Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

**B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**
**Comissões Temporárias**

Chefe: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga.  
Local: Anexo II — Térreo.  
Telefone: 24-8105 — Ramal 303.

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.
- 3) Comissões Especiais e de Inquéritos, e
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: José Washington Chaves — Ramal 762;  
Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674; Marília de Carvalho Brício — Ramal 314; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598.

**SENADO FEDERAL**  
**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**  
**HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL**  
**PARA O ANO DE 1975**

HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.C.J.	CLOVIS BEVILACQUA Ramal - 623	MARIA HELENA	C.E.C.	CLOVIS BEVILACQUA Ramal - 623	CLEIDE
	C.A.R.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	LÊDA	C.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	DANIEL
				C.S.P.C.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	CLÁUDIO LACERDA
10:30	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CÂNDIDO	C.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	MARCUS VINICIUS
	C.A.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	MAURO	C.M.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	MAURO
11:00	C.D.F.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	RONALDO	C.L.S.	CLOVIS BEVILACQUA Ramal - 623	CLÁUDIO LACERDA
	C.R.	CLOVIS BEVILACQUA Ramal - 623	M. CARMEM	C.S.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	RONALDO
				C.T.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	CÂNDIDO
11:30	C.S.N.	CLOVIS BEVILACQUA Ramal - 623	LÊDA			

## O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7-9-70

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 15,00

TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL

**À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR**

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,  
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL  
ou pelo sistema de **reembolso postal**.

## LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL E COMPLEMENTAR

EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nºs 1 A 3

ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 1 A 17

ATOS COMPLEMENTARES Nºs 1 A 96

LEIS COMPLEMENTARES Nºs 1 A 12

CONTENDO LEGISLAÇÃO CITADA E SINOPSE

**2 SUPLEMENTOS**

**{ ATOS COMPLEMENTARES Nºs 97 a 99  
LEIS COMPLEMENTARES Nºs 13 a 20**

Preço: Cr\$ 25,00

**À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR**

(Obra elaborada e revisada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal)

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,

Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,  
ou pelo sistema de **reembolso postal**.

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 1.203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50**